

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 2026

NÚMERO 23.119 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Ibaneis desiste da disputa ao Senado: “Cuidar da minha vida”

Cristiano Carvalho/Agência Brasil



Menos de 100 dias depois de deixar o Governo do Distrito Federal para tentar uma das duas vagas no Senado na eleição deste ano, Ibaneis Rocha (MDB) desistiu da candidatura. O emedebista anunciou a saída da disputa e afirmou que vai se dedicar à família. “Quero cuidar da minha vida. Já fiz a minha parte, agora é cuidar dos filhos”, afirmou. Nos últimos meses, o ex-governador enfrentava uma série de críticas, principalmente pelo desgaste político provocado pelo escândalo bilionário do BRB-Master, ocorrido na sua gestão e que teve como um dos protagonistas o executivo Paulo Henrique Costa — que está preso —, ex-presidente do Banco de Brasília, indicado por ele. Além do desempenho abaixo do esperado e da alta rejeição nas pesquisas, divisões internas no MDB dificultavam a formação de uma chapa com apoio da governadora Celina Leão. A desistência de Ibaneis vai provocar mudanças no tabuleiro eleitoral, com a reorganização das forças da direita. “O cenário está aberto”, afirma o distrital Wellington Luiz (MDB), presidente regional do partido.



Ana Maria Campos

Sem o ex-governador, disputa pelas duas vagas no Senado deve ficar restrita às mulheres.

Denise Rothenburg

Sem ser informado da desistência de Ibaneis, MDB foca em eleger deputado federal.

PÁGINA 13. BRASÍLIA-DF, 5, E EIXO CAPITAL, 14

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Arte nas ruas — O muro virou galeria de arte e ponto turístico: a foto na área externa do metrô da Guariroba é obrigatória! Os painéis que celebram a cultura hip-hop foram pintados por 30 artistas, com apoio de jovens de Ceilândia, no projeto 100 Cores. PÁGINA 17

Temperatura sobe no Oriente Médio

Estados Unidos e Irã voltam a trocar bombardeios no litoral do Golfo Pérsico, e Donald Trump ameaça retomar a “guerra total” dos primeiros 40 dias de conflito. Ensaio de escalada militar tem como foco a navegação pelo estratégico Estreito de Ormuz. Analistas, porém, observam que a alta do petróleo — e da gasolina nos postos — pode segurar o ímpeto da Casa Branca, de olho nas eleições legislativas de novembro.

PÁGINA 9

Narcotráfico

José Múcio discute combate com EUA

Ministro da Defesa discute parceria no combate às facções com o subsecretário norte-americano Elbridge Colby, durante encontro no Peru .

PÁGINA 3

Apostas

Fachin reforça críticas às bets

Presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, alerta para a ligação de plataformas de apostas on-line ilegais e o crime organizado.

PÁGINA 7

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Medicamentos sob controle

Conselheira do CNJ, Daiane Lira analisou, no *CB.Poder*, a utilização de uma plataforma para auxiliar a Justiça nos casos de judicialização no fornecimento de remédios. PÁGINA 6

Ação para destravar 6 x 1

Governo federal mobiliza aliados para convencer o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a colocar em pauta antes do recesso a PEC que reduz a jornada de trabalho. Apesar da ofensiva, que inclui novos líderes petistas na Casa, votação deve ficar para agosto. PÁGINA 2

Davi Pereira/CB/D.A Press



Entre comoção e revolta — Vítima da picada de um escorpião, Valentina, 11 anos, foi enterrada, ontem, em Taguatinga, sob forte emoção. Familiares voltaram a falar em negligência no socorro à menina. PÁGINA 16

Relíquias de um futebol vencedor

MARCOS PAULO LIMA E VÍCTOR PARRINI
ENVIADOS ESPECIAIS

Dono de um ingresso autografado para o último jogo de Pelé, em 1977, no palco da grande final desta Copa, Lincoln Lucena está em Nova York. Radicado em Brasília desde a década de 1970, o amazonense de 78 anos fará um leilão da raridade, que tem, além da assinatura do rei, então jogador do Cosmos, uma dedicatória. A venda seria para deixar ao futebol “um legado, uma lembrança”, disse ao *Correio*.



Victor Parrini/CB/D.A Press

O mundo entra em campo

Filho de imigrantes africanos, o francês Mbappé é o grande nome do jogo que abre hoje as quartas de final da Copa, contra o Marrocos. A diversidade de origem dos atletas é a marca do novo futebol europeu.



Franck Fieffé/APP

Emergentes

Briga pelo título tem 4 campeões

Crônica

Copa chega à fase das boas “peladas”

PÁGINAS 17 A 20

Direito & Justiça

Os caminhos até a eleição

O advogado Ruy Fonsatti Junior detalha, em entrevista ao *Correio*, as regras de conduta para agentes públicos, partidos e candidatos até o pleito de 4 de outubro.

Data Venia

Com apenas uma mulher, lista tríplice para desembargador do TRE-DF deve ser devolvida pelo TSE.

Aula magna ao som de coral do Vaticano

PÁGINA 15



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000



(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166



(61) 99256.3846



PODER

Missão quase impossível para destravar a 6x1

Governo se mobiliza para que a proposta de mudança da jornada avance no Senado antes do recesso parlamentar. Integrantes da base admitem, porém, que as chances são reduzidas, especialmente após o embate entre Alcolumbre e líder do PT na Câmara

» ARMANDO HOLANDA
» FERNANDA STRICKLAND

O governo federal faz uma última tentativa para destravar, antes do recesso parlamentar, a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue a escala de trabalho 6x1, mas integrantes da base no Senado reconhecem que as chances de avanço da matéria até 18 de julho são pequenas.

A articulação é conduzida pela líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), que busca apoio entre os parlamentares para convencer o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), a encaminhar o texto à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), primeiro passo para o início da análise da proposta.

Nos bastidores, no entanto, a avaliação é de que o cenário se tornou ainda mais desfavorável nesta semana, com o embate entre Alcolumbre e o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC). Mesmo entre governistas, a expectativa de aprovação da PEC ainda neste semestre já era considerada remota, porém havia esperança de que o presidente do Senado ao menos encaminhasse a matéria à CCJ antes do início do recesso legislativo.

Senadores que se reuniram recentemente com Alcolumbre afirmam que ele não fez nenhuma sinalização de que pretende dar andamento à proposta. A manutenção das sessões em formato semipresencial também é vista por parlamentares da base como um indicativo de que dificilmente haverá avanço nas próximas semanas.

A estratégia do governo também foi prejudicada pela ausência do presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), que permaneceu na Bahia diante da falta de perspectivas de movimentação da proposta e da agenda reduzida do Senado.

O episódio entre Alcolumbre e Uczai teria contribuído para

Waldemir Barreto/Agência Senado



Líder do governo no Senado, Teresa Leitão busca convencer o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, a encaminhar a proposta à CCJ

dificultar o ambiente político em torno da PEC. Na terça-feira, o deputado disse que o presidente do Senado se tornaria um “inimigo dos trabalhadores e da pauta” caso não desse andamento à proposta. O senador respondeu que não aceitará “ameaça e intimidação”.

Além disso, governistas têm de lidar com a relação estremecida entre Alcolumbre e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O mal-estar entre os dois escalou após o Senado rejeitar a indicação do

advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Por 42 votos contrários e 34 favoráveis, os parlamentares impuseram uma das maiores derrotas do governo no Parlamento. Foi a primeira vez, em 132 anos, que o Congresso barrou um indicado de um presidente da República para a Corte. O novo líder do PT no Senado, Camilo Santana (CE), anunciou, ontem, que trabalhará para reaproximar Lula e Alcolumbre (leia reportagem abaixo).

Direitos

Enquanto ocorre o esforço no Congresso para destravar a tramitação da PEC, Lula voltou a defender publicamente o fim da jornada 6x1. Em publicação nas redes sociais, ontem, o chefe do Executivo classificou a PEC como uma “mudança histórica” e afirmou que ela pode beneficiar diretamente 37 milhões de brasileiros.

Segundo o presidente, a medida busca ampliar a qualidade de vida

dos trabalhadores. “Mais do que reduzir horas no relógio, o objetivo é devolver o direito ao descanso, à saúde, aos estudos e ao convívio com a família. É vida além do trabalho”, enfatizou.

A medida está prevista na PEC 221/2019, aprovada pela Câmara e enviada ao Senado em 28 de maio. Desde então, o texto aguarda despacho do presidente da Casa para ser encaminhado à CCJ. Até que isso ocorra, a tramitação permanece paralisada.



A proposta para acabar com a escala 6x1 foi desenhada para garantir mais qualidade de vida e dignidade a quem trabalha. Essa mudança histórica pode beneficiar diretamente 37 milhões de brasileiros. Mais do que reduzir horas no relógio, o objetivo é devolver o direito ao descanso, à saúde, aos estudos e ao convívio com a família. É vida além do trabalho”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

» Sessão cancelada

O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, cancelou a sessão deliberativa prevista para ontem. Segundo o parlamentar, não houve acordo entre as lideranças partidárias para a votação de vetos presidenciais, adiados em 18 de junho e que estavam em pauta.

Meta de reaproximar Lula e Alcolumbre

» VANILSON OLIVEIRA
» LUÍZA ALTOÉ

A bancada do PT anunciou ontem o senador Camilo Santana (CE) como o novo líder do partido na Casa, substituindo Teresa Leitão (PT-PE), que assumiu a liderança do governo. O ex-ministro da Educação declarou que vai trabalhar para promover uma aproximação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), nos próximos dias.

A mudança ocorreu após a saída do então líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA), alvo de operação da Polícia Federal, no âmbito das investigações da Operação Compliance Zero, que apura fraude envolvendo o Banco Master, de Daniel Vercaro, que está preso. Na casa de Wagner foram encontrados dólares e relógios de luxo. O parlamentar nega irregularidades.

Os nomes dos senadores Beto Faro (PA) e Camilo Santana eram cogitados para assumir a liderança, mas a escolha do ex-ministro acabou prevalecendo e contou com o apoio de toda a bancada petista. Pela rede social X (antigo Twitter), Camilo escreveu: “Com muita honra, inicio hoje a missão de liderar o Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Senado Federal”.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Ex-ministro da Educação, Camilo Santana foi escolhido pelo PT como novo líder do partido no Senado

Já a senadora Teresa Leitão usou o Instagram para anunciar a alteração, afirmando acreditar na experiência de Camilo para dar prosseguimento às articulações políticas entre o Executivo e o Senado.

Entre as missões do novo líder está destravar a pauta da PEC 6x1. “Tenho certeza de que Camilo seguirá conduzindo essa missão com sensibilidade, experiência e capacidade de articulação. Seguimos juntos, somando forças no Senado para defender as prioridades do Brasil e do

presidente Lula”, escreveu Teresa.

Ontem, em conversa com a imprensa, Camilo Santana disse que acredita em uma conversa entre Lula e Alcolumbre e que a reunião deve ocorrer até o recesso parlamentar, previsto para começar no próximo dia 18.

“Já conversei com o presidente Lula várias vezes e acredito que, em breve, nos próximos dias, eles estarão conversando. Eu acho que é importante distensionar. São dois presidentes. Acho que, em breve,

os dois vão conversar para poder distensionar e destravar várias pautas importantes aqui do Senado”, declarou.

O ex-ministro contou que há uma mobilização de membros do governo para que a conversa entre os dois presidentes ocorra. O empenho para aliviar a relação entre ambos é um esforço de líderes do governo na Câmara dos Deputados e no Senado, mas também do ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães.



Já conversei com o presidente Lula várias vezes e acredito que, em breve, nos próximos dias, eles estarão conversando. Eu acho que é importante distensionar. São dois presidentes. Acho que, em breve, os dois vão conversar para poder distensionar e destravar várias pautas importantes aqui do Senado”

Camilo Santana (CE), líder do PT no Senado

A expectativa é de que, com uma melhora na relação dos dois, haja um andamento de pautas prioritárias para o governo no Senado. Além da proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1, a PEC da Segurança Pública está parada há algum tempo.

O novo líder avalia que o prazo é apertado para que os projetos prioritários tenham aprovação antes do recesso parlamentar. Segundo ele, o ideal seria que houvesse um encaminhamento às comissões para que, na volta do recesso, as matérias fossem votadas. “Não tenho dúvida de que, a partir do retorno do funcionamento da Casa,

a gente vai poder aprovar”, pontuou.

O senador também foi questionado por jornalistas sobre a fala do líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), que disse que elegeria Alcolumbre como “inimigo” caso ele não desse andamento à pauta do fim da 6x1. “A gente tem pautas importantes a serem aprovadas aqui no Senado. O fim da escala 6x1, a PEC da Segurança, que eu considero fundamental para o Brasil e que já está há algum tempo aqui parada nesta Casa. E outras pautas importantes, como terras raras, minerais críticos, que também é um projeto importante para o Brasil”, limitou-se a comentar.

COMBATE AO NARCOTRÁFICO

Múcio discute cooperação com auxiliar de Trump

Ministro da Defesa brasileiro e representante dos Estados Unidos debatem colaboração para o enfrentamento a facções. Câmara convoca Vieira para esclarecer declaração sobre riscos ao país

» ARMANDO HOLANDA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, discutiu a cooperação entre Brasil e Estados Unidos para combater o narcotráfico, durante encontro com o subsecretário de Defesa para Política norte-americano, Elbridge Colby. O encontro ocorreu durante a Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), no Peru.

“Os EUA pontuaram que buscam parceiros no continente para atuar nesse combate e disseram que veem no Brasil um grande parceiro em potencial. O ministro José Mucio demonstrou interesse na parceria. Explicou que o combate ao narcotráfico no Brasil é prerrogativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública e citou algumas iniciativas das Forças Armadas brasileiras nas fronteiras”, enfatizou, em nota, o Ministério da Defesa. A pasta também disse que a reunião ocorreu “em clima de cordialidade e com convergência de opiniões”.

Em maio, o Departamento de Estado dos EUA classificaram o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas, à revelia do governo brasileiro. A decisão levou o Itamaraty a afirmar que, em tese, a nova classificação pode abrir espaço para o uso de força militar dos Estados Unidos em território brasileiro. A declaração foi enviada à Câmara, em resposta a um pedido de informações feito pelo deputado Evair de Melo (Republicanos-ES), sobre os riscos da designação americana para o país.

O posicionamento do Itamaraty provocou reação no Congresso e expôs divergências dentro do governo. Ontem, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara aprovou a convocação do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para prestar esclarecimentos sobre o documento. Como se trata de uma convocação, o comparecimento dele é obrigatório.

Um dia antes, a Comissão de Relações Exteriores do Senado também havia aprovado um convite para que o chanceler explique o conteúdo do ofício.

Autor do requerimento que originou a resposta do Itamaraty, Evair de Melo defendeu que o ministro esclareça pessoalmente as declarações. “Ele precisa se explicar melhor. Não é para usar o cargo que ocupa como politicagem e dar respostas vagas. A gente quer ouvir diretamente dele sobre as suposições”, afirmou ao **Correio**.

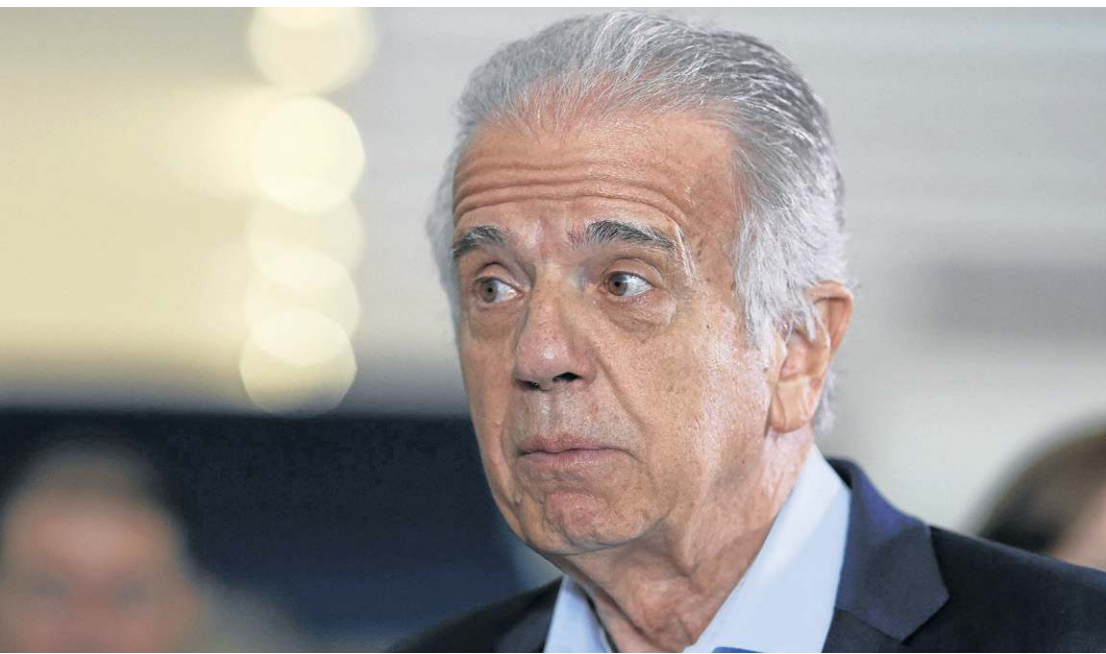
Durante a reunião da comissão, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) tentou, em nome do governo, converter a convocação em convite, sugerindo que Mauro Vieira comparecesse nos dias 10, 11 ou 14 de agosto. A proposta, porém, não obteve consenso entre os parlamentares.

Integrantes do Ministério da Defesa ouvidos pela reportagem afastaram a hipótese levantada pelo Itamaraty, dizendo que é algo sem fundamento militar.

» Suposto espião russo

O governo determinou, por meio do Ministério da Justiça, a expulsão de Sergey Vladimirovich Cherkasov, um suposto espião russo que vive no país há mais de 15 anos e está preso em Brasília desde 2022. A decisão de expulsão foi assinada pela coordenadora de processos migratórios, Alessandra Teixeira de Araújo, e publicada no *Diário Oficial da União* de segunda-feira.

AFP



Conversa de Múcio com norte-americano ocorreu “com convergência de opiniões”, segundo o ministério

Informe Publicitário

EXPRESSÃO DE OPINIÃO

Críticas ao atual modelo de política monetária

Cid Gomes*

Como senador da República e homem público, considero ser meu direito e meu dever fazer críticas ao atual modelo de política monetária. Não basta que o governo e os dois representantes do Poder Executivo no Conselho Monetário, critiquem as elevadas taxas de juros, sem apresentar uma alternativa, e mais eficaz, para o controle da inflação. Diante desse cenário, tenho a impressão de que esses dois conselheiros não demonstram a devida preocupação de pressionar o terceiro conselheiro, Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central (BACEM), sobre o impacto dos juros elevados na dívida pública e no setor produtivo.

Segundo informações divulgadas publicamente, o Sr. André Esteves, controlador do BTG Pactual, expandiu significativamente seus investimentos nos últimos anos, incluindo aquisições de três instituições financeiras fora do Brasil, além de outros relevantes ativos. Na minha percepção, esse contexto reforça a necessidade de maior transparência e de um debate público sobre a possível influência que os grandes bancos privados tenham sobre o Comitê de Política Monetária (COPOM), que deverá ser o motivo dos exorbitantes prejuízos gerados no Banco Central.

Em 2024, o mercado financeiro, com o respaldo do ex-presidente do BACEM, Roberto Campos Neto, promoveu uma desvalorização artificial do real com o objetivo de pressionar a inflação e, assim, justificar a elevação da taxa básica de juros (Selic) – manobra estratégica voltada a atender aos interesses das grandes instituições financeiras. O atual presidente do BACEM, por sua vez, tem adotado uma postura ainda mais ousada em favor desse mesmo mercado. Em vez de Galípolo utilizar parte das reservas para reduzir a dívida pública e contribuir para a queda da inflação, ele optou pelo caminho oposto. Em apenas um ano, de fevereiro de 2025 até fevereiro de 2026, elevou o volume de reservas de US\$ 326 bilhões para US\$ 370 bilhões, ampliando o estoque em US\$ 44 bilhões. O objetivo final parece ser atender interesses dos grandes bancos privados, para após deixar o cargo, ser recompensado com um supersalário no setor financeiro – a exemplo de Campos Neto, que, segundo especulações, passou a obter super rendimentos no Nubank.

Combater a inflação é essencial, mas exige coerência e responsabilidade. Se os altos juros têm impacto inflacionário e a valorização do real é considerada uma ferramenta mais eficaz e sustentável para o controle da inflação em economias emergentes, como a brasileira, por que o Comitê de Política Monetária continua priorizando os juros elevados como principal mecanismo de combate inflacionário? Como consequência, os altos juros desenvolvem as dívidas pública e do setor produtivo, compromete o potencial de crescimento da economia, além de estimular a pobreza e a marginalização. Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o Senado Federal exerça um acompanhamento rigoroso e permanente das decisões do Copom, avaliando se tais deliberações estão de fato alinhadas aos interesses nacionais, ou se atendem prioritariamente às demandas do mercado financeiro.

**Cid Gomes, é líder do PSB no Senado Federal.*
@cidgomes



Pré-campanha imersa em múltiplas turbulências

Escolhido pelo pai para ser candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro vive momentos de tensão, com denúncias contra ele, críticas de aliados, e apoiadores alvo de ações policiais

» RENATO SOUZA
» DANANDRA ROCHA

Até menos de 20 dias das convenções partidárias, a campanha do pré-candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, passa por nova turbulência. Alguns expoentes do partido dizem, nos bastidores, que o nome do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro não está confirmado como o nome da sigla no pleito deste ano. Ontem, a crise envolvendo o senador ganhou novos contornos após críticas de um aliado. Fábio Wajngarten, ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, defendeu reformulação imediata da equipe de campanha do parlamentar.

Em publicação nas redes sociais, Wajngarten fez um apelo direto ao presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto: “Caro presidente Valdemar, time que não performa tem que mexer”, escreveu. Na sequência, sugeriu mudanças na estrutura da campanha, com a nomeação de Marcello Lopes, o “Marcelão”, para a coordenação-geral; Duda Lima para a Diretoria de Operações da Comunicação; Walter Longo para o planejamento estratégico; e Antônio “Toninho” para a direção de criação.

A manifestação também propõe maior protagonismo para representantes de segmentos considerados estratégicos para o eleitorado conservador. O ex-assessor de Bolsonaro defende que lideranças católicas, evangélicas, do agronegócio, da segurança pública, da área médica, da educação e do varejo passem a participar de reuniões semanais, com atualizações diárias sobre a campanha.

“Chega de erros, chega de ruídos, chega de quem não conhece nem gosta do bolsonarismo. Ninguém quer mais o PT”, escreveu.

A cobrança intensifica o período de turbulência na pré-campanha de Flávio. Nas últimas semanas, a equipe enfrentou desgastes provocados pela repercussão do caso envolvendo o empresário Daniel Vercaro e o Banco Master, mudanças na área de comunicação e divergências internas que culminaram na saída de Marcello Lopes da coordenação

Reprodução/YouTube Flávio Bolsonaro



Flávio foi acusado pela madrasta de misoginia e teve o nome envolvido no escândalo do Master

da campanha. O **Correio** entrou em contato com Valdemar Costa Neto, mas não houve resposta até o fechamento desta edição.

Outro capítulo da crise envolve a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que pode ser candidata ao Senado pelo Distrito Federal. Em vídeo publicado nas redes sociais, ela acusou o enteado de misoginia. afirmou que foi “desrespeitada” e “humilhada” por ele durante uma ligação no fim do ano passado. O motivo da hostilidade foi a oposição de Michelle ao apoio do partido ao ex-governador Ciro Gomes no Ceará. A ex-primeira-dama alegou, também, seguir orientações do marido, Jair Bolsonaro. No entanto, de acordo com Michelle, Flávio Bolsonaro se irritou, e ambos tiveram uma discussão por telefone. Dias depois, a ex-primeira-dama deixou a presidência do PL Mulher.

Ontem, em coletiva de imprensa, Costa Neto disse esperar uma reconciliação entre os dois brevemente. “Nesses 20 dias, deve ter uma reaproximação da Michelle Bolsonaro com o Flávio. A Michelle é uma pessoa especial, fez

um trabalho com as mulheres do Brasil que nunca ninguém teve essa oportunidade. Ela conseguiu isso não por causa do tamanho do partido, mas por valores pessoais dela”, argumentou.

Talento

Costa destacou esperar que Michelle seja candidata nas eleições deste ano. “Ela tem talento, e precisamos dela com a gente. Não podemos sair brigando dentro de casa. Temos que ajustar isso aí nos próximos 20 dias, pois a nossa convenção nacional é dia 25. Ela tem passado por situações com o marido dela que descontrola qualquer pessoa. Hoje mesmo a Polícia Federal esteve lá. Eles não têm paz”, completou, numa referência à operação de busca a apreensão da PF, autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em busca de eventuais armas na casa do ex-chefe do Executivo.

Outro fator que preocupa a campanha de Flávio é a prisão do ex-prefeito de Belford Roxo e pré-candidato ao Senado pelo União Brasil, Márcio Canella. Ele foi detido em flagrante, na terça-feira,

após a Polícia Federal encontrar um fuzil em um carro ligado a ele durante a 6ª fase da Operação Unha e Carne.

Canella era inicialmente alvo de um mandado de busca e apreensão. Porém, foi preso após a localização do fuzil 556, de uso restrito. Além disso, é suspeito de envolvimento em um megas esquema de lavagem de dinheiro, que teria usado postos de combustíveis para movimentar R\$ 7,6 bilhões no Rio de Janeiro. Canellas era o nome defendido por Flávio para o Senado pelo estado.

Além disso, as ligações com o aliado em solo fluminense vão além do apoio político. A ex-vereadora Rogéria Bolsonaro, mãe de Flávio, é a primeira suplente na chapa ao Senado de Canella. O acordo para a indicação dela na composição foi costurado pelo próprio senador. Rogéria também é mãe de Carlos e Eduardo Bolsonaro, exerceu dois mandatos como vereadora no Rio entre 1993 e 2000. A presença dela na chapa ressalta a importância da aliança do ex-prefeito com o grupo bolsonarista.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Isolamento político de Lula pode favorecer oposição no 2º turno

Divulgada ontem, a pesquisa Meio/Ideia de julho permite uma leitura incômoda para o Palácio do Planalto: por ora, o risco para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não é o surgimento de um adversário competitivo carismático ou capaz de atrair o centro político e viabilizar a terceira via no primeiro turno, mas a persistência do seu próprio isolamento político.

O problema central do presidente não é apenas a existência de um campo opositorista numeroso e ideologicamente alinhado contra ele; é a combinação entre um teto eleitoral aparentemente consolidado e o não surgimento de uma candidatura com a qual possa se alinhar no segundo turno.

O desafio de Lula é a incapacidade de desidratar a direita fragmentada, antes que ela se recomponha no segundo turno. O pior dos mundos, portanto, não é enfrentar um “supercandidato” conservador. É continuar preso a uma espécie de soberbo isolamento, confiando demais na força do próprio recall eleitoral e menos na necessidade de reorganizar uma maioria política e social mais ampla.

Os números da pesquisa mostram isso. Na espontânea, Lula aparece com 32,8%, contra 20,3% de Flávio Bolsonaro, mas o dado mais eloquente é o tamanho do eleitorado ainda desorganizado: 33,1% dizem não saber em quem votar, e 8,5% apontam branco, nulo ou ninguém. Ou seja, mesmo liderando, Lula não ocupa o espaço inteiro do jogo; ele mantém um núcleo robusto, mas ainda longe de qualquer posição confortável.

Na estimulada de primeiro turno com Flávio Bolsonaro, o presidente tem 40,4%, contra 32% do senador, enquanto Ronaldo Caiado marca 4%, Romeu Zema 2,5%, Aécio Neves e Renan Santos 2% cada, Augusto Cury 1,5% e os demais percentuais residuais. O dado decisivo está no fato de que, somadas, as candidaturas opositoristas ultrapassam o campo bolsonarista puro e demonstram a existência de um eleitorado anti-Lula maior do que o voto individual de qualquer nome da direita.

O analista político mineiro Roberto Reis, especialista em cenários eleitorais, destaca o padrão dos demais levantamentos nacionais do período. No AtlasIntel/Bloomberg do fim de junho, Lula tinha 46,3% no cenário de primeiro turno, enquanto a soma dos adversários chegava a 50,3%; no Datafolha, 41% a 48%; no BTG/Nexus, 42% a 49%; no Quæst, 39% a 42%; no Real Time Big Data, 38% a 53%. Não é mais um detalhe estatístico, mas uma tendência que se consolida: a oposição, desunida, não consegue transformar esse excedente em candidatura hegemônica, porém o lulismo já não consegue monopolizar o eleitorado “anti-Bolsonaro” como fez em 2022.

Por isso, o presidente Lula continua competitivo, mas seu desempenho está estagnado. A pesquisa Meio/Ideia mostra como esse equilíbrio é mais frágil do que parece. No segundo turno contra Flávio Bolsonaro, Lula vence por 45% a 40%, com 10,5% de branco/nulo e 4,5% de indecisos. É vantagem real, mas curta para quem ainda dispõe da máquina, do Nordeste e da lembrança de ter derrotado o bolsonarismo clássico.

Sem uma onda

O mais importante é que esse placar circunscreve a própria expectativa de poder de Lula, o que complica a articulação dos palanques regionais. Na série histórica do instituto, Lula oscilou de 46,2% em janeiro para 45% agora, enquanto Flávio saiu de 36% para 40%, sinal de que a disputa se estreitou e de que o senador, mesmo com todas as limitações, mantém capacidade de retenção do eleitorado de direita.

Entre os homens, Flávio vence Lula por 46,3% a 39,2%; entre os jovens de 16 a 24 anos, por 45,7% a 33,3%; no Norte, por 49,2% a 33,6%; no Sul, por 54,1% a 16,8%; entre evangélicos, por 61,1% a 18,7%; e entre quem ganha mais de cinco salários-mínimos, por 47,9% a 37,6%. Lula compensa isso com ampla vantagem entre mulheres — 50,4% a 34,2% —, no Nordeste — 62,7% a 24,7% —, entre católicos — 55,2% a 31,9% — e sobretudo na base de renda até um salário-mínimo, onde lidera por 58,8% a 28,4%.

Esse mapa confirma que Lula segue forte onde o lulismo historicamente sempre foi forte: mulheres, baixa renda, Nordeste e segmentos religiosos não evangélicos. Mas também que esse capital não basta, por si só, para produzir uma onda vitoriosa. Há um teto visível. Lula está estacionado. E a eleição de 2026, como sugerem as pesquisas, pode deixar de ser um plebiscito sobre o bolsonarismo e se transformar num referendo sobre a capacidade — ou incapacidade — de o presidente tecer uma ampla coalizão social, que atraia as alianças políticas locais.

É um cenário esquisito. A direita brasileira chega à convenção eleitoral fragmentada e capenga. Flávio tem recall e máquina digital, mas enfrenta resistências internas e uma campanha errática. Caiado tem experiência, mas dificuldade de capilaridade. Zema perdeu centralidade. Renan Santos tem energia, mas pouco tempo de TV e pouca estrutura.

Michelle Bolsonaro aparece como um ativo poderoso, mas não consensual. No primeiro turno, em cenário com seu nome, Lula marca 40,4% e ela 29,4%; no segundo turno, o presidente venceria por 45% a 36%. O maior equívoco para Lula será interpretar a fragmentação adversária como irreversível. Se o Planalto concluir que a direita, por estar dividida, está condenada à derrota, cometerá talvez o erro mais grave da campanha. A oposição ainda pode se reorganizar no segundo turno.

INVESTIGAÇÃO

PF apreende espingarda de Bolsonaro

» DANANDRA ROCHA
» IAGO MAC CORD

A Polícia Federal apreendeu uma última arma que estava em nome do ex-presidente Jair Bolsonaro, na ação deflagrada, ontem, para busca e apreensão dos itens.

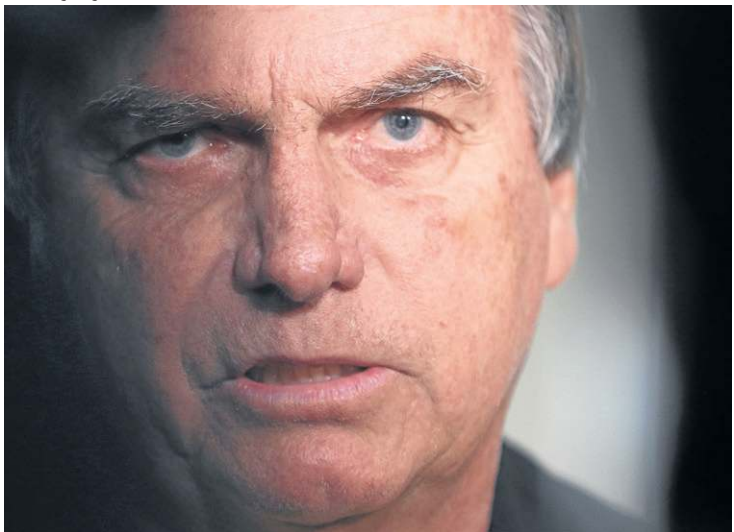
Trata-se de uma espingarda Maestro Arms Company que estava sob guarda de uma empresa de armamentos do Rio Grande do Sul. Após ter realizado busca e apreensão na residência do ex-presidente durante a manhã, a PF localizou essa arma na residência de um dos responsáveis pela empresa, na cidade de Cachoeirinha (RS), e a apreendeu.

A defesa de Bolsonaro havia comunicado ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a espingarda estava com a empresa, mas não chegou a fornecer a localização exata do item nem a documentação que comprovasse isso.

O ministro Alexandre de Moraes determinou a ação de ontem para tentar localizar outras armas que estava em propriedade do ex-presidente, após a apreensão de uma pistola em uma blitz da polícia do Distrito Federal. Nada foi apreendido na residência.

Ao determinar a diligência,

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Agentes foram à casa do ex-presidente por ordem do Supremo

Moraes disse que “sobrevieram aos autos informações indicando divergência entre o quantitativo de armas de fogo regularmente registradas em nome do apenado e aquelas efetivamente entregues aos órgãos competentes”.

“Circunstância que evidência, em tese, o descumprimento da determinação judicial e recomenda a adoção de providências destinadas à localização e apreensão dos armamentos eventualmente mantidos sob o

poder do condenado”, acrescentou.

Embora Bolsonaro esteja sob prisão domiciliar humanitária, Moraes enfatizou que a manutenção de armas de fogo em seu poder é incompatível com as ordens judiciais vigentes, especialmente após a defesa não apresentar documentação idônea que comprovasse o paradeiro de itens específicos, como uma espingarda, agora sob poder da PF.

O embate jurídico revela uma triangulação entre o Judiciário, o

Exército e a PF para rastrear o acervo bélico do ex-presidente. Enquanto o Exército confirmou a entrega de seis das oito armas vinculadas a Bolsonaro, que estavam sob sua custódia, restaram dúvidas sobre a localização de mais itens.

Diante da “discrepância entre as informações”, Moraes determinou a busca domiciliar para localizar não apenas as armas, mas também munições e documentos de registro, ressaltando que a inviolabilidade do domicílio não é um direito absoluto e não pode servir de escudo para o descumprimento de decisões judiciais.

A operação foi criticada por familiares e aliados de Bolsonaro. O senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) classificou a ação como uma “cortina de fumaça” e um “constrangimento danado”.

Advogado do ex-presidente, João Henrique de Freitas sustentou que a operação foi injustificada e “lamentável”, reiterando que nada de irregular foi encontrado durante as buscas. Segundo o defensor, o paradeiro de todas as armas já havia sido comunicado previamente ao STF, tornando a nova diligência desnecessária. **(Com Agência Estado)**

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Ajude a Tereza

A primeira missão de Camilo Santana como líder do PT no Senado será dar assistência à nova líder do governo no Senado, Tereza Leidão. Recém-chegada ao cargo, ela está “vendida” nas negociações. Esta semana, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, adiou a votação do Proféril, aprovado na Câmara após acordo com o governo, porque ela disse não ter sido informada desse acordo — o que ela sabia é que o governo era contrário à matéria.

Ficou ruim

Alcolumbre manteve a urgência do projeto, mas retirou da pauta em consideração à líder. Porém, o presidente da Casa chegou a usar a expressão “caiu de paraquedas” para se referir à forma como Tereza vem agindo na liderança do governo na Casa.

“É agora ou nunca”

É assim que os senadores têm se referido à outra missão de Camilo Santana como líder do PT: promover um encontro entre Alcolumbre e o presidente Lula. Se conseguir, passa no teste de tarimbado para o diálogo. A conversa é crucial para destravar as pautas no Senado, como fim da escala 6x1, terras raras e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da segurança pública.

Só ele

Quem estiver em busca da pacificação entre Michelle Bolsonaro e o enteado pré-candidato ao Planalto deve pedir primeiro uma visita ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que segue em prisão domiciliar. É o único que os dois escutam.

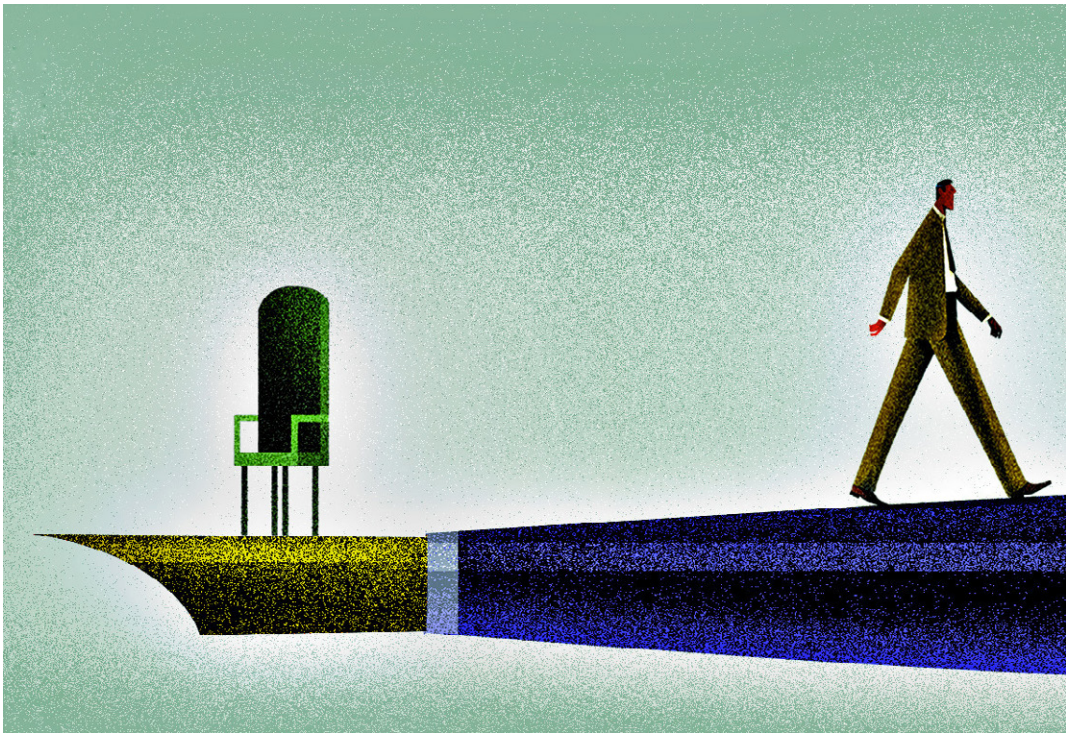
O foco do MDB

O comando nacional do MDB não foi sequer informado de que o ex-governador Ibaneis Rocha desistira da candidatura ao Senado. Nem sequer um telefonema, mesmo depois de o presidente do partido, deputado Baleia Rossi, ter reunido a Executiva Nacional para anunciar que fecharia questão em prol da inclusão de Ibaneis na chapa da governadora Celina Leão como candidato a um mandato de senador. Porém, não tem briga, nem mágoas nessa relação. O que o MDB deseja mesmo é ampliar o número

de deputados federais e, neste quesito, a avaliação é a de que Ibaneis pode ajudar.

» » »

Às contas/ A expectativa dos emedebistas hoje é eleger um deputado federal e, se tiver sorte, obter metade dos votos para conquistar uma segunda vaga. Se Ibaneis topar ser candidato a deputado, acreditam integrantes da Executiva Nacional, esta segunda vaga estaria garantida.



CURTIDAS

Jaques Master/ Eleitores petistas na Bahia não superaram a polêmica envolvendo o senador Jaques Wagner (PT-BA) e Augusto Ferreira Lima, ex-sócio de Daniel Vórcaro. Durante a Procissão Cívica do 2 de Julho — que celebra a Independência da Bahia, marco da expulsão das tropas portuguesas em 1823 — os eleitores ovacionaram Jerônimo Rodrigues. Mas quando Wagner apareceu, muitos vaiaram e até mostraram uma faixa com os seguintes dizeres: “Jaques Master”.

Bater em todos/ Os pré-candidatos Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo) marcaram presença em debate sobre economia promovido pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). Caiado voltou a criticar Flávio Bolsonaro pelo tarifaço. “Precisamos ter um governante que pense e defenda o Brasil e não a sua posição e seu interesse pessoal”, defendeu.

Agência Senado



Vem aí/ O PL planeja anunciar, até o final desta semana, o nome para disputar a vaga ao Senado pelo Rio de Janeiro. Interlocutores do partido contaram à coluna que o senador Carlos Portinho (PL-RJ/**foto**) será o escolhido. A manifestação de diversos prefeitos em prol de sua candidatura e o apoio inesperado do pastor Silas Malafaia deram força para Portinho na cúpula do partido. Valdemar e Flávio Bolsonaro farão o anúncio juntos.

Por falar em Valdemar.../ O presidente do PL recebeu uma demonstração de que sua palavra importa para deputados e senadores. Parlamentares compareceram em peso à reunião-almoço das Frentes Parlamentares Brasil Competitivo (FPBC), Tecnologia e Atividades Nucleares (FPN), Empreendedorismo (FPE) e a de Combate à Pirataria (FPI). A leitura de muitos foi a de que Valdemar recebeu um sinal de força num momento em que a legenda enfrenta uma crise entre Flávio Bolsonaro e Michelle Bolsonaro e, ainda, uma operação de busca e apreensão de armas na casa do ex-presidente Jair Bolsonaro.



Caiado e Zema afiam discurso

Pré-candidatos atacam Flávio e Lula pelo tarifaço. Defendem, ainda, ajustes no debate sobre a jornada 6x1

» LUIZA ALTOÉ

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) entregou um documento com propostas e recomendações de políticas públicas para o setor terciário. O evento, realizado ontem em Brasília, contou com a presença dos pré-candidatos à Presidência Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo).

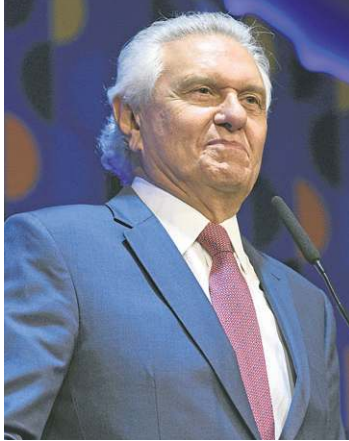
Caiado avaliou como “inaceitável” e “infeliz” o pedido feito pelo pré-candidato e senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) aos Estados Unidos para o adiamento do tarifaço para depois das eleições no Brasil. “Este assunto não deve ser tratado apenas no interstício da campanha eleitoral. Ou senão, nós estaríamos convalidando o populismo irresponsável do Lula”, afirmou.

O presidencialável do PSD disse, ainda, que aqueles que votarem no bolsonarista estarão reelegendo o presidente Lula (PT). “A candidatura dele (Flávio) está sendo construída como sendo a candidatura que o PT deseja”, alertou.

Zema também comentou sobre as sugestões de tarifas pelo USTR (Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos) e as relacionou aos posicionamentos públicos do presidente Lula. Segundo o mineiro, as críticas do petista ao uso do dólar e a aproximação com os presidentes de Cuba e da Venezuela estão vinculadas ao tarifaço. “Me parece que nós estamos colhendo aquilo que foi plantado”, pontuou.

Caiado também criticou a atuação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) diante das tarifas dos Estados Unidos (EUA),

TELMO XIMENES/CNC



Caiado: pedido de Flávio para adiar tarifaço é “inaceitável”

afirmando que o Itamaraty deveria “deixar de lado” questões ideológicas nas negociações.

Houve críticas também ao Judiciário. Zema afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) está “cheio de frutas podres”. Caso eleito, o pré-candidato do Novo pretende alterar regras de nomeação de ministros, com idade mínima de 60 anos, e impossibilitar que o presidente nomeie pessoas muito próximas. Por fim, pretende “acabar” com as decisões monocráticas.

Escala 6x1

Na área econômica, Caiado criticou o viés eleitoral dado ao fim da escala 6x1 pelo governo Lula. Segundo ele, é uma “irresponsabilidade” que parte das mudanças devam ser implementadas em um período de dois meses, para garantir que a população sinta os efeitos da medida



Zema: trabalhador é que deve definir extensão da jornada

antes das eleições. “Não tenho nada contra, mas nos dê um prazo para que a gente possa sobreviver e não ter que, amanhã, fechar as nossas empresas ou diminuir a nossa capacidade produtiva”, explicou.

Assim como Caiado, Zema não se disse contrário ao fim da escala 6x1, mas defendeu que haja alternativas à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), permitindo que o trabalhador possa receber por hora trabalhada. “Eu sou favorável a cada brasileiro decidir o quanto ele vai trabalhar. (...) Quer trabalhar 10 ou 8 horas a mais por semana. Ele não consegue. A CLT praticamente inviabiliza esse tipo de contratação”, argumentou.

O mineiro voltou a falar de mudanças no Bolsa Família. Se eleito, pretende suspender o pagamento do benefício daqueles que recusarem seguidas propostas de emprego.

Escaneie o QR Code e veja a lista de indicados.

Do palco aos bastidores, todo papel é principal.

Conheça os primeiros indicados ao 37º Prêmio Shell de Teatro.

Cada espetáculo nasce do encontro de talentos que trabalham juntos para transformar ideias em experiências capazes de emocionar, provocar reflexão e conectar pessoas. Há 38 anos, a Shell viabiliza o Prêmio Shell de Teatro, reconhecendo quem faz essa arte acontecer e contribuindo para o fortalecimento de um legado fundamental para a cultura brasileira.

Esse é o poder de construir junto. Esse é o poder da parceria.

Energia que vem da gente



SAÚDE PÚBLICA

Um antídoto para a judicialização no SUS

Em fase de teste, plataforma digital busca auxiliar a Justiça a decidir sobre o fornecimento de remédios e outros casos

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Daiane Lira analisou o cenário da crescente judicialização da saúde pública no Brasil, durante o programa *CB.Poder* — parceria entre Correio e TV Brasília. Lira conversou ontem com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Sibeles Negromonte.

Um dos principais tópicos discutidos foi a criação da Plataforma Nacional de Saúde pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma ferramenta que pretende enfrentar o problema da judicialização, por meio da integração entre informações sobre medicamentos prescritos no Sistema Único de Saúde (SUS), além de permitir o compartilhamento dos dados com o Poder Judiciário.

O sistema foi projetado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e foi determinado pelo STF, sob relatoria do ministro Gilmar Mendes.

“Para além do processo judicial, o que precisamos entender é que a plataforma funcionará como um banco de dados, de forma segura, transparente, célere e, principalmente, fundamentada em informações de saúde, que são muito importantes tanto para a análise do SUS quanto para a análise do Poder Judiciário”, explicou a conselheira.

Daiane explica que o sistema armazenará os dados de quem prescreveu o medicamento, onde tramitou o processo administrativo, qual foi o resultado da solicitação administrativa e quem é o ente competente caso haja judicialização.

“Também haverá informações sobre o preço do medicamento, a existência de estoque, atas de registro de preços do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde disponíveis no âmbito do Sistema Único de Saúde. Tudo isso será importante para a análise judicial realizada pelo magistrado”, argumentou.

Além disso, a plataforma também permitirá que o próprio paciente acompanhe o andamento do seu pedido, enquanto médicos, gestores do SUS e integrantes do Judiciário terão acesso às informações necessárias, sempre respeitando as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

“O sistema será muito importante para o paciente, que também terá acesso a esses dados, e para todos os atores envolvidos na concessão de medicamentos, seja na esfera administrativa, seja na judicial”, analisou a conselheira.

Além de organizar os dados clínicos e administrativos, a ferramenta já incorporará as definições estabelecidas pelo STF sobre qual ente federativo é responsável pelo fornecimento de cada medicamento. A medida busca reduzir conflitos sobre competência entre União, estados e municípios, uma das principais causas de divergência nos processos judiciais sobre saúde.

“Ela reunirá as prescrições médicas, toda a tramitação administrativa, o resultado da solicitação — se foi deferida ou indeferida — e, caso haja um processo judicial em razão do indeferimento administrativo, o magistrado terá acesso a todas essas informações em uma única plataforma”, disse Lira.

Atualmente, existem mais de 900 mil processos judiciais em saúde em tramitação. Entre eles, o tema mais judicializado é o fornecimento de medicamentos, correspondendo a cerca de 20% do total de processos.

De acordo com Lira, as demandas envolvem desde medicamentos de alto custo e ainda não incorporados no SUS até remédios previstos nas políticas públicas, mas indisponíveis por falta de estoque ou problemas administrativos.

Em seguida estão as ações relacionadas a consultas, cirurgias e leitos de UTI. Os dados fazem parte do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS), vinculado ao CNJ.

Diferenças regionais

O CNJ também destaca que a judicialização varia conforme a realidade de cada região do país. Enquanto estados das regiões Norte e Nordeste concentram maior número de ações relacionadas ao acesso a consultas, cirurgias, leitos de UTI e medicamentos já incorporados ao SUS, estados como o Rio Grande do Sul registram mais processos envolvendo medicamentos ainda não incorporados às políticas públicas.

“Essas complexidades precisam estar contempladas na Plataforma Nacional de Saúde, inclusive em situações envolvendo

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Daiane Lira: Plataforma Nacional de Saúde representa transparência e segurança de dados sobre o SUS

Desafio no Judiciário

A Justiça brasileira contabiliza mais de 900 mil processos ativos referentes à saúde dos brasileiros. Problemas relativos ao fornecimento de medicamentos correspondem a 20% das ações.

EM 2025

- Redução dos processos contra a saúde pública em 6%
- Aumento dos processos contra a saúde suplementar em 6%

PLATAFORMA NACIONAL DE SAÚDE

Objetivos

- Diminuir a judicialização da saúde pública
- Ampliar a transparência na gestão da assistência farmacêutica
- Facilitar a identificação do ente federativo responsável pelo fornecimento de cada medicamento
- Fortalecer a coordenação entre União, estados e municípios

Banco de dados

- Integra informações sobre medicamentos prescritos no SUS em todo o país
- Compartilhamento de dados com o Poder Judiciário.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

prescrições de medicamentos em locais sem acesso à internet. Como será feita a integração desses dados? Todas essas questões estão sendo analisadas neste momento”, afirmou Daiane.

A partir deste mês, o sistema ficará disponível para médicos e gestores de municípios de Goiás, Tocantins, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A plataforma será testada por meio de simulações de prescrições de medicamentos durante 30 dias.

Após essa etapa, o Comitê de Governança Colaborativa do CNJ analisará os resultados para definir ajustes antes da ampliação dos testes em casos reais e, posteriormente, da implantação nacional.

Saúde suplementar

O CNJ também acompanha os processos relacionados à saúde suplementar. Segundo a conselheira, a judicialização da saúde suplementar é mais recente no âmbito do Poder Judiciário.

Números do FONAJUS mostram que, pela primeira vez, as ações na saúde suplementar superaram as da saúde pública. Em 2025, houve uma redução nos processos contra a saúde pública em 6%, enquanto na saúde suplementar, os números de ações cresceram 6%.

“O CNJ trabalha com políticas públicas e judiciárias de forma isonômica, tanto para a saúde pública quanto para a saúde suplementar. Todo o acompanhamento, as discussões e as deliberações realizadas no âmbito do FONAJUS também contemplam os desafios da judicialização da saúde suplementar”, explica a conselheira.

Embora a plataforma tenha sido desenvolvida inicialmente para o SUS, o Conselho não descarta sua adaptação futura para atender também às demandas da saúde suplementar.

“A plataforma, hoje, foi desenvolvida para o SUS. Nada impede, porém, que, após sua implantação em âmbito nacional, possamos pensar em aplicá-la também às prescrições e à tramitação de solicitações de medicamentos no sistema suplementar de saúde.

Mas, neste momento, a prioridade é concluir esse processo na saúde pública, inclusive em cumprimento à determinação do Supremo Tribunal Federal”, pontuou Lira.

MEIO AMBIENTE

Agência alerta para risco em barragens

» CAETANO YAMAMOTO*

Relatório divulgado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) mostra que o Brasil possui 213 barragens com alto risco para acidentes e alto potencial de dano. Caso rompam, as estruturas podem atingir pessoas ou equipamentos relevantes, como estradas e pontes.

O dado consta no *Relatório de Segurança de Barragens* (RSB) 2026, divulgado anualmente pela agência. As barragens de alto risco estão localizadas em 19 estados e no Distrito Federal, com destaque para estruturas no Ceará, em Mato Grosso e em São Paulo.

Entre as atividades que utilizam barragens, a mineração é a que tem maior número de estruturas prioritárias, 55 (26%), enquanto 51 (24%) daquelas dedicadas ao abastecimento de água para a população estão em situação semelhante. Em seguida vêm estruturas para irrigação, com 29 (14%); regularização de vazão, com 20 (9%); paisagismo, com 17 (8%); consumo de água por animais, com 16 (8%); e outros usos, com 25 (12%).

O relatório registrou, em 2025, um total de 41 ocorrências, sendo 18 acidentes e 23 incidentes no país, sem mortes. Entretanto, ocorreram evacuações de áreas urbanas e danos em estradas e pontes. Nos acidentes, as

AFP



Tragédia de Brumadinho: barragens de mineração exigem prioridade

estruturas das barragens colapsaram, enquanto nos incidentes, elas são afetadas, com risco de rompimentos. Chuvas intensas ou cheias foram associadas a 66% das ocorrências totais.

Ao todo, o Brasil encerrou 2025 com 29.761 barragens cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (Snisb).

Em 2026, o número cresceu para 30.933, com 1.116 novos cadastros.

Segundo a ANA, um dos maiores desafios identificados é que 14.355 barragens (48% do total) ainda não foram verificadas quanto ao enquadramento na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) por falta de dados básicos como altura,

capacidade ou classificação de Dano Potencial Associado (DPA).

Fiscalização

Segundo o relatório, pela primeira vez desde o desastre em Brumadinho, em 2019, houve queda no número de profissionais que atuam na fiscalização de barragens. Nas 33 instituições que desempenham esse papel de fiscalização, 333 profissionais trabalham com essa temática. Cerca de 85% dos órgãos fiscalizadores — que são responsáveis por 92% das barragens cadastradas no SNISB —, operaram com equipes abaixo do mínimo recomendável.

“Mesmo com esse número de profissionais abaixo do adequado, as fiscalizações em segurança de barragens aumentaram entre 2024 e 2025 tanto para aquelas realizadas com visitas de campo quanto para as baseadas em checagens de documentos. Nesse período as fiscalizações em campo subiram de 2.859 para 2.924

(um aumento de 2%) e as fiscalizações documentais passaram de 3.162 para 4.712 (um incremento de 49%)”, aponta a Agência Nacional de Águas.

O levantamento informa que, em 2025, os valores orçamentários previstos e realizados em segurança de barragens foram inferiores ao ano anterior. O montante previsto foi de aproximadamente R\$ 147 milhões, sendo 57% da esfera federal e 43% da esfera estadual. O valor efetivamente pago em 2025, considerando os recursos pagos no exercício e restos a pagar de exercícios anteriores, foi da ordem de R\$ 103 milhões, ou seja, 71% do previsto. Comparado ao total realizado em 2024, R\$ 141,37 milhões, o ano de 2025 teve uma queda de 27%.

Por outro lado, o Novo PAC destinou R\$500 milhões para 135 obras de recuperação de barragens, com previsão de execução até o fim de 2026.

*Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,79% São Paulo	174.070 170.653 3/7 6/7 7/7 8/7	R\$ 5,148 (- 0,09%)	2/julho 5,208 3/julho 5,169 6/julho 5,132 7/julho 5,153	R\$ 1.621	R\$ 5,883	14,15%	14,12%
1,09% Nova York							Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58

APOSTAS ON-LINE

Fachin associa bets a crime organizado

Assim como governo e deputados, presidente do STF, Edson Fachin, engrossa o coro de críticas contra plataformas ilegais

» ARMANDO HOLANDA

A regulamentação das apostas esportivas voltou ao centro do debate em Brasília, ontem, com discussões na Câmara dos Deputados sobre os impactos das empresas de apostas on-line no esporte, na saúde pública e na economia; e com a aprovação, pelo Senado Federal, de uma medida provisória que destina parte da arrecadação do setor ao Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol). E, em paralelo, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, engrossou o coro contra as bets, alertando sobre a relação das casas de apostas com o crime organizado. Segundo ele, uma das forms mais eficazes de sufocar mecanismos de lavagem de dinheiro é por meio dessas plataformas.

A relação entre o crime organizado e as bets no Brasil “é um tema estruturalmente relevante para despertar, cada vez maior, a necessidade de uma regulação financeira que esteja atenta para este grave problema social e de segurança pública”, de acordo com Fachin. O ministro participou, ontem, de cerimônia de inauguração da nova estrutura especializada do Tribunal de Justiça de São Paulo, criada para impedir que o Primeiro Comando da Capital (PCC) fortaleça seus tentáculos no Estado.

“Nós sabemos que, infelizmente, há um mercado ilegal e clandestino que permanece à margem do Estado e, mesmo nas atividades aparentemente ilícitas e na criação de estruturas empresariais aparentemente ilícitas, também há a prática de muitos delitos que devem ser coibidos, como a lavagem de dinheiro, além da integração com outras atividades criminosas, que é o tráfico de drogas, o contrabando, os jogos ilegais, a extorsão, a corrupção”, disse Fachin.

Rômulo Serpa/CNU



Ministro Edson Fachin, do STF, defende uma regulação que “esteja atenta para o problema social e de segurança pública” relacionado às apostas on-line

Audiência pública

Na Comissão do Esporte da Câmara, parlamentares, representantes do governo e especialistas discutiram o avanço das apostas esportivas, a publicidade das plataformas, a manipulação de resultados e o crescimento da ludopatia. A audiência pública foi solicitada pelo deputado Saulo Pedroso (PSD-SP), que defendeu o aperfeiçoamento da regulamentação para ampliar a proteção aos consumidores e preservar a integridade das competições.

Um dos discursos mais críticos foi o do deputado Luiz Lima (Novo-RJ), que defendeu restrições à publicidade das plataformas de apostas. “As apostas não fazem parte do cotidiano do esporte. Da mesma forma como foi proibida a propaganda de bebidas e cigarros no esporte, temos que fazer o mesmo com as bets”, afirmou.

O parlamentar também disse que investigações conduzidas no Rio de Janeiro apontam para uma migração de parte das operações do jogo do bicho para plataformas de apostas on-line e

criticou a participação de atletas e influenciadores em campanhas publicitárias do setor. “Pelé nunca fez publicidade de cigarro nem de bebida. Hoje a namorada do principal jogador da Seleção faz propaganda de bets. É uma covardia. Quem quiser apostar, aposte, mas a pessoa ser induzida é terrível. Eu acredito que a gente pode fazer alguma coisa aqui nesta Casa”, declarou.

Representando a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, o secretário-adjunto

Fábio Macorin afirmou que as plataformas autorizadas utilizam reconhecimento facial para identificar usuários, monitoram apostas e saques para prevenir fraudes e mantém mecanismos para impedir o acesso de menores de idade e de pessoas legalmente proibidas de apostar.

“O sistema de gerenciamento de apostas possui um módulo de impedidos, abastecido com informações de beneficiários de programas sociais, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada

(BPC). Pessoas atendidas pelo Denrola também ficam impedidas de apostar durante um ano”, disse.

Macorin informou ainda que o mercado regulado de apostas movimentou R\$ 37 bilhões em faturamento bruto em 2025. A coordenadora de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde, Gabriela Andrade, alertou para o crescimento da ludopatia no país. Segundo ela, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o transtorno do jogo como uma dependência comportamental.

“Cerca de 1,9% da população mundial apresenta transtorno do jogo. No Brasil esse índice chega a 4,4%”, declarou. Ela acrescentou que “um em cada 10 adolescentes aposta no Brasil” e destacou que esse problema ainda está associado ao endividamento, ao aumento do risco de suicídio, à violência doméstica e a outros transtornos psiquiátricos.

Arrecadação

O Senado aprovou, ontem, uma Medida Provisória que destina parte da arrecadação das apostas de quota fixa ao Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol). Como o texto foi mantido sem alterações em relação ao aprovado pela Câmara dos Deputados, a proposta segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A matéria estabelece que até 3% da arrecadação das bets será direcionada ao fundo de forma escalonada: 1% em 2026, 2% em 2027 e 3% a partir de 2028. Segundo o governo, os recursos serão remanejados da parcela atualmente destinada à seguridade social e servirão para garantir uma fonte permanente de financiamento às atividades da Polícia Federal, sem criar novas despesas obrigatórias para a União. (Com Agência Estado)

PAUTA-BOMBA

Nova rodada de negociações

» RAFAELA GONÇALVES

A equipe econômica retomou, ontem, o diálogo com parlamentares em torno do projeto de lei que trata da renegociação das dívidas de produtores rurais e tenta construir um acordo com a bancada do agronegócio para recuperar o equilíbrio das contas públicas. Entre as alternativas em análise está a edição de uma Medida Provisória (MP) com regras mais restritas do que as aprovadas pelo Senado e com foco em produtores afetados por eventos climáticos.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, voltou a discutir o tema com lideranças políticas em reunião na residência oficial do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), na tentativa de aproximar as posições entre governo e Congresso. O encontro

ocorreu após a rodada de conversas realizada na véspera entre integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e representantes da equipe econômica, que terminou sem consenso.

A principal preocupação da Fazenda é evitar que a renegociação se transforme em um programa de elevado custo fiscal. Por isso, o governo pretende limitar o benefício a produtores que sofreram perdas decorrentes de secas, enchentes e outros eventos climáticos extremos, excluindo, em um primeiro momento, casos motivados apenas por queda de renda.

Em paralelo às negociações, a FPA encaminhou ao ministério uma contraproposta com condições mais amplas para o refinanciamento das dívidas. O texto defende a manutenção do acesso aos recursos do Fundo Social do pré-sal

Washington Costa/MF



Ministro Dario Durigan reuniu-se, ontem, com parlamentares

para financiar parte da operação e propõe juros diferenciados conforme a origem das perdas, com taxas menores para produtores atingidos por adversidades climáticas.

“Vamos trabalhar, agora, para ver o enquadramento, a taxa de juros, quanto vai custar essa equalização, e a possibilidade de atender o maior número de produtores”, disse o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion

(Republicanos-PR).

Pela proposta em estudo na equipe econômica, a renegociação abrangeria operações de até R\$ 8 milhões, com prazo máximo de oito anos para pagamento, dois anos de carência e juros entre 6% e 12% ao ano, conforme a modalidade de crédito. O governo também avalia criar mecanismos de garantia para facilitar a concessão de novos financiamentos ao setor.

Já a bancada ruralista propõe ampliar o limite para R\$ 10 milhões por produtor e R\$ 50 milhões para cooperativas. O prazo de pagamento seria de até 10 anos, com dois anos de carência sem cobrança de juros. Além disso, os parlamentares defendem a manutenção do texto aprovado pelo Senado, que permite a renegociação também para produtores que registraram perdas de renda, desde que atendidos critérios mínimos de enquadramento.

Juros

A proposta da FPA estabelece juros escalonados conforme o perfil do produtor. Nos casos de perdas climáticas, as taxas seriam de 4% para beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), 6% para produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), e 8% para os demais. Para operações relacionadas à perda de renda, os percentuais passariam para 5%, 7% e 9%, respectivamente.

As diferenças entre as propostas também aparecem nas estimativas de impacto fiscal. Segundo

cálculos da equipe econômica, um programa com juros entre 6% e 12% representaria custo de R\$ 1,5 bilhão por ano. A FPA estima que seu modelo, com juros reduzidos e diferenciação entre os beneficiários, elevaria essa despesa para cerca de R\$ 2,5 bilhões anuais.

O principal impasse permanece na abrangência da renegociação e no nível de subsídio oferecido. Para o Ministério da Fazenda, o texto aprovado pelo Senado cria condições excessivamente favoráveis, e pode comprometer o equilíbrio fiscal, além de aumentar a exposição de instituições financeiras com forte atuação no crédito rural, como o Banco do Brasil.

Nos bastidores, integrantes da equipe econômica classificam a proposta como uma potencial “pauta-bomba”, com impacto estimado em cerca de R\$ 140 bilhões ao longo de 10 anos. A avaliação é que, caso o projeto seja aprovado pela Câmara sem mudanças, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá vetá-lo, com a possibilidade de o governo recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) se o veto vier a ser derrubado pelo Congresso.

COMBUSTÍVEIS

Lula estuda alongar subsídios

Com retomada do conflito no Oriente Médio, governo analisa adiar nova rodada de reversão de subvenções ao diesel

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» PEDRO JOSÉ*
» RAFAELA GONÇALVES

Depois de iniciar a retirada gradual dos subsídios ao diesel, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia adiar a nova rodada de reversão das subvenções aos combustíveis. Na semana passada, o governo reverteu os subsídios de R\$ 0,35 por litro do diesel. E, no fim da tarde de ontem, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, reuniu-se com Lula, no Palácio do Alvorada, diante da expectativa desse possível adiamento de uma nova reversão. O fim do cessar-fogo entre Estados Unidos e Irã ocorreu após o presidente norte-americano, Donald Trump, afirmar que novos ataques contra os iranianos seriam realizados. **(Leia mais na página 9)** Com a retomada dos bombardeios dos Estados Unidos no Irã, o preço do petróleo tipo Brent, referência no mercado internacional e da Petrobras, chegou a ser negociado perto

de US\$ 80 o barril. Na madrugada de ontem, o barril do Brent registrou valorização de até 6,85%, sendo cotado a US\$ 79,24, a maior cotação desde 17 de junho. No fechamento, o preço da commodity recuou um pouco, mas encerrou o dia com alta de 5,2%, para US\$ 78,02 o barril. Diante da expectativa de que essa valorização atinja os preços no mercado interno de combustíveis e pressione a Petrobras a um repasse imediato aos distribuidores, o governo considera recuar na retirada das subvenções de R\$ 0,44 por litro de gasolina e de outro subsídio ao diesel, de R\$ 1,12 por litro.

Tramitação

O possível recuo na programação de retirada de subvenções a combustíveis também ocorre em paralelo às movimentações no Congresso que tratam de subsídios a essas fontes de energia. Ontem, a Câmara dos Deputados aprovou uma Medida Provisória (MP) que abre crédito extraordinário de R\$ 10 bilhões para subsidiar parte

Freepik



Barril do petróleo tipo Brent voltou a ser negociado perto de US\$ 80, após fim do cessar-fogo

do preço do diesel, impactado pelo conflito no Oriente Médio. A MP, que ainda será votada no Senado Federal, prevê a utilização de recursos do superavit financeiro de 2025

para pagar a subvenção até 31 de dezembro deste ano. Os parlamentares prorrogaram, por mais 60 dias, a vigência da MP que estabelece mecanismos de

subvenção para produtores e importadores de combustíveis derivados de petróleo. Agora, a previsão é de que o texto seja analisado pelo Legislativo até 23 de setembro.

Reação dos mercados

A retomada do conflito no Oriente Médio elevou a aversão ao risco nos mercados internacionais, diante da preocupação de que um novo aumento nos preços da energia pressione a inflação global e dificulte futuros cortes nas taxas de juros pelo Federal Reserve (Fed). Na avaliação do economista sênior da Nomad, Vitor Kayo, a alta do petróleo reacende preocupações com a inflação mundial, mas pode produzir efeitos distintos sobre a economia brasileira. “A commodity ganha ainda mais força, reacendendo o temor de pressões inflacionárias globais e de impacto sobre a trajetória de juros nos EUA. Ainda assim, a valorização ampla de commodities funciona como contraponto para o real, ao melhorar as condições de troca do país e ampliar a entrada de dólares pelo canal exportador, o que ajuda a conter parte do avanço da moeda americana”, disse.

Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

ATIVIDADE ECONÔMICA

FMI melhora projeções para o PIB do Brasil

» ROSANA HESSEL

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou, ontem, as projeções do relatório *Panorama Econômico Mundial* (WEO, na sigla em inglês), de abril. E, apesar de reduzir as estimativas de crescimento

do Produto Interno Bruto (PIB) global, reforçando as perspectivas de uma desaceleração maior na economia, melhorou as projeções para o PIB brasileiro, neste ano e no próximo, refletindo a resiliência da atividade doméstica. O Fundo revisou de 3,1% para

3% a previsão para crescimento do PIB global de 2026, e elevou de 3,2% para 3,4% a estimativa para 2027. Enquanto isso, por conta das incertezas no Oriente Médio, elevou as estimativas para a inflação global, passando de 4,3% para 4,7%, neste ano, e de 3,7% para 3,9%, no próximo ano. Com isso, o Fundo reconhece que “a tendência de desinflação observada desde o início de 2024 estagnou”. Conforme o relatório, as perspectivas variam conforme a exposição à guerra e à cadeia de valor da tecnologia e consideram que a

reabertura do Estreito de Ormuz ocorra em meados deste mês, com as condições retornando, em linhas gerais, ao cenário anterior à guerra até março de 2027. Pelas novas projeções do FMI, o PIB do Brasil deve crescer 2,4%, neste ano, dado 0,5 ponto percentual acima da estimativa anterior, de 1,9%. Para 2027, o organismo multilateral elevou a perspectiva de alta do PIB de 2% para 2,2%. “Espera-se que o crescimento no Brasil se mantenha resiliente em 2026, mas que desacelere ligeiramente no ano seguinte”, destacou.

“Até o momento, a economia global como um todo resistiu ao choque da guerra melhor do que se temia. As variações e repercussões nos principais canais de transmissão — preços de commodities, expectativas de inflação e condições financeiras — foram relativamente limitadas”, destacou o Fundo ao comentar sobre as revisões atuais. A revisão das projeções do FMI reforça a expectativa de que o Brasil volte a figurar entre as 10 maiores economias do mundo em 2026. De acordo com as estimativas do organismo, o país deverá recuperar

a 10ª posição no ranking global, ultrapassando o Canadá. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, havia sinalizado que o FMI revisaria para cima as projeções de crescimento da economia brasileira. Sem citar o patamar da taxa básica de juros, Durigan atribuiu, na ocasião, a melhora das perspectivas econômicas às políticas implementadas pelo governo para estimular um crescimento sustentável e ampliar a confiança de investidores e agentes econômicos. **(Colaborou Rafaela Gonçalves)**

MARATONA BRASÍLIA 2027

O aniversário da capital de 2027 já tem ritmo próprio: o dos seus passos.

No dia **21 de abril**, a Esplanada dos Ministérios se transforma no maior cenário de superação do país.

KIT-ATLETA

- Camiseta tecnológica exclusiva do evento;
- Ecobag sustentável colecionável;
- Número de peito com chip de cronometragem;
- Medalha comemorativa pós-prova (para todos os concluintes).



Imagens meramente ilustrativas.

LOTE PROMOCIONAL DE LANÇAMENTO

VAGAS LIMITADÍSSIMAS:

FAÇA A SUA INSCRIÇÃO!





ORIENTE MÉDIO

Vai começar de novo?

EUA e Irã voltam a trocar bombardeios e Donald Trump ameaça com retorno à “guerra total” dos primeiros 40 dias de conflito. Analistas ponderam que o custo econômico e as eleições de novembro jogam contra a opção por nova escalada

» SILVIO QUEIROZ

Uma salva de bombardeios contra alvos no litoral sul do Irã, na noite de ontem, indicou que os Estados Unidos parecem dispostos a iniciar uma nova rodada de luta aberta no Oriente Médio, ainda que não tenham descartado de maneira definitiva o acordo negociado em junho com mediação de Paquistão, Catar e Turquia. O estopim para a retomada das hostilidades, segundo Washington, foram ataques iranianos contra navios no Estreito de Ormuz, via naval crítica para o mercado de petróleo e ponto nevrálgico do conflito iniciado pela ofensiva de EUA e Israel contra a República Islâmica, em 28 de fevereiro. Falando na capital turca, Ancara, durante a reunião de cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), o presidente Donald Trump declarou “morto” o cessar-fogo com Teerã e prometeu “ataques duros ainda nesta noite”.

Analistas e observadores se debruçam sobre o cenário no Golfo Pérsico desde a última rodada de fogo cruzado, com bombardeios norte-americanos contra alvos iranianos, na terça-feira. Na madrugada de ontem, o Irã revidou lançando mísseis contra instalações militares norte-americanas no Bahrein, sede da 5ª Frota, e no Kuwait, onde ficam aquarteladas suas forças terrestres. Em resposta, Trump afirmou aos parceiros na aliança militar que o memorando de entendimento assinado em Islamabad “acabou, da minha parte”. Não chegou a anunciar a retirada dos “excelentes negociadores” que seguem trabalhando no acordo definitivo com a contraparte iraniana, mas disse considerar o esforço “uma perda de tempo”, e referiu-se à nova liderança do regime de Teerã como “escória”.

“Podemos considerar que Trump busca uma segunda fase na guerra contra o Irã, mesmo sabendo que não tem apoio do Congresso”, pondera o professor Roberto Goulart Menezes, titular do Instituto de Relações Internacionais

Saul Loeb/AFP



O presidente dos EUA faz escala no retorno da reunião de cúpula da Otan, na Turquia: ameaças e xingamentos à liderança do regime iraniano

(Irel) da UnB. Ele chama a atenção para a coincidência entre a nova crise no frágil cessar-fogo e os funerais do aiatolá Ali Khamenei, segundo líder supremo da República Islâmica, morto no primeiro dia de guerra — uma cerimônia para a qual a Casa Branca prometeu um período de trégua. “Ao atacar o Irã durante a celebração, desrespeitando os rituais, Trump procura cutucar o Irã para que aceite os termos que os EUA querem impor”.

Assim como o estudioso do Irel, o professor de relações internacionais Gunther Rudzit, da ESPM, acredita que os EUA “não estão em condição de empurrar o Irã a uma rendição total, como não tiveram durante os quatro, cinco meses de conflito”. Ele lembra que “mesmo assessores próximos” entenderam que os EUA “não tinham como derrotar militarmente” o Irã — por isso convenceram o presidente a aceitar o acordo de

Islamabad. “Do ponto de vista estratégico, nada mudou”, conclui Rudzit. Menezes avalia que o retorno à “guerra total” dos primeiros 40 dias do conflito não interessa ao regime islâmico. “O Irã, de início, não queria a guerra, e segue querendo garantias de que os ataques não voltarão a ocorrer”, afirma. “Quer reconstruir a parte do país que foi destruída, quer retomar a normalidade, inclusive aceitou reabrir o Estreito de Ormuz. Mas as

ações dos EUA empurram para uma situação de alerta total.” Para o professor da ESPM, “o regime de Teerã ganhou a guerra e sabe que tem esse instrumento para pressionar o governo americano”. Ele minimiza as ameaças de Trump — “não dá para acreditar em nada que ele diz” —, e lembra “uma antiga máxima que diz que, em toda guerra, a verdade é sempre a primeira baixa”.

Ambos os especialistas apontam



Imagem de vídeo mostra explosões no sul do Irã: trégua sob risco

as eleições legislativas de novembro, nos EUA, como um fator capaz de condicionar a condução do conflito pela Casa Branca. “Trump segue correndo contra o tempo para encerrar o conflito, apesar de estar dando declarações no sentido contrário”, diz o professor do Irel/UnB. “Ele sabe que o último recurso que tem é enviar tropas para invadir o Irã, mas isso poderia, certamente, voltar-se contra seus objetivos de manter o controle da Câmara e do Senado, ou pelo menos de uma das casas do Congresso”. Gunther Rudzit vai na mesma linha: “Voltar a uma guerra total tem custo econômico muito grande: o preço do petróleo já disparou, como o do querosene de aviação, e a gasolina também vai subir nos postos dos EUA. Quanto mais perto da eleição, esse efeito econômico vai ser pior para o Partido Republicano”.

Murtadha Ridha/AFP



Homenagens ao líder iraniano na cidade sagrada xiita de Karbala

Multidões reverenciam Khamenei no Iraque

A presença em massa dos fiéis em Najaf e Karbala situa a dimensão espiritual e política do líder supremo do Irã para os muçulmanos xiitas, que são maioria também no Iraque, e o lugar que a República Islâmica busca ocupar no Oriente Médio. Depois de ser reverenciado por multidões em Teerã, o corpo do aiatolá (“sinal de Deus”) Ali Khamenei foi recebido em Najaf pelo presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, pelo chanceler Abbas Araghchi e pelo premiê iraquiano, Ali al-Zaidi.

Najaf, coberta de faixas e retratos de Khamenei, abriga o mausoléu dedicado ao primeiro imã dos muçulmanos xiitas, Ali, primo e genro do profeta Mohammad. O xiismo tem raízes justamente na reivindicação de Ali como sucessor legítimo do fundador do islã — posição contestada pela corrente ainda hoje majoritária no islã, a dos sunitas, que se proclamam seguidores da “tradição” (sunna, em árabe), fundada nos ditos e atos de Mohammad. Ali morreu em 661 em

Kufa, ao sul de Najaf, cidade onde, nos anos 1970 e 1980, viveu exilado e como mentor religioso o aiatolá Ruhollah (“sopro de Deus”) Khomeini, líder da revolução islâmica de 1979 no Irã e primeiro líder supremo do regime.

Talvez ainda mais simbólica é a passagem do cortejo por Karbala, onde estão os restos dos dois filhos de Ali, Hassan e Hussein. O último, reverenciado como o quarto imã dos xiitas, foi morto nas imediações da cidade em combate com

forças leais ao califa sunita Yazid. Seu martírio, como é descrito no xiismo, é celebrado anualmente no feriado da Ashura, em que os fiéis desfilam pelas ruas da cidade em autoflagelo.

As cerimônias fúnebres para Khamenei se encerram hoje, com o sepultamento em seu berço, Mashhad, segunda maior cidade do Irã, no extremo leste do país, com cerca de 3,5 milhões de habitantes. O nome, no idioma persa, significa “lugar de martírio”. (SQ)

CÚPULA DA OTAN

Ajuda à Ucrânia e ameaças à Groenlândia

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aproveitou a cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), realizada em Ancara (Turquia), para anunciar ajuda à Ucrânia, atacar a soberania dinamarquesa da Groenlândia e ameaçar os gastos militares da Espanha. Durante reunião com o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, Trump sinalizou uma licença a Kiev para a produção de mísseis americanos. “Uma das coisas sobre as quais vamos conversar é que vamos dar a vocês uma licença para fabricar Patriots. Nada mal, não é? Assim vocês não poderão reclamar que não damos mísseis suficientes”, disse. “Ainda não informamos a empresa, mas isso vai ser resolvido”, acrescentou Trump.

A Ucrânia tem mostrado

dificuldades para derrubar mísseis balísticos russos, enquanto se esgotam os estoques de interceptadores Patriot de fabricação americana, cruciais para sua defesa. Trump reiterou a convicção de que tanto Zelensky quanto o presidente russo, Vladimir Putin, desejam encerrar os combates. Moscou classificou as promessas de ajuda a Kiev como “irresponsáveis” e acusou os países europeus de “se prepararem para um conflito armado”. Na declaração final da cúpula da Otan, Europa e Canadá se comprometeram a manter o fluxo de apoio militar para os ucranianos em um montante de US\$ 80 bilhões (cerca de R\$ 412 bilhões) por ano, tanto em 2026 quanto em 2027.

No início da reunião, Trump enviou um recado à Otan, em declarações dadas ao lado do secretário-geral da aliança militar, Mark

Saul Loeb/AFP



Rutte. “Não estou satisfeito com a Otan pelo que fizeram com a Groenlândia, e não estou satisfeito com a Otan porque não quiseram nos ajudar com o principal Estado

patrocinador do terrorismo, que é o Irã. Não estavam dispostos a nos ajudar”, afirmou.

Na ocasião, o líder americano disse que “a Groenlândia é um

Volodymyr Zelensky, presidente ucraniano, durante reunião de líderes da Otan, na Turquia: auxílio de Washington para defesa

grande problema para nós” e admitiu que a ilha “é muito importante para os Estados Unidos, mas não para a Dinamarca”. “Precisamos dela para a proteção do mundo, não apenas dos Estados Unidos. Não ajuda a Dinamarca, mas nos ajuda”, justificou-se. Mette Frederiksen, primeira-ministra da Dinamarca, deixou claro que a Groenlândia “não está à venda”. Na terça-feira, Trump insistiu que o território autônomo dinamarquês deveria ser “controlado pelos Estados Unidos”.

O inquilino da Casa Branca também acusou a Espanha de não gastar o suficiente com a pasta da Defesa e de não ter cedido suas

bases militares para a campanha contra o Irã. E afirmou que os Estados Unidos “vão cortar todo o comércio” com Madri. “A Espanha é uma causa perdida. Não queremos mais relações comerciais com a Espanha”, disse Trump. Ao fim da cúpula na Turquia, o republicano moderou o tom e fez um “afago” aos 31 líderes aliados presentes no encontro. “Foi uma grande reunião, havia muito amor nesta sala, muita unidade”, disse a jornalistas. Pedro Sánchez, primeiro-ministro espanhol, descartou uma contenda com o americano e exaltou as relações “muito positivas” com os Estados Unidos.

VISÃO DO CORREIO

Atrasos no combate à escravidão contemporânea

Resgatada neste mês em um condomínio de luxo no Ceará, uma mulher de 62 anos é vítima de enredo que derruba qualquer argumento de que mentalidade e práticas escravocratas ficaram em um passado sombrio da história brasileira. Ela trabalhou para três gerações de uma mesma família, a partir dos 7 anos de idade, sem nunca ter recebido salário por isso. A jornada mais recente começava às 4h30 da manhã e combinava funções de babá, faxineira e cozinheira, entre outros afazeres domésticos, e tinha como contrapartida R\$ 600 mensais, fruto da inscrição no Bolsa Família que também estava sob controle dos empregadores. Livre do regime análogo à escravidão, a idosa enfrenta, agora, outra faceta do racismo estrutural que engrena as relações no Brasil. Não há prisões, reparação à altura e muito menos surpresa com tamanha perversidade.

É rotina para profissionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) se depararem com relações de violência extrema incompatíveis com sociedades que se dizem civilizadas. No ano passado, 2.772 pessoas foram resgatadas da condição de trabalho análoga à escravidão — um aumento de 27% em relação a 2024. O recorte apenas do trabalho doméstico revela avanço ainda maior: 80%, de 19 para 34 resgates no mesmo período. Chama a atenção ainda o fato de que, considerando as operações de 2025, praticamente uma em cada quatro vítimas (24%) tinha o ensino médio completo e que, pela primeira vez, o número de trabalhadores resgatados no meio urbano (68%) superou o do meio rural.

Além de persistir, a escravidão é camaleônica, se adapta impulsionada pela sobreposição de vulnerabilidades que facilita a violação de direitos neste país. As correntes da servidão seguem nas lavouras e,

cada vez mais, se cravam em oficinas de costura clandestinas, nas construções irregulares de edifícios, sobre as rodas dos serviços de entrega, nas garras de traficantes, nas falsas comunidades terapêuticas e nos quartos ocupados por quem é “praticamente da família”. De tão entranhadas, só serão rompidas com uma resposta integrada do poder público e o entendimento aprofundado da inadmissibilidade dessas práticas.

Nesse sentido, o recorde de denúncias recebidas em 2025 contrasta com a condução do caso mais recente que chegou aos noticiários. Pelos cálculos dos auditores fiscais, os créditos trabalhistas dos serviços que a idosa prestou à família no Ceará durante mais de 50 anos ultrapassam R\$ 1,5 milhão. Conforme o Termo de Ajuste de Conduta assinado, ela vai receber R\$ 50 mil de verbas rescisórias, um imóvel no valor de R\$ 150 mil e o custeio das contribuições previdenciárias até a sua aposentadoria. O recado é claro: sai barato subjugar o trabalho alheio.

Na avaliação de especialistas, o Brasil tem uma legislação considerada referência internacional na proteção dos direitos humanos e do trabalho. Além disso, é signatário de diversos instrumentos internacionais voltados à erradicação do trabalho escravo contemporâneo. A realidade dos campos e das cidades, porém, revela a complexidade de transformar esses pactos legais em prática cotidiana. Em um momento em que o debate sobre como as jornadas afetam a qualidade de vida dos trabalhadores mobiliza autoridades e figuras públicas, é oportuno — e necessário — que os olhos também se voltem para as condições que, travestidas de oportunidade de emprego, destroem a dignidade humana e transformam pessoas em mercadorias.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Apoio emocional para jovens

Nem sempre vista com a devida atenção, a saúde mental de crianças e — especialmente — de adolescentes tem de estar entre as prioridades da família, da sociedade e do Estado. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), globalmente, um em cada sete jovens de 10 a 19 anos sofre de algum transtorno mental, como depressão e ansiedade. Também conforme a entidade, o suicídio é a terceira principal causa de morte entre pessoas de 15 a 29 anos.

Na semana passada, o Ministério da Saúde lançou uma importante ferramenta de atendimento em saúde mental para jovens. A faixa etária de 13 a 24 anos tem a possibilidade de acessar, gratuitamente, a plataforma "Pode Falar".

Conforme a pasta, o serviço oferece escuta e atenção psicológica, que podem ocorrer anonimamente, se o jovem assim preferir. O contato inicial, segundo o ministério, é feito por um chatbot, numa espécie de primeira escuta digital. Caso seja identificado que a pessoa precisa de um apoio mais direto, o sistema a encaminha para um atendimento humano — feito por estudantes de graduação e pós-graduação de áreas como psicologia, medicina e educação, sob supervisão de professores.

O acesso ocorre pelo site www.podefalar.org.br. O programa é uma parceria do ministério com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). "O serviço atua

como uma porta de entrada para o cuidado, semelhante ao CVV, mas com foco específico no público jovem", diz a pasta, numa menção ao Centro de Valorização da Vida (CVV), que oferece apoio emocional a pessoas de todas as idades e trabalha na prevenção do suicídio — essa ONG existe há mais de seis décadas e atende pelo número 188, por chat (cvv.org.br/chat/) ou por e-mail (apoioemocional@cvv.org.br).

Há diversos fatores que afetam a saúde mental de jovens, como dificuldade de lidar com emoções; discriminação; pressão para seguir os padrões da sociedade; influência das redes sociais; agressões, especialmente sexual e bullying; educação violenta, imposta por pais ou responsáveis, entre outros.

"Adolescentes com problemas de saúde mental são particularmente vulneráveis a exclusão social, discriminação, estigma (que afeta a disposição para buscar ajuda), dificuldades educacionais, comportamentos de risco, problemas de saúde física e violações dos direitos humanos", alerta a OMS.

Além da plataforma, o SUS oferece cuidado integral presencialmente, com porta de entrada pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS). O importante é buscar ajuda para crianças e adolescentes ante os sinais de transtornos. Além do sofrimento presente, as consequências podem se estender à vida adulta.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Escorpiões no DF

No Distrito Federal, o risco de uma picada de escorpião está nas casas, nas escolas e nos cantos onde ninguém espera. E cada novo caso traz de volta o medo de tragédias que nunca deveriam se repetir. Os escorpiões não surgem do nada, mas surgem onde falta cuidado urbano, limpeza, prevenção e presença do Estado. Enquanto as vítimas correm para os hospitais, o brasileiro quer unicamente segurança, orientação e ação concreta por parte do GDF.

» **Pacelli M. Zahler**
Sudoeste

Tarifaço

Discursando em audiência pública do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos, Flávio Bolsonaro (PL) argumentou que, agora, seria “o pior momento possível para agir” na imposição de novo tarifaço ao Brasil. afirmou que as eleições ocorrem neste ano e pediu que os membros da comissão não imponham novas tarifas por enquanto, para não fortalecer a candidatura de Lula. Aliás, a viagem aos Estados Unidos foi uma estardecedora pantomima da camarilha do centrão e dos deputados bolsonaristas que mandaram perguntas para Donald Trump, repudiando as tarifas impostas pelos EUA. A ânsia por holofotes políticos é patética. Como se não bastasse a descarada adulação de Flávio na visita anterior, ajoelhado pedindo ajuda de Trump para tentar ganhar de Lula em outubro. Fariam bem os parvos se perguntassem a Trump porque resolveu meter as garras na Fifa, pressionando o Infantino para cancelar, com êxito, a suspensão de jogador norte-americano, além de ter perseguido irracionalmente a seleção do Irã.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

DNA preservado

A eliminação da Seleção Brasileira é um fato: fomos eliminados e alcançamos a segunda pior colocação da história da nossa Seleção em Copas do Mundo. No campo da opinião, posso dizer que, se tivéssemos enfrentado adversários semelhantes aos de nossos vizinhos argentinos, certamente teríamos tido melhor desempenho nessa competição. Embora muitos sintam estranheza diante de um técnico europeu no comando da Seleção Brasileira, considerando o perfil dos jogadores que estamos formando, o cenário parece evidente: hoje, somos um celeiro de atletas para o mercado europeu, com características semelhantes às dos jogadores formados naquele continente, o que, diga-se de passagem, constitui uma relação comercial altamente lucrativa. No caso dos “hermanos”, continua-se a produzir, como dizem alguns jornalistas, “mão de obra” para o mercado internacional — inclusive para o mercado brasileiro, suprimindo a carência daqueles que deixamos de formar por aqui. Mas com um detalhe importante: sem perder suas raízes futebolísticas. É possível que essa combinação entre mudança e preservação do DNA explique muita coisa.

» **Daniel Cunha**
Águas Claras

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

DF ganha 18 novos ônibus elétricos: o governo deu um passo muito importante nessa área de transporte. É necessário aumentar a quantidade desse tipo de veículo!

Leonardo Brito — Brasília

O Distrito Federal já teve um bom Ministério Público, um bom Tribunal de Contas, uma boa Câmara Legislativa. Em outros tempos, a CEB não teria sido privatizada, muito menos a saúde e a educação.

Edmilson Ferreira — Brasília

Quem mais recebeu três contas de energia em um mês sem saber como mediram? E o pior: com um valor absurdo! A gente que se vire para pagar e não ter a luz cortada!

Rozeane Barbosa — Brasília

Audiência sobre tarifaço: o criminoso sempre retorna ao local do crime.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Trump alerta que atacará o Irã “com muita força”. Foram eliminados da Copa, mesmo recorrendo a um trambique. Já é era de inventar uma nova encrenca e seguir disfarçando que é um bom gestor!

Marlon Barros — Cruzeiro

Espírito desportivo: foi elegante demais da parte do Palmeiras parabenizar, de modo especial, o seu elenco estrangeiro por sua convocação para atuar em suas respectivas Seleções. Isso é positivo para o futebol!

Marcos Paulino — Vicente Pires

Estado primitivo

A declaração do técnico da seleção de futebol do Egito, Hossam Hassan, sobre o sofrimento palestino na Copa do Mundo 2026 é um espelho cruel da nossa realidade. É uma vergonha para a humanidade que, em pleno século 21, ainda presenciemos a barbárie de guerras inúteis e o extermínio de povos. A indiferença global diante de tamanha crueldade nos rebaixa a um estado primitivo. Não podemos aceitar viver como bárbaros, ignorando a dor alheia. Urge resgatar a empatia e a dignidade, para que a voz da humanidade prevaleça sobre a crueldade.

» **Marcelo Galimberti Nunes**
Porto Alegre (RS)

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Três lições da Copa



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito
da Universidade de
Brasília (UnB)

A primeira lição desta Copa é seu papel na luta contra o racismo. Os torcedores brancos europeus tratam seus atletas como heróis, independentemente da raça. Esse reconhecimento ajuda a quebrar o preconceito, na medida em que o país passa a dever suas conquistas a jogadores negros ou árabes. Há algumas décadas, até mesmo no Brasil, exigia-se que jogadores negros usassem pó de arroz no rosto para embranquecê-los. Se esse preconceito tivesse continuado, o Brasil não teria conquistado Copas do Mundo, pois grande parte de nossos jogadores é formada por afrodescendentes.

Nos beneficiamos ao abrir os alambrados para os jogadores negros, mas ainda não retiramos as catracas na entrada das escolas de qualidade. Para entrar nelas, no lugar do pó de arroz, é preciso pagar mensalidade, ou fazer um concurso. Orgulhamo-nos de cinco taças mundiais de futebol, mas ainda não conquistamos um único Prêmio Nobel porque dezenas de milhões de cérebros talentosos nunca tiveram oportunidade de estudar. Já deixamos que negros entrem em campo, mas ainda não deixamos que pobres entrem nas melhores escolas; permitimos que todos joguem futebol com

bolas igualmente redondas, mas não oferecemos escolas com a mesma qualidade para todas crianças. O futebol venceu o racismo; a educação ainda não venceu o rendismo.

Na segunda lição, a Copa revela a atual geopolítica do mundo contemporâneo: o mundo já não é a soma de países separados, agora cada país é um pedaço do mundo. Países cuja população é majoritariamente de baixa renda disputam o futebol em condições de igualdade com países cuja população é majoritariamente de alta renda, porque as fronteiras geográficas e econômicas nacionais já não determinam a “nacionalidade” dos jogadores. Eles nascem em países desiguais em riqueza, mas vivem em um mesmo circuito internacional. O livro, de 1994, *A cortina de ouro: os sustos do final do século e um sonho para o próximo* propôs a ideia de que o enfraquecimento das fronteiras nacionais deu lugar a um mundo integrado, mas com a uma fronteira social que divide cada país, separando os habitantes do primeiro mundo internacional dos ricos e os moradores do arquipélago mundial dos pobres: a “cortina de ferro”, política, foi substituída por uma “cortina de ouro”, social, que segrega a população de cada país entre uma parcela integrada mundialmente — no futebol, na saúde, na cultura e na educação — e outra de pobres, espalhados pelo mundo.

A Copa de 2026 confirma essa nova geopolítica: independente de sua origem, cada jogador é, ao mesmo tempo, nacional e internacional. No fim das partidas, jogadores de países diferentes confraternizam não apenas por cortesia esportiva, mas também pela amizade construída ao longo de campeonatos disputados entre

seus clubes. Usam camisas diferentes, mas são compatriotas do mesmo país social, com salários semelhantes e padrões de vida próximos. Pertencem a nacionalidades geográficas diferentes, mas à mesma nação social e cultural.

A terceira lição está nas camisas: já não representam apenas um país, também uma empresa. Não é difícil imaginar que estamos assistindo a uma das últimas Copas disputadas por seleções nacionais. No futuro, cada equipe poderá representar uma das grandes corporações mundiais, e não mais um país. A Seleção Brasileira já sinalizou essa tendência ao compartilhar seu símbolo nacional com o símbolo da Nike. Em algum tempo, não sobrará espaço para o símbolo nacional, nem ele se justificará para reunir jogadores internacionalizados.

Atualmente, já existem crianças torcendo por clube estrangeiro. Seus netos, talvez, não torcerão pela seleção nacional de seu país, mas por uma “escuderia”. A maneira de evitar esse mundo impessoal é oferecer uma educação de qualidade que forme cada criança para aceitar a marcha integradora da civilização global, mas lhe permita sentir-se parte do mundo sem perder sua identidade nacional; seja humanista sem perder o gosto de ser brasileiro. Para tanto, é preciso fazer agora com as escolas o que no passado fizemos com o futebol: abrir os alambrados, tirar as catracas que barram alunos conforme o CPF ou CEP e, em consequência, ainda por cor. Porque, no futebol, os negros jogam com bolas igualmente redondas nos campos oficiais, mas os pobres ainda frequentam escolas com qualidade desigual.



Cairo Gomez/CB

Os custos implícitos da comunicação do BC



» BENITO SALOMÃO
Professor do Programa de
Pós-Graduação em Economia
da Universidade Federal de
Uberlândia (PPGE/UFU)

Na sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu cortar a taxa básica de juros para 14,25% ao ano. Essa decisão já era esperada pela ampla maioria dos agentes e, portanto, não causou surpresas. Surpreendente mesmo é a imensa dificuldade encontrada pelo Comitê de explicar a sua decisão. A inflação no país voltou a performar acima da meta nos meses recentes, fruto de choques em preços de energia. No entanto, o atual nível de contração da política monetária deveria ser capaz de produzir a convergência em horizonte razoável.

Para que tenhamos clareza, uma Selic de 14,25% coexistindo com uma inflação de 4,72%, supõe uma taxa real de juros de 9,53%. No último Relatório de Política Monetária (RPM) o Copom sinalizou uma taxa neutra de juros de 5%. A taxa neutra de juros pertence à família de variáveis não observáveis, trata-se de uma taxa de referência de longo prazo quando a demanda se iguala ao PIB potencial. Entende-se que, se o juro real for igual ao neutro, a política monetária nem estimula, tão pouco desestimula a inflação. Isso nos dá uma certa noção sobre o quão contracionista segue a política monetária no país mesmo diante do último corte. Uma Selic real de 9,5% coexistindo com um juro neutro de 5% resulta em um juro real 4,5% acima do neutro.

A persistência da inflação alternando momentos acima da meta, com outros no limite superior da mesma, deflagra o mau funcionamento do Regime de Metas de Inflação (RMI) no Brasil. Esse problema torna-se ainda mais

evidente desde a independência do Banco Central em 2021. De lá para cá, o Copom não tem sido capaz de produzir a convergência da inflação para o centro da meta, mesmo diante da calibragem da política monetária que tem produzido há anos juros reais muito superiores ao juro neutro.

As razões da incapacidade de o BCB produzir a referida convergência da inflação para a meta, a despeito de juros reais tão altos, requerem investigação mais aprofundada. No entanto, é possível apresentar algumas suspeitas. Nos últimos dias, um elevado volume de reportagens envolvendo o último comunicado do Copom tomou conta da imprensa. O Comitê deu margens a interpretações ao sinalizar um cenário de incertezas, mediante a choques, ao mesmo tempo que sinalizava “diferentes trajetórias” na taxa de juros; combinada com convergência da inflação para a meta apenas em 2028. Isso deixou alguns economistas perplexos.

O RMI é um produto da revolução das expectativas racionais dos anos 1970. Até meados daquela década, havia a crença generalizada de que a inflação era causada ou pela quantidade de moeda em circulação ou por eventual conflito distributivo entre trabalhadores e empresas expresso na relação entre salários/preços. Sob expectativas racionais, a inflação passa a estar condicionada à informação que os agentes econômicos têm no momento de decidir sobre preços e salários. Em outras palavras, ao decidir o seu preço hoje, uma firma faz projeções baseadas nas informações disponíveis sobre o comportamento da economia no futuro. Repare que, sob tais hipóteses, a inflação deixa de ter causas puramente monetárias e passa a ter causas psicológicas.

A informação passa a ter um papel fundamental nas decisões de agentes quanto a salários e preços, e isso inaugura nos anos 1990 uma nova maneira de os BCs fazerem política monetária. Até então, os BCs faziam política monetária controlando a oferta de moeda. A partir dos

anos 1990, a política monetária passa a ser operacionalizada a partir de uma oferta endógena de moeda, em que os Bancos Centrais passaram a manipular taxas de juros em operações de mercado aberto, visando acomodar a demanda por liquidez na economia. A mudança não se deu meramente na transição do instrumento de política da moeda, para o juro. Regimes de metas passaram a ser instituídos a partir de uma função de reação dos BCs tal que a forma como os BCs manipulam os juros, passa a ser de conhecimento público.

O regime funciona com uma meta que nada mais é do que uma informação. Se há expectativas racionais e os preços são baseados em projeções que as firmas fazem mediante às informações que têm, sendo o BC crível, os agentes escolhem seus preços baseados na meta conhecida. Voltando aos instrumentos de comunicação do BC, eles passam a desenvolver um papel fundamental nesse regime, pois complementam o quadro de informações disponíveis aos agentes, auxiliando-os na sua decisão quanto aos preços.

Nesse sentido, comunicados como o divulgado na última reunião são contraproducentes, pois criam incertezas que deveriam ajudar a dirimir. O problema é que falhas na comunicação não são exclusivas da última reunião. Desde 2021, o BCB vem continuamente postergando o horizonte de convergência, isso mina a credibilidade do RMI. Se o BCB não acredita na convergência, os agentes não têm por que acreditar e escolherão seus preços baseados em outros critérios. Repare que, nesse caso, o nível da taxa de juros se torna irrelevante para produzir a convergência.

Em suma, a incapacidade de o BCB produzir a convergência da inflação para o centro da meta desde a sua independência, em 2021, não tem muito a ver com a calibragem da taxa de juros, mas talvez possa ser explicada na escolha das palavras contidas nos seus instrumentos de comunicação.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O fim do pesadelo e a volta a realidade

Com a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, encerrava-se um dos capítulos mais dramáticos da história contemporânea. Não foi apenas o colapso de um muro de concreto. Foi o desmoronamento de uma visão de mundo que, durante décadas, prometera igualdade, prosperidade e justiça social, mas que entregou escassez, repressão política, economia estagnada e milhões de vidas destruídas. Finalmente, a Europa Oriental despertava de um longo pesadelo.

Quem percorreu aqueles países nos primeiros anos após o desaparecimento da Cortina de Ferro encontrou um cenário difícil de esquecer. Ruas deterioradas, fábricas obsoletas, edifícios cinzentos, infraestrutura envelhecida e uma população que, embora finalmente livre para escolher seus governantes, ainda carregava no rosto as marcas de quase meio século de planejamento centralizado. Era como visitar uma parte da Europa que havia permanecido congelada no tempo, atrasada e arruinada. Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental e os países bálticos iniciavam praticamente do zero uma reconstrução econômica, institucional e cultural. O desafio era gigantesco. Não bastava substituir bandeiras, derrubar estátuas de Lênin ou realizar eleições livres. Era necessário reconstruir hábitos, mentalidades e instituições moldadas durante gerações por um regime em que o Estado decidia praticamente tudo.

Economias planejadas não produzem empresários. Produzem, sim, administradores de escassez. Décadas de ausência de concorrência haviam eliminado a cultura da eficiência. A qualidade dos produtos importava pouco quando não existia competição. O consumidor não escolhia. Aceitava aquilo que havia nas prateleiras. Quando o capitalismo finalmente chegou, muitos imaginaram que sua essência consistia simplesmente em cobrar o maior preço possível. Em diversas cidades da antiga Europa comunista, turistas estrangeiros eram frequentemente vistos como oportunidade única para compensar anos de privação econômica. Hotéis, táxis, restaurantes e pequenos comércios praticavam preços muitas vezes incompatíveis com a qualidade oferecida. Não era exatamente capitalismo. Era sobrevivência. O mercado livre exige algo muito mais complexo do que liberdade de preços. Exige segurança jurídica, concorrência, investimento, inovação, produtividade, confiança institucional e respeito aos contratos.

Apesar das enormes dificuldades, muitos desses países conseguiram avançar. Polónia, República Tcheca, Estónia e outros integrantes do antigo bloco soviético transformaram-se em economias competitivas, atraíram investimentos, ampliaram exportações e elevaram significativamente sua renda per capita. A memória do comunismo permaneceu viva. Talvez exatamente por isso, grande parte dessas sociedades desenvolveu profunda desconfiança em relação a qualquer projeto político que implique excessiva concentração de poder nas estruturas estatais ou supranacionais.

É nesse ponto que emerge um novo debate. Para alguns analistas, a integração europeia representa um extraordinário projeto de paz, cooperação econômica e fortalecimento institucional após séculos de guerras. Para outros, determinadas tendências recentes da União Europeia caminham para uma crescente centralização política e regulatória, reduzindo a autonomia dos Estados nacionais e enfraquecendo tradições culturais locais.

Essa segunda interpretação costuma utilizar o termo "globalismo" para descrever esse processo. Seus críticos sustentam que, sob o argumento da harmonização internacional, amplia-se progressivamente o poder de burocracias supranacionais sobre políticas migratórias, ambientais, econômicas e culturais que antes pertenciam aos parlamentos nacionais. Seus defensores respondem que muitos dos grandes desafios contemporâneos, como mudanças climáticas, comércio internacional, terrorismo, migração e segurança energética, exigem justamente maior cooperação entre países.

A história europeia do século 20 demonstra como sociedades altamente civilizadas podem, em poucos anos, entregar parcela significativa de sua autonomia em troca de promessas grandiosas de segurança, igualdade ou prosperidade. Nenhum regime autoritário começa anunciando que restringirá liberdades. Todos prometem resolver problemas. A Europa Oriental conheceu essa experiência de forma particularmente dolorosa. Milhões viveram sob censura, polícia política, economia dirigida e ausência de eleições livres. A reconstrução iniciada em 1989 demonstrou que recuperar instituições é muito mais difícil do que as destruir. Essa, talvez, seja a principal herança daquele período.

A história raramente se repete da mesma forma. Mas frequentemente apresenta dilemas semelhantes sob novas roupagens. A experiência do século 20 permanece como um convite permanente à prudência diante de projetos políticos que concentrem poder, reduzam espaços de dissenso ou proponham soluções simples para problemas complexos. É justamente por isso que a queda do Muro de Berlim continua sendo um dos acontecimentos mais importantes da história contemporânea. Não apenas porque encerrou uma ordem geopolítica, mas porque lembrou ao mundo que liberdade, prosperidade e democracia dependem menos de promessas ideológicas do que da solidez das instituições e da capacidade das sociedades de preservar, geração após geração, o espaço da crítica, da pluralidade e da responsabilidade política.

A frase que foi pronunciada:

“A solução do problema alemão dependerá de decisões em nível político internacional. Mas há muito a ser feito dentro da Alemanha em prol da Europa, da democracia e da paz. Existem forças positivas dentro do povo alemão que poderão deixar sua marca nos acontecimentos futuros.”

Willy Brandt, em novembro de 1957

História de Brasília

De tôdas as árvores plantadas na W3, as mais bonitas são as magnólias, em frente às casas da ECEL, que começarão a florir dentro em pouco. (Publicada em 26/5/1962)

Os limites de EMAGRECER sem ALTERAR HÁBITOS

Revisão com 262 ensaios clínicos questiona eficácia de canetas emagrecedoras a longo prazo, sem mudança de rotinas estabelecidas. Para especialistas, a escolha do tratamento deve considerar o perfil clínico do paciente, suas comorbidades e histórico médico

» ISABELLA ALMEIDA

Apesar de ajudar significativamente na perda de peso, a maioria dos medicamentos para obesidade, conhecidos como canetas emagrecedoras, não melhora a qualidade de vida de forma robusta e poucos demonstram benefícios cardiovasculares após um ano de uso, sem associação com mudanças no estilo de vida. Os resultados são de uma análise publicada ontem na revista *The BMJ*. Para o trabalho, os cientistas, liderados pela Universidade de Sichuan, na China, avaliaram 262 ensaios clínicos envolvendo quase cem mil participantes.

Segundo os cientistas, uma maior perda de peso costuma ser acompanhada por prejuízos mais relevantes à saúde. Entre os malefícios estão inclusive sintomas estomacais e intestinais, fadiga e perda de massa muscular, e as melhorias, como o emagrecimento, não são mantidas após a interrupção do tratamento.

De acordo com a pesquisa, diversos medicamentos para adultos com sobrepeso ou obesidade provocam perda de peso substancial, mas a maioria não foi comparada diretamente em ensaios clínicos comparativos, o que gera incertezas sobre o equilíbrio mais amplo entre benefícios e malefícios.

Para abordar esse problema, os pesquisadores buscaram em bases de dados científicas ensaios clínicos que compararam um ou mais medicamentos com mudanças no estilo de vida, placebo ou outro medicamento. Foram encontradas 262 pesquisas elegíveis envolvendo 99.791 participantes, com idade média de 49 anos e Índice de Massa Corpórea (IMC) médio de 35, que avaliaram 19 remédios para obesidade com acompanhamento de 12 a 172 semanas.

Os benefícios encontrados incluíram alterações no peso corporal, na massa gorda e na qualidade de vida, enquanto os potenciais malefícios englobam perda de massa magra, eventos adversos gastrointestinais, distúrbios relacionados à vesícula biliar e fadiga.

Comparando apenas com mudanças no estilo de vida, a maior perda de peso após um ano foi observada com

Palavra de especialista

Divulgação/CEUB



Abordagem individualizada

“O desenho desse estudo, de uma revisão sistemática e uma análise em rede, nos permite avaliar o benefício de cada molécula, qual é o impacto que ele tem e também avaliar os efeitos adversos, qual foi mais tolerado, analisar pontualmente a diferença de cada remédio. Nesse sentido, o trabalho nos traz uma maior precisão numa abordagem individualizada e compartilhada com o paciente, mostrando que os tratamentos para obesidade não são intercambiáveis e devemos sim avaliar qual é o perfil que o paciente teria maior benefício.”

MARCIO DYTZ, médico e professor do Centro Universitário de Brasília (Ceub)

tirzepatida, 14,9% e CagriSema, 14,8%, seguida por semaglutida oral, 10,9%, orforglipron, 9,9%, semaglutida subcutânea, 9,8% e fentermina-topiramato, 8,1%.

Relação inversa

Apesar dos medicamentos terem apresentado efeitos positivos, uma maior perda de peso foi consistentemente acompanhada por taxas mais elevadas de efeitos colaterais e de interrupção do tratamento, o que, segundo os autores, indica uma clara relação inversa entre benefícios e malefícios.

A tirzepatida reduziu a gordura em maior grau, mas também provocou a diminuição de massa muscular. A semaglutida subcutânea foi o único medicamento associado à redução do risco de morte por qualquer causa, em 19%, infarto, 28% e insuficiência cardíaca, 57%. Nenhum medicamento agiu de

Reprodução/Freepick



Sem mudanças no estilo de vida, o uso das canetinhas não melhora a qualidade de vida de forma robusta nem trazem benefícios cardiovasculares

forma convincente contra a insuficiência renal ou demonstrou melhorias importantes na qualidade de vida dos pacientes.

Para Luiz Sérgio Carvalho, cardiologista e professor de medicina da Universidade Católica de Brasília (UCB), o mais importante é fazer atividade física ao invés de se apoiar apenas na medicação. “É claro que aqui também existem algumas questões do ponto de vista técnico, pois massa muscular não é força muscular. Tem uma porção de estudos que estudaram esse parâmetro também. A pessoa perde músculos, mas sem prejudicar a força em geral. Para minimizar os riscos de efeito colateral é importante que os pacientes mudem a dieta e também se engajem em exercícios.”

Segundo Rafael Suhett, endocrinologista especialista em emagrecimento, o equilíbrio entre a perda de peso e a manutenção

da saúde acontece por meio de uma abordagem individualizada. “A escolha do tratamento deve considerar o perfil clínico do paciente, suas comorbidades, histórico médico e objetivos. Além disso, é fundamental associar o uso de medicamentos a uma alimentação adequada, com ingestão suficiente de proteínas, prática regular de exercícios físicos, especialmente musculação ou treinamento de resistência, e acompanhamento multiprofissional. Dessa forma, conseguimos potencializar a perda de gordura corporal e reduzir o risco de perda de massa magra e outros efeitos indesejados.”

O especialista esclarece que a escolha do remédio emagrecedor deve considerar a saúde em geral. “Hoje sabemos que alguns medicamentos para obesidade oferecem benefícios que vão além da redução do peso, incluindo diminuição

do risco cardiovascular em pacientes selecionados. Esses dados são extremamente relevantes porque a obesidade está diretamente associada ao aumento das chances de infarto, acidente vascular cerebral e outras doenças cardiovasculares. Portanto, quando existem evidências robustas de proteção, esse fator deve ser considerado na tomada de decisão, especialmente em pacientes com maior risco cardiometabólico.”

Segurança

Os autores reconhecem que a maioria dos ensaios clínicos teve um período de acompanhamento relativamente curto, o que limita as conclusões sobre a segurança a longo prazo, a qualidade de vida e os efeitos na saúde cardiovascular e renal. No entanto, afirmam que a revisão oferece uma comparação abrangente e atualizada dos

medicamentos para obesidade atualmente disponíveis e em teste.

Segundo eles, “as decisões de tratamento para a obesidade devem ser individualizadas, equilibrando os benefícios esperados, os danos, o ônus do tratamento, os custos, a disponibilidade e as preferências do paciente”.

Para os cientistas, o estudo representa um passo importante para fornecer informações comparativas que possam orientar as discussões entre pacientes e médicos sobre medicamentos para obesidade neste cenário de opções de tratamento em rápida evolução, afirmam os pesquisadores em um editorial relacionado. Eles sugerem que estudos futuros que incorporem características individuais, bem como resultados a longo prazo, como a mortalidade, devem fornecer dados adicionais para orientar a tomada de decisões individualizadas.

QUEDA DE PRODUTIVIDADE

Demência precoce começa 15 anos antes do diagnóstico

Pessoas diagnosticadas com **demência de início precoce** podem apresentar redução da produtividade no trabalho por até 15 anos antes do diagnóstico. A descoberta é de um estudo publicado, ontem, na *Neurology*, revista de saúde da Academia Americana de Neurologia. Os pesquisadores também notaram que o número de anos de menor produtividade variava dependendo do tipo de degeneração cognitiva.

“A demência de início precoce afeta as pessoas durante seus anos mais produtivos e está associada a uma menor capacidade de trabalho, aumento do desemprego e abandono da atividade laboral antes do planejado”, disse o autor líder do estudo, Eino Solje, cientista Universidade da Finlândia Oriental. “Essas mudanças podem reduzir a renda familiar e contribuir para um impacto econômico mais amplo. Nosso estudo encontrou uma associação entre a redução da produtividade no trabalho e a demência de início precoce até 15 anos antes do diagnóstico.”

O estudo incluiu 793 pessoas

Sinal de alerta

A doença ocorre quando uma pessoa com menos de 65 anos recebe o diagnóstico

diagnosticadas com demência de início precoce em dois hospitais finlandeses durante um período de 12 anos. Elas foram pareadas por idade e sexo com 7.926 pessoas sem a condição.

Para determinar a perda de produtividade, os pesquisadores calcularam a diferença média anual de renda entre pessoas com demência de início precoce e participantes saudáveis. Eles também levaram em consideração outros fatores que poderiam afetar a diferença, como nível de escolaridade e outras condições médicas.

A equipe descobriu que pessoas com demência de início precoce apresentaram perdas de produtividade progressivamente maiores, até 15 anos antes do diagnóstico.

Imagem de freepik



A demência de início precoce afeta as pessoas durante seus anos mais produtivos

Ao longo do estudo, elas tiveram perdas médias totais de produtividade de 74.577 euros, ou aproximadamente 439 mil reais.

A geriatra Beatriz Domingos

Machado de Souza Lima, da plataforma Inki de consultas, diz que há muito se associa a demência ao esquecimento dos momentos mais avançados da vida. “No entanto,

esse estudo nos convida a olhar para um cenário muito anterior e, de certa forma, mais silencioso. Os dados mostram que pessoas que recebem o diagnóstico de demência antes dos 65 anos já apresentavam sinais de queda na produtividade no trabalho até 15 anos antes. Isso não significa, como os próprios autores ressaltam, que a demência seja a causa direta dessa redução; mas a associação é forte o bastante para acender um alerta importante.”

Difícil prognóstico

Ao analisar diferentes tipos de demência, os pesquisadores descobriram que as perdas médias de produtividade em pessoas com doença de Alzheimer começavam seis anos antes do diagnóstico e no caso de demência frontotemporal, 11 anos. Para outros tipos de condições, as perdas médias de produtividade foram consistentemente altas ao longo dos anos.

“Nosso estudo constatou que a perda de produtividade foi surpreendentemente grande, com uma média de cerca de 12 mil euros, 70 mil reais, por ano por pessoa, com perdas que começaram até 15 anos antes do diagnóstico”, disse Solje.

Segundo Leandro Freitas Oliveira, professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) e pós-doutor em neurologia e neurociências, o que precisa ficar claro é que a demência de início precoce não é sinônimo de demência leve. “Pelo contrário, quanto mais cedo essas manifestações aparecem, mais difícil tende a ser o prognóstico, porque o quadro costuma ser mais agressivo.”

E conclui: “Hoje, quando pensamos nessas condições, consideramos que, após os 65 anos, esses sintomas podem começar a surgir. Antes disso, já é um sinal de alerta. Digo isso porque existem pessoas que desenvolvem aos 38, 40 ou 45 anos de idade. Nesses casos, o prognóstico tende a ser mais desfavorável!”. (Isabella Almeida)



Ex-governador do DF anunciou que está fora das eleições de 2026. Decisão ocorre em meio a desgastes políticos provocados pelo escândalo do Banco Master e pela alta rejeição local

Ibaneis Rocha desiste de concorrer ao Senado

» ANA MARIA CAMPOS
» CARLOS SILVA
» ADRIANA BERNARDES
» RAPHAELA PEIXOTO

A renúncia de Ibaneis Rocha (MDB) da pré-candidatura ao Senado mexe com as negociações dos partidos que fazem parte da coligação encabeçada por Celina Leão (PP). Na tarde de ontem, ele anunciou que está fora do páreo. “Quero cuidar da minha vida. Já fiz a minha parte, agora é cuidar dos filhos”, afirmou ao **Correio**. A decisão encerra meses de especulações sobre a candidatura e altera o tabuleiro eleitoral no DF no próximo pleito.

Com a reviravolta, o MDB vai reivindicar outro espaço na chapa majoritária, uma vez que tinha espaço importante com a disputa ao Senado. “O cenário está aberto”, afirma o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), que é também presidente regional do partido.

Nas negociações em torno da reeleição de Celina, cabe ao Republicanos o cargo de vice. O nome acordado é o do ex-chefe da Casa Civil Gustavo Rocha que se filiou ao partido no ano passado. Pessoa da confiança de Ibaneis, ele conquistou a confiança de Celina. Nos últimos tempos, com o afastamento entre a governadora e Ibaneis, surgiram dúvidas sobre a permanência de Gustavo Rocha na chapa. Mas aliados de Celina garantiam que o entendimento persistia.

Agora, no entanto, novas rodadas de discussões podem esquentar o cenário. O MDB não tem nomes com intenção de disputar o Senado no lugar de Ibaneis. Mas pode surgir um nome para o páreo. Exemplo: o deputado federal Fred Linhares (Republicanos-DF) chegou a ser cotado para a disputa, mas acertou apoio a Ibaneis. Agora o cenário mudou.

A direção nacional do MDB vai reivindicar, segundo integrantes do partido, o espaço proporcional a uma legenda que tem cinco deputados distritais, um deputado federal e um ex-governador.

Ibaneis tomou a decisão de anunciar a renúncia de sua fazenda em Correntes, no Piauí, onde está se preparando para comemorar amanhã o aniversário de 55 anos. Também está organizando um leilão de gado. Ele estava digerindo desde a semana passada notícias sobre quedas nas pesquisas.

Ele vem acompanhando há meses a queda nas intenções de votos. Saiu de uma situação em que era praticamente um senador eleito, para o cenário em que figura em quarto ou quinto colocado, com alto nível de rejeição.

Sem falar com ninguém no campo político, Ibaneis anunciou a desistência. Não conversou com figuras importantes do MDB e todos foram pegos de surpresa. Não pelo mérito, mas pelo timing. “Seria uma hipocrisia dizer que não esperávamos por isso. Mas não fomos consultados. Esse é o estilo do (ex-)governador. Tomar as decisões sem conversar antes com os aliados”, afirma Wellington. Para pessoas próximas, Ibaneis não deve disputar nenhum cargo nas eleições.

Repercussão

Procurado, o presidente nacional do MDB, o deputado Baleia Rossi não se manifestou e disse que o MDB-DF poderia dar um posicionamento. O líder local do partido, deputado distrital Wellington Luiz, lamentou a decisão do ex-governador e ressaltou o legado de Ibaneis à frente do Governo do Distrito Federal. “Em algum momento, infelizmente, tivemos problemas, e aí o governador certamente entendeu que era o melhor momento para dar uma parada e reorganizar”, declarou.

Nas últimas semanas, a pesquisa **Correio/OPINIÃO** Inteligência Política, realizada entre 11 e 15 de junho e divulgada no dia 17 de junho, mediu os índices de rejeição dos pré-candidatos ao Senado.

Ed Alves/CB/D.A Press



Quero cuidar da minha vida. Já fiz a minha parte, agora é cuidar dos filhos”

Ibaneis Rocha, ex-governador do DF

e afirmou que a decisão estaria relacionada à perspectiva de derrota nas urnas. “A desculpa é no mínimo inusitada para quem descansou durante oito anos”, afirmou Sigmaringa.

O presidente do PT-DF também fez referência aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, quando Ibaneis foi afastado temporariamente do cargo por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). “Aliás, lembremos do 8 de janeiro de 2023, quando Ibaneis também estava descansando”, declarou.

Na avaliação do dirigente petista, a desistência não decorre de uma decisão pessoal, mas do cenário eleitoral. “Agora seria derrotado na eleição e por isso desistiu da candidatura”, disse Guilherme, ao comentar a saída do ex-governador da disputa por uma das duas vagas do Distrito Federal no Senado Federal.

Ao **Correio**, a senadora Leila Barros, pré-candidata à reeleição, atribuiu a desistência ao caso BRB-Master. “Quem acompanha a política do DF sabe que essa desistência não tem a ver com descansar, mas com os escândalos do caso BRB-Master, que aconteceram sob a gestão dele, e que ainda precisam ser esclarecidos”, disse.

Desgaste

A pré-candidatura de Ibaneis vinha sofrendo desgastes desde o escândalo do Banco Master, liquidado no fim do ano passado e cujo dono, o ex-banqueiro, Daniel Vorcaro, foi preso pela Polícia Federal (PF) investigado por fraudes no

sistema financeiro, entre outros crimes. O expoente do MDB no DF ficou no centro do furacão, por ter liderado a tentativa de compra do Master pelo Banco de Brasília (BRB), arrastando o banco estatal para a maior crise econômica e de credibilidade da sua história.

O BRB chegou a comprar um total de R\$ 21,9 bilhões títulos do Master. Desse valor, R\$ 2,6 bilhões são títulos podres, ou seja, não existiam. Outros R\$ 6,2 bilhões são títulos que sugerem alguma fraude ou podem estar supervalorizados, segundo avaliação da nova gestão do BRB. Em 16 de abril deste ano, o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, indicado por Ibaneis, foi preso preventivamente na operação Compliance Zero. De acordo com a Polícia Federal, ele teria recebido de Daniel Vorcaro imóveis avaliados em R\$ 146 milhões para autorizar as operações do Master.

A crise ganhou novos contornos quando veio à tona um contrato firmado pelo escritório de advocacia fundado por Ibaneis para a cessão de R\$ 38,12 milhões em honorários de precatórios a um fundo de investimento ligado à gestora Reag Legal Claims.

Segundo informações divulgadas à época, o contrato foi assinado em maio de 2024 e previa o pagamento de cerca de R\$ 10,3 milhões, valor correspondente a aproximadamente 27% do montante original, após um deságio de cerca de 73%. Desse total, R\$ 4 milhões foram destinados ao escritório Ibaneis Advocacia e R\$ 6,3 milhões ao escritório do advogado Engels Muniz.

As revelações ampliaram o alcance das investigações sobre o caso BRB-Master porque a Reag é alvo de apurações da Polícia Federal nas operações Compliance Zero e Carbono Oculto. De acordo com as investigações, a gestora é suspeita de ter sido utilizada para movimentações financeiras consideradas atípicas e, em outra frente investigativa, de administrar fundos que teriam servido para ocultar recursos ligados ao crime organizado. Até o momento, não há decisão judicial que vincule Ibaneis às irregularidades investigadas.

À época, a defesa de Ibaneis afirmou que a negociação envolvendo a Reag refere-se à cessão de direitos creditórios oriundos de honorários advocatícios relacionados a uma ação judicial movida contra a União. De acordo com o documento, o contrato foi firmado em 29 de maio de 2024 e teve como objeto créditos decorrentes de um processo iniciado em 2008, que, segundo a defesa, percorreu todas as instâncias do Judiciário, inclusive o Supremo Tribunal Federal (STF).

O escritório afirma que a operação envolveu a cessão da totalidade dos créditos de honorários contratuais, cujo valor de face era de R\$ 38.126.581,10. Em razão da negociação, os escritórios Ibaneis Advocacia e Engels Augusto Muniz Sociedade Individual de Advocacia receberam R\$ 10,3 milhões, o equivalente a 27% do valor de face dos créditos.

Conforme a nota, o montante foi depositado regularmente em contas bancárias no dia 12 de junho de 2024, sendo R\$ 4 milhões destinados ao Ibaneis Advocacia e R\$ 6,3 milhões ao escritório de Engels Muniz. A defesa sustenta que, após a conclusão da operação, o Fundo Reag Legal Claims passou a ser o responsável por buscar judicialmente o recebimento dos valores.

O escritório também argumenta que a cessão de créditos é uma prática comum no mercado jurídico e financeiro. Na nota, afirma que se trata de um “negócio jurídico regular, lícito e reiteradamente praticado no mercado por escritórios de advocacia, credores da Fazenda Pública e instituições financeiras”, mecanismo utilizado para “abreviar o recebimento, com deságio, de valores decorrentes de ações judiciais contra entes públicos”.

Pressão

O caso provocou forte reação no meio político. Na Câmara Legislativa, o PL protocolou um requerimento para instalação da CPI do BRB-Master. Com os três deputados da legenda e os sete parlamentares da oposição, o pedido alcançava o número necessário de 10 assinaturas para a abertura da comissão. Paralelamente, a bancada do PT solicitou à Procuradoria-Geral do Distrito Federal uma auditoria sobre operações envolvendo precatórios, enquanto o PSB-DF apresentou notícia de fato ao Supremo Tribunal Federal pedindo o afastamento do então governador. PSOL e Rede anunciaram um pedido de impeachment, alegando possíveis crimes contra a probidade administrativa, as leis orçamentárias e a correta aplicação de recursos públicos.

A pressão também chegou ao âmbito federal. Os deputados Érika Kokay (PT-DF) e Pedro Uczai (PT-SC) encaminharam à Procuradoria-Geral da República uma notícia de fato pedindo investigação sobre a suposta participação de Ibaneis nas operações entre o BRB e o Banco Master. Os parlamentares solicitaram ainda o bloqueio de bens do ex-governador e defenderam que a PGR requisitasse documentos da Polícia Federal, do Banco Central, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e do próprio BRB para aprofundar as apurações.

Colaboraram Mila Ferreira e Paulo Gontijo



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Na arquibancada

Uma candidatura de Ibaneis Rocha (MDB) ao Senado exigiria um esforço enorme para rebater os ataques de adversários sobre o rombo financeiro do Distrito Federal e as operações do BRB com o Master que se tornaram escândalo nacional. Como justificar uma crise que quase quebrou um banco público? O desgaste seria maior do que as vantagens e com grande risco de terminar essa batalha como derrotado não só moralmente, como eleitoralmente. Nos bastidores, até aliados diziam que a desistência de Ibaneis de uma candidatura ao Senado seria questão de tempo, diante do cenário pintado pelas pesquisas de intenções de votos. A decisão era esperada. Mas Ibaneis não vai deixar de tentar influenciar o jogo político, elegendo aliados no Congresso, na Câmara Legislativa e no Palácio do Buriti. Sai do campo, mas segue atuando da arquibancada.



Minervino Júnior/CB/DA Press

Na próxima Copa

Aliados de Ibaneis falam como quem comenta a derrota da Seleção Brasileira na Copa do Mundo... “Quem sabe daqui a quatro anos”.



Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Bruno Spada/Câmara

Disputa feminina na esquerda e na direita

Sem a candidatura de Ibaneis Rocha (MDB), a corrida ao Senado fica — até o momento — centrada em quatro mulheres: duas do campo progressista, Leila do Vôlei (PDT) e Érika Kokay (PT); e duas da direita, Michelle Bolsonaro (PL) e Bia Kicis (PL).



Ed Alves/CB/DA Press



Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Nova desembargadora atuou em casos importantes na área penal

Nomeada pelo presidente Lula para a vaga aberta no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), em janeiro, a vice-procuradora-geral de Justiça do DF, Selma Sauerbronn, tem uma atuação destacada nas denúncias e investigações criminais a cargo do comando do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) por prerrogativa de foro dos investigados. Selma atuou no cargo nas últimas seis gestões, dos procuradores-gerais de Justiça do DF, Leonardo Bessa (hoje desembargador), Fabiana Costa e Georges Seigneur. Sempre coube a ela liderar os casos criminais espinhosos.



Georges Seigneur e Selma Sauerbronn

Divulgação

Influência

O procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, Georges Seigneur, participou ativamente da articulação institucional em favor da indicação de Selma Sauerbronn, ressaltando sua trajetória no MPDFT, a experiência acumulada ao longo da carreira e o reconhecimento de sua atuação. Nos bastidores, interlocutores avaliam que a nomeação reforça a influência de Seigneur e pavimentação do caminho para a escolha de seu sucessor. O mandato dele termina em dezembro.

Escolhas

Os três nomes encaminhados ao presidente Lula foram definidos pelo TJDFT em 17 de março, a partir da lista sêxtupla elaborada pelos procuradores e promotores de Justiça do MPDFT. Além de Selma Sauerbronn, integraram a lista tríptica os procuradores de Justiça Trajano Sousa de Melo e Maria Rosynete de Oliveira Lima (foto).



MPDFT/Divulgação

Disputa continua

Agora, continua a disputa por outra vaga no TJDFT. É que a morte da desembargadora Maria de Lourdes Abreu, em março, deixou aberto outro assento no Judiciário local. Ela também era oriunda do MPDFT.



Divulgação

Lista com repetições

Para a vaga de Maria de Lourdes Abreu, o MPDFT escolheu seis nomes como candidatos. Selma Sauerbronn, Trajano de Sousa (foto) e Maria Rosynete Oliveira Lima estão novamente na lista. Como Selma já foi nomeada, a disputa fica com cinco nomes. Integram a seleção interna o promotor de Justiça Fabiano Mendes Rocha Peloso, o procurador de Justiça Vitor Fernandes Gonçalves e o procurador de Justiça Roberto Carlos Silva. Esses, o TJDFT deverá escolher três. A palavra final é do presidente Lula.

Bolsa de apostas

Entre desembargadores, a aposta é de que a lista tríptica terá novamente Trajano de Sousa, Maria Rosynete e um procurador. Um nome forte, entre os que estão no páreo, é Vitor Gonçalves, filho do desembargador aposentado Hermenegildo Fernandes Gonçalves, ex-presidente do TJDFT, que morreu em maio.



À QUEIMA ROUPA DEPUTADO DISTRITAL CHICO VIGILANTE, LÍDER DO PT NA CÂMARA LEGISLATIVA



Ed Alves/CB/DA Press

“Temos o dever de eleger a Leila (Barros) e a Érika (Kokay) para o Senado, para ajudar o presidente Lula no Congresso”

A senadora Leila do Vôlei (PDT-DF) disse, em entrevista ao CB.Poder, que ainda acredita numa aliança do campo progressista para as eleições de outubro. Qual é a sua opinião?

Eu acredito que a esquerda terá duas candidaturas para o governo, do Leandro Grass, pelo PT, e do (Ricardo) Cappelli, pelo PSB.

Não há chance de união?

Duvido. O Cappelli anda muito arrogante com o PT e eu não perdoo também o Rollemberg pelo que ele fez com a Dilma e com o Lula, estampando na campanha uma capa da revista *Veja* que dizia: “Eles sabiam”. Muita gente já esqueceu. Eu não.

São mágoas antigas?

Eu não esqueço. E acho que o Cappelli não cresce (nas pesquisas) porque tem um tom muito agressivo. A população do DF não gosta disso. Acredito que haverá segundo turno e o Leandro estará lá.

E o Arruda? Avalia que ele será candidato?

Acho que sim.

E com quem a senadora Leila e o PDT devem se aliar, na sua opinião?

Eles vão fechar com a gente. Temos o dever de eleger a Leila (Barros) e a Erika (Kokay) para o Senado, para ajudar o presidente Lula no Congresso.

Como avalia a desistência do ex-governador Ibaneis de concorrer ao Senado?

Ele não tinha condições de manter uma candidatura com essa operação que derrubou o BRB.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

GESTÃO PÚBLICA / André Santos assume como diretor-presidente da distribuidora. Celina Leão aponta necessidade de melhorias no atendimento e na qualidade do serviço à população brasiliense, e reforça fiscalização

Novo comando na Neoenergia

» ANA CAROLINA ALVES
» ADRIANA BERNARDES
» LETÍCIA PASSOS

Após a identificação de falhas de gestão no fornecimento de energia elétrica à população brasiliense, como erros na medição de contas e ausência de notificação prévia para protesto de dívidas de consumidores, por exemplo, a Neoenergia Brasília trocou o comando da distribuidora. André Santos foi anunciado, ontem, como novo diretor-presidente, em substituição ao atual, Frederico Jacob Candian. Em nota, a Neoenergia informou que “a mudança representa o encerramento de um ciclo de transformação da concessão e o início de uma nova etapa, voltada à expansão da infraestrutura elétrica, à melhoria da qualidade do serviço e ao suporte ao crescimento do Distrito Federal”.

Engenheiro eletricista formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com especialização em gestão da manutenção, em tecnologia da informação e em gestão empresarial, André Santos assume a presidência da Neoenergia Brasília após mais de 25 anos de

atuação no setor elétrico.

Antes da nomeação, Santos era superintendente técnico da Neoenergia Pernambuco, onde atuou na gestão de operações, manutenção, desempenho de ativos e melhoria dos indicadores operacionais. Segundo a concessionária, sua trajetória é marcada pela modernização de processos, ganho de eficiência e aprimoramento da experiência dos consumidores.

Falhas e desafios

Com a troca do comando da concessionária, a governadora Celina Leão (PP) espera ver resolvidas o que ela classificou como “falhas graves” na prestação de serviços à comunidade. “As principais falhas que a gente tem acompanhado são erros de medição de conta. Nós temos também muita demora na instalação de novos pontos de concessão de energia, dificuldade do restabelecimento e em quedas também de energia. Então, acho que isso tomou uma proporção grande”, afirmou ao **Correio**.

Além disso, Celina mencionou um projeto de lei enviado pelo Executivo e aprovado pela Câmara

Legislativa do Distrito Federal (CL-DF), que obriga concessionárias de serviços públicos essenciais como a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) e a Neoenergia a notificar o consumidor com pelo menos 30 dias de antecedência antes de protestar a dívida em cartório. “Nós temos fiscalizado, inclusive mandei um projeto de lei para a Câmara para regulamentar sobre essas contas, que estavam vindo erradas. Acho que isso tudo culminou na troca da equipe”, disse.

Na avaliação da governadora, outro ponto que exige atenção são os erros nas faturas de energia registrados durante a migração dos sistemas da distribuidora. Segundo ela, a empresa não deveria encaminhar consumidores para protesto enquanto as inconsistências não forem solucionadas.

“Ter um zelo também. Eles falam que estão migrando o sistema e, por isso, estão dando esses erros nas contas, mas não podem protestar até que esse sistema seja regulado”, afirmou ao **Correio**. Celina mencionou um projeto de lei enviado pelo Executivo e aprovado pela Câmara

Divulgação/Neoenergia



Novo dirigente tem mais de 25 anos de experiência no setor elétrico

a mais indefesa, mais carente, vulnerável. O GDF vai fiscalizar e vai cobrar todas as vezes que houverem situações como essas”, acrescentou.

Celina ressaltou que o GDF tem intensificado a fiscalização sobre a concessionária, inclusive por meio da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), e afirmou que a administração local continuará cobrando respostas da empresa sempre que identificar falhas

na prestação do serviço.

“Por parte do governo do Distrito Federal, a gente sempre vai fazer a cobrança. A concessão foi feita há alguns anos, mas a prestação de serviço tem que estar adequada à perspectiva da população. Nós conseguimos que a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) fizesse alguns investimentos, que a Neoenergia fizesse alguns investimentos, como no (assentamento) 26 de Setembro. Elas nos

apresentaram um cronograma de investimentos, mas eu acho que precisa de investir, ampliar na contratação de mão de obra para ter uma resposta mais rápida ao cidadão”, destacou.

Histórico

A Neoenergia assumiu a distribuição de energia elétrica no Distrito Federal após a Bahia Geração de Energia, empresa do grupo, arrematar a CEB Distribuição em leilão realizado no fim de 2020, por R\$ 2,51 bilhões. O contrato de venda foi assinado em março de 2021 pelo então governador Ibaneis Rocha.

Em nota, a Neoenergia destacou que, durante a gestão de Candian, foram investidos mais de R\$ 1,4 bilhão na modernização e ampliação da rede elétrica — valor mais de quatro vezes superior ao registrado no ciclo anterior. Segundo a concessionária, os investimentos contribuíram para colocar Brasília entre as capitais com os melhores indicadores de qualidade no fornecimento de energia do país. Ele ocupava o cargo desde março de 2021, quando assumiu a concessionária após a privatização da Companhia Energética de Brasília (CEB).

A distribuidora informou, ainda, que prepara um novo plano de investimentos para o período até 2030, ainda sem valores divulgados. De acordo com a empresa, o objetivo é ampliar a capacidade e a resiliência da rede elétrica para acompanhar o crescimento da demanda e os desafios da transição energética.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Jorge Ferreira

Nas paredes do Feitiço das Artes, antigo Feitiço Mineiro (na 306 Norte Comercial), estavam estampadas fotos de Baden Powell, Guinga, João Bosco, Beto Guedes, Fernando Brant, Lô Borges, Tavinho Moura, Wagner Tiso. Todos eles passaram por lá e fizeram shows memoráveis. Alguns foram e voltaram muitas vezes. O restaurante e bar foi também uma casa dos músicos brasileiros. Ao longo de mais de 30 anos, abrigou shows de Clodo Ferreira, Renato Matos, Paulo André, Ian Couto, entre outros.

Em 2021, o Feitiço encerrou as atividades. Foi muito triste, mas não havia muito o que fazer. A cultura é essencial para a vida de uma cidade, no entanto, se tornou vulnerável no mundo alucinado dos negócios. O Feitiço foi ocupado por uma farmácia.

Quem insuflou alma ao Feitiço foi Jorge Ferreira, mineiro de Cruzília, sociólogo, professor, poeta e animador cultural. Em 1989, ele criou um restaurante que aliava tudo que gostaria de ter em uma casa que frequentasse: comida simples saborosa, música, ambiente agradável e bom atendimento. Parecia vagamente uma casa de fazenda de Minas Gerais, mas com comodidade.

O Feitiço se destacou pelo bufê esmerado da tradicional culinária mineira, mas

também ficou famoso por ser um dos endereços da boa música em Brasília. Com o carisma e o entusiasmo, Jorge conquistava a todos. O pessoal do Clube da Esquina ficou enredado pelo Feitiço. Só Milton Nascimento não passou por lá.

Jorge nos deixou em 2013, no entanto, o legado dele permaneceu vivo por algum tempo. Conversei poucas vezes com Jorge Ferreira, mas esses raros encontros foram suficientes para me passar a impressão de que ele era um mineiro diferente da imagem ou do estereótipo consagrado aos que nasceram naquelas paragens; era um mineiro solar, autoconfiante e atrevido, ameaçando atropelar tudo com o seu entusiasmo. E, de fato, não é por acaso que chegou a constituir uma rede de 12 bares na cidade.

De um desses encontros, garimpei uma história reveladora. Jorge estava promovendo um show no Feitiço Mineiro com um grupo, quando apareceu o pernambucano Naná Vasconcelos. E, como vocês sabem, músico é parecido com jogador de futebol, não pode ver um racha e fica logo com vontade de entrar e bater uma bolinha.

Ao escutar o som do Roupá Nova, baixou no pernambucano uma irresistível vontade de batucar. E como recusar o pedido? Naná havia sido eleito oito vezes pela prestigiosa revista americana *Down beat* o melhor percussionista do mundo. Morou nos Estados Unidos durante 27 anos e tocou com feras do jazz: Miles Davis, Pat Metheny, Evelyn Glennie e Jan Garbarek. De 1978

a 1982, formou o grupo Jazz Codona, com Don Cherry e Collin Walcott. Ganhou oito prêmios Grammy.

Naná arrancou um batuque sensacional das painéis, mas reprovou a sensibilidade musical delas. O que obrigou Jorge a pedir um empréstimo, pegar um avião para São Paulo e comprar painéis afinados para o caso de aparecer um grande baterista no bar. Jorge nos deixou em 2013; nos deixou um legado e uma lacuna. Pois bem, a maior prova disso são os versos do poeta Climério Ferreira para homenagear Jorge Ferreira, que destilam lirismo e humor: “De tanto embriagar os poetas/ Ele ficou embriagado pela poesia/ E se tornou ele próprio um poeta/ Queria tanto voltar pra Minas/ Que errou o caminho e foi para o céu”.

MEIO AMBIENTE/ Ao entrar no período mais crítico da temporada de incêndios, a combinação entre baixa umidade do ar, vegetação seca e temperaturas elevadas aumenta o risco de fogo em áreas urbanas e rurais

DF reforça ações contra queimadas

» VITÓRIA TORRES
» BEATRIZ MASCARENHAS

Com a intensificação da seca, o Distrito Federal entra no período de maior risco para incêndios florestais. Levantamento obtido pelo **Correio** junto ao CBMDF mostra que, apenas nos primeiros seis dias de julho, foram registradas 164 ocorrências de queimadas, elevando para 1.775 o total de casos em 2026. Enquanto agosto e setembro se aproximam, meses historicamente mais críticos de estiagem, bombeiros e órgãos ambientais reforçam as ações de prevenção e combate para evitar desastres.

Em 2024, o DF contabilizou 8.545 incêndios em vegetação, com os maiores índices em agosto, quando foram registrados 2.065 casos, e setembro, que fechou com 2.851 ocorrências. Já em 2025, houve redução para 6.488 registros, cerca de 24% a menos. Ainda assim, agosto (1.826) e setembro (1.361) permaneceram como os meses mais críticos.

Para enfrentar esse período, o CBMDF mantém, entre abril e novembro, a Operação Verde Vivo, que intensifica os esforços operacionais entre maio e outubro, durante toda a estiagem. Apesar de o número ainda estar distante dos registros dos anos anteriores, o capitão Jean Charles, do CBMDF, destaca que o planejamento começa meses antes da chegada da seca.

“Todos os anos, desde 1999, é desenvolvida a Operação Verde Vivo, para prevenção junto com moradores de chácaras e áreas rurais sobre como proceder em princípios de incêndio e como evitá-los. Parte do nosso efetivo fica exclusivo para trabalhar nessa operação. Existe também a preparação

na capacitação dos nossos militares em abril. Queimadas no Brasil são proibidas, a não ser que sejam queimas prescritas com autorização”, explica.

Dependendo da fase da operação, até mil bombeiros podem atuar exclusivamente no combate aos incêndios florestais. A estrutura inclui 35 viaturas especializadas, dois aviões Air Tractor, helicóptero, drones, monitoramento por satélite e câmeras instaladas na Torre Digital.

As regiões que tradicionalmente registram maior número de ocorrências são Gama, Samambaia, Brazlândia, Santa Maria, Planaltina e São Sebastião, devido à grande extensão de vegetação, à proximidade com unidades de conservação e à intensa circulação de pessoas durante a seca. Para reduzir o tempo de resposta, a Operação Verde Vivo mantém postos nessas localidades.

Prevenção

Além do combate direto aos incêndios, uma das principais estratégias adotadas pelos órgãos ambientais é impedir que o fogo encontre combustível para se espalhar.

Ontem, equipes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizaram na Floresta Nacional de Brasília a técnica do aceiro, que consiste na abertura de faixas sem vegetação que funcionam como barreiras naturais, dificultando o avanço das chamas.

Segundo o ICMBio, esses corredores podem ser construídos manualmente, com máquinas ou até mesmo por meio de queimadas controladas, retirando previamente a vegetação de áreas planejadas.

Outra medida adotada é a chamada queima prescrita, realizada

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Aceiro é feito na mata da Floresta Nacional para combater futuros incêndios

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Para Marcos da Cunha, a maioria dos incêndios tem origem humana

desde março e intensificada em maio. A técnica consiste na aplicação controlada do fogo, sob

condições climáticas favoráveis e com planejamento técnico, para reduzir o excesso de material

vegetal seco, diminuindo a intensidade de futuros incêndios. A prática também ajuda a criar rotas de fuga para a fauna silvestre durante eventuais queimadas.

O superintendente de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água do Instituto Brasília Ambiental (Ibram), Marcos João da Cunha, afirma que o trabalho preventivo é essencial para reduzir os danos durante a estiagem.

“Este ano, implementamos as nossas queimas prescritas, que são feitas em áreas que já têm um histórico de queimadas. Vamos antes do período da seca, queimamos essa área e fazemos uma limpeza para ter menos material combustível e menos incêndio florestal. Começamos em maio, ainda no período de chuva, a fazer essa prevenção nas unidades de conservação”, afirma.

A reportagem do **Correio** esteve na Floresta Distrital dos Pinheiros, no Paranoá, onde um incêndio atingiu parte da vegetação no último sábado. Segundo o Ibram, após a retirada de pinheiros da área, galhos e restos vegetais permaneceram no local. O material acabou incendiado, permitindo que as chamas se espalhassem rapidamente.

Para Marcos João da Cunha, boa parte dos incêndios registrados no DF tem origem humana. “Geralmente, é incêndio criminoso. Por isso, fazemos todo esse trabalho anterior de prevenção. São 84 unidades de conservação que são cuidadas. Com a seca e o calor, o fogo é intensificado. Então, a recomendação é não queimar lixo, absolutamente nada, pois pode se transformar em um transtorno”.

O especialista acrescenta que, a partir deste mês, as brigadas ambientais permanecem em prontidão permanente para responder rapidamente aos focos de incêndio.

Crime

Além dos prejuízos ambientais, provocar queimadas pode resultar em responsabilização criminal. A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) lembra que provocar incêndio em floresta ou em qualquer outra forma de vegetação é crime, conforme prevê o artigo 41 da Lei nº 9.605/1998, a Lei de Crimes Ambientais.

A legislação estabelece pena de reclusão de dois a quatro anos, além de multa, para quem provocar incêndios de forma dolosa. Se o crime ocorrer por culpa, a pena é de detenção de seis meses a um ano, também com aplicação de multa.

RELIGIÃO

Música sacra reúne fiéis em aula magna

» PAULO GONTIJO
» CARLOS SILVA

A música sacra atravessou séculos de história para ecoar, na noite de ontem, no Santuário Dom Bosco. Em uma aula magna marcada pela solenidade e pela emoção, o maestro brasileiro Monsenhor Marcos Pavan, diretor da histórica Cappella Musicale Pontificia “Sistina”, apresentou ao público a tradição musical da Igreja Católica e a importância do canto litúrgico. Hoje, às 17h, o coro participará da Santa Missa na Catedral de Brasília e, após a celebração, realizará uma apresentação especial ao público.

O encontro desta quarta-feira reuniu religiosos, músicos, estudantes e admiradores da música coral. A Cappella Musicale Pontificia “Sistina”, responsável pela música das principais celebrações do Vaticano, é considerada uma das instituições corais mais antigas em atividade no mundo.

Para o arcebispo de Brasília, Dom Paulo César Costa, a presença do coro representa um momen-

to especial para a capital. “É o coral da Capela do papa, com o maestro Marcos Pavan, que veio ao Brasil e passou por cidades como São Paulo e Curitiba antes de chegar a Brasília. É um momento especial para todas essas cidades que estão recebendo o coro e o maestro”, afirmou.

Segundo Dom Paulo, a apresentação aproxima os fiéis de uma tradição histórica da Igreja. “É o coro do Vaticano, um coro tradicional, talvez o mais antigo do mundo, que canta nas principais cerimônias do papa. É um momento bonito para quem é amante da música, da boa música e da cultura”, disse.

O arcebispo destacou a relação entre Igreja e cultura. “A Igreja sempre foi promotora da cultura. Durante muitos períodos da história, os papas foram grandes mecenas, aqueles que protegiam os artistas. A nossa missão também é promover a cultura, e é isso que estamos fazendo aqui com essa aula e com o maestro Marcos Pavan”, afirmou.

Durante a aula, Monsenhor Marcos Pavan explicou que a tradição musical da Capela Sistina vai

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Aula magna na igreja Dom Bosco contou com a presença do Cardeal Dom Paulo César Costa

além das apresentações religiosas. Segundo ele, trata-se de um patrimônio vivo, construído por gerações de músicos que preservaram técnicas e conhecimentos transmitidos ao longo dos séculos.

Nascido em São Paulo, Pavan se tornou, em 2020, o primeiro maestro não italiano a assumir a direção musical da Cappella Sistina em cerca de seis séculos.

Para Dom Paulo, a música pos-

sui papel fundamental na experiência de fé. “A música faz parte da liturgia. Ela tem a capacidade de levar o nosso pensamento a Deus, de nos fazer transcender. A boa música eleva, ajuda a rezar e

ajuda a participar melhor da celebração”, explicou.

O funcionário público da área de educação Fabiano Silva, 38 anos, participou do encontro e destacou a importância da música sacra. “Eu sempre tive uma ligação muito forte com a Igreja e com a música. Para mim, a música sacra ajuda a gente a se conectar mais profundamente com Deus durante as celebrações”, afirmou.

Segundo ele, os cantos religiosos também são uma forma de oração. “Muitas vezes uma melodia, um canto ou uma letra conseguem tocar o coração de uma maneira que as palavras sozinhas não conseguem. Dentro da Igreja, ela ajuda a criar um ambiente de reflexão e aproximação com Deus”, disse.

O encontro também resgatou momentos da história da instituição, desde suas origens nos séculos VI e VII até a influência na música renascentista. Obras de compositores como Giovanni Pierluigi da Palestrina e Gregorio Allegri ajudaram a consolidar um repertório que permanece presente nos principais coros do mundo.

Ao final, Fabiano afirmou que pretende levar o aprendizado para sua comunidade. “Quero aprender sobre a história, a tradição e ajudar outras pessoas a perceberem a beleza que existe na música sacra”, concluiu.



“Nenhum vencedor acredita no acaso”

Friedrich Nietzsche



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Mudança no comando da Neoenergia acontece dias depois de reunião com Celina

A Neoenergia nega que haja relação entre a reunião com a governadora do DF, Celina Leão, e a mudança no comando da empresa em Brasília. Segundo fontes ouvidas pela coluna, não houve pressão da governadora. Há duas semanas, o CEO da Neoenergia, Eduardo Capelastegui (**foto**), esteve em reunião com a governadora para apresentar o plano de ações para o DF, que inclui modernização de rede e melhor atendimento aos clientes. Mas Celina expôs as reclamações que vinha recebendo em relação à forma de cobranças e à qualidade de serviço prestado pela empresa. Teria cobrado mais eficiência, apesar de a empresa não ser pública, ser totalmente do setor privado, após o leilão da CEB em 2020. Pagou R\$ 2,5 bilhões.

Fase de adaptação

A empresa explicou à governadora que implantou um novo sistema comercial desde maio, e isso estaria causando necessidade de ajustes, que estão sendo solucionados. A empresa alega fase de adaptação.

Mudanças na Bahia, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco

A empresa prepara anúncios de grandes investimentos no DF para reverter a imagem diante da população. Já fez o mesmo, dias atrás, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Não houve mudança de comando em Pernambuco. Mas vem de lá o executivo André Santos para assumir a presidência no DF, após mais de 25 anos de experiência no setor elétrico. Até então, ocupava o cargo de superintendente técnico da Neoenergia Pernambuco. Como no DF, há novos presidentes no RN e na BA: no primeiro, assumiu Fabíola Almeida; no segundo, Fabiana Lopes.

Divulgação/Neoenergia



Matheus Borges/ Agência Brasília



Nova fase de investimentos e gestão no DF

Começa neste ano um novo ciclo de investimentos da Neoenergia na capital federal que vai até 2030. A coluna apurou que será duplicado o volume aplicado desde 2021. A Neoenergia agradeceu a contribuição de Frederico Candian, que encerra sua trajetória no grupo, nos últimos cinco anos à frente da empresa. No período, a distribuidora informou que investiu mais de R\$ 1,4 bilhão na modernização e ampliação da rede elétrica, volume mais de quatro vezes superior ao do ciclo anterior.

Automação GS-1 Brasil inaugura em Brasília centro de inovação

O novo Centro de Inovação e Tecnologia construído na sede da Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil, em Brasília, está aberto à visitação de profissionais e meio acadêmico para expor tudo o que há de mais atual em automação e rastreabilidade de produtos. “O nosso diferencial é a experiência interativa que auxiliará as empresas brasileiras na hora de decidir sobre a implantação de projetos que aperfeiçoem seus processos. A atualização tecnológica é, hoje, uma das principais aliadas das companhias, que poderão ver como tudo funciona na prática”, destaca João Carlos de Oliveira, presidente da Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil.

Divulgação



Divulgação



Empreendedorismo e formação profissional no universo da pizza

A editora Senac-DF ampliou o catálogo de publicações dedicadas à gastronomia com o lançamento de *O Livro da Pizza*, obra assinada pelo chef de Brasília Gil Guimarães e pelo jornalista Marcos Nogueira. Muito além de um livro de receitas, a publicação resgata a trajetória da pizza napolitana desde seu surgimento em Nápoles até sua consolidação como um dos maiores símbolos da gastronomia mundial, destacando também o protagonismo de Brasília nesse cenário. O Senac DF também criou um curso profissionalizante com especialização para pizzaiolos em pizza napolitana. “O Senac acredita que a gastronomia vai muito além da técnica, ela preserva culturas, cria oportunidades de empreendedorismo” explica o diretor regional do Senac-DF, Vitor Corrêa.

Nathália Oliveira/ Senac-DF



Reconhecimento internacional

O chef Gil Guimarães, fundador da Baco Pizzaria, é um dos pioneiros da pizza napolitana no país. Economista formado pela UnB e padeiro formado em Paris, ele dedica mais de duas décadas ao estudo da gastronomia italiana. Em 2012, a Baco recebeu a certificação da Associazione Verace Pizza Napoletana (AVPN), entidade internacional responsável pela preservação da autêntica pizza napolitana.

ENTERRO / Menina mordida por escorpião foi lembrada pela alegria, bondade e cuidado com os outros. Corpo foi enterrado em Taguatinga, onde os presentes soltaram balões brancos para simbolizar o adeus

A despedida de Valentina Nobre

» LUIZ FELLIPE ALVES

Familiares e amigos se reuniram no cemitério de Taguatinga, na tarde de ontem, para prestar a última homenagem a Valentina Nobre, 11 anos, que morreu após complicações de picadas de escorpião. A menina ficou internada 23 dias em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

A irmã da menina, Maria Eduarda Nobre, definiu Valentina como uma criança “muito querida e amorosa”. “Ela se preocupava muito com as outras pessoas, sobretudo com a nossa mãe”, disse.

Durante a despedida, cerca de 200 pessoas estiveram na cerimônia, entre família, amigos próximos, professores e colegas da escola onde Valentina estudava, no Núcleo Bandeirante. Pedro Francisco era motorista do transporte escolar que Valentina pegava todo dia para ir à escola.

Sobre a menina, ele disse: “Todo adjetivo de qualidade poderia ser usado para ela”.

Segundo Francisco, Valentina era uma menina muito caridosa e amável. “Tinha vezes que uma supervisora tinha que ajudar a colocar a mochila dela na van. Valentina sempre carregava lanches para todo mundo da sala. Só isso mostra como ela era uma menina excepcional”, relatou ele, emocionado. O pai de Valentina, Márcio Nobre, é policial militar e, por conta disso, servidores da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) também compareceram ao funeral para prestar solidariedade ao pai e colega de farda.

A partida precoce pegou todo mundo de surpresa. A mãe de uma colega, que não quis se identificar, afirmou que Valentina era uma criança muito doce. “Ela era incrível. Ainda está difícil processar essa perda, principalmente para a

minha filha. Ela não entende que a amiguinha se foi”, contou.

Durante o enterro, o pastor da igreja que a família frequentava entoou cantos religiosos para consolar os presentes. Devido à emoção, a irmã de Valentina chegou a desmaiar. Para simbolizar o momento e manter a memória de Valentina viva, os presentes soltaram balões brancos.

Gravidade

A família voltou a falar em negligência médica no primeiro atendimento, no Hospital Regional do Guará. “Enquanto ela esperava a transferência, o médico mandou tirar a minha irmã do leito porque tinha outra criança em estado grave”, disse a irmã Maria Eduarda. Ainda segundo Eduarda, essa demora na transferência dificultou a recuperação de Valentina.

Davi Pereira/CB/D.A Press



Colegas de farda do pai de Valentina, que é policial militar, deram apoio à família

Em nota, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) informou que “a paciente recebeu atendimento imediato onde foram adotadas as medidas assistenciais indicadas para estabilização do quadro clínico. Durante todo o período em que permaneceu

na unidade (enquanto aguardava a transferência), a paciente foi acompanhada continuamente pela equipe, conforme os protocolos assistenciais e de regulação vigentes”, informou a pasta.

A secretaria explicou, ainda, que a disponibilização de vagas de

UTI segue critérios técnicos de regulação, que consideram a gravidade e a prioridade clínica de cada paciente. “Enquanto aguardava a transferência, a paciente permaneceu sob acompanhamento contínuo da equipe assistencial”, acrescentou.

Obituário/ Sepultamentos realizados em 8 de julho de 2026

» Campo da Esperança

Cacilda Carneiro de Araújo, 87 anos
Davi de Oliveira Souza, 54 anos
Erceni José Gonçalves, 77 anos
Eurípedes Ribeiro de Queiroz, 79 anos
Fábio de Carvalho, 78 anos
Jesus Aparecido da Silva, 63 anos
Luzia Noleto Brettas, 89 anos
Maria das Graças Fernandes, 76 anos
Maria do Socorro Sales Lopes, menos de 1 ano
Maria Nunes da Silva, 72 anos
Marilza de Almeida Gonçalves, 83 anos
Nilton Gonçalves Martins Filho, 53 anos
Paulo Alexandre Sad Tanus, 56 anos
Reinildo Alves do Nascimento, 40 anos
Ricardo Pereira da Silva, 50 anos

Vilma Soares Pimenta, 85 anos
Waldomiro de Freitas Mattos, 90 anos

» Taguaatinga

Brayan Kalliel de Souza, 1 ano
Daphne Pereira dos Santos, menos de 1 ano
Diogo Wallacy Araújo Mesquita, 23 anos
Domingas Gonçalves de Carvalho, 92 anos
Eludes Romeiro de Laceda, 89 anos
Genildo Ferreira, 58 anos
Giorgian Costa Peixoto, menos de 1 ano
Ivo Vieira de Alencar, 74 anos
Jesus Pantaleão de Araújo, 87 anos
João Aires da Silva, 81 anos
José de Ribamar Monteiro da Conceição, 48 anos
Leandro dos Santos Claro de Souza, 34 anos
Marivaldo Monteiro, 81 anos

Sebastiana Salvina de Jesus, 76 anos
Valentina Nobre de Lima, 11 anos

» Gama

Evaldo Correa, 57 anos
Maria de Jesus Sousa, 86 anos
Marinoza Maria Correia, 81 anos
Paulo Ricardo Moraes Sousa, 27 anos

» Planaltina

Domingos Ribeiro Braga, 50 anos
Francisca Alves da Silva, 75 anos
Izabel Farias da Fonseca, 80 anos

» Brazlândia

Maria da Conceição Fonseca da Silva, 58 anos

Sara Quirino Rodrigues, 66 anos

» Sobradinho

Alvina Pereira da Silva, 79 anos
Elisângela Nubia de Brito, 50 anos
Hellen Carolyni Cedro da Silva, 26 anos
Maria dos Anjos Martins, 84 anos

» Jardim Metropolitano

Antonio de Paulo Nascimento, 66 anos
Jose Alejandro Galeano Garcia, 27 anos (cremação)
José Gonçalves da Silva, 81 anos (cremação)
Shauti Hadit Alzate Salazar, 45 anos (cremação)
Wilmar Sebastião Cardoso, 71 anos (cremação)

Território DOS grafiteiros

» DAVI CRUZ

Após cerca de 10 dias de preparação e pintura, o mural da estação de metrô Guariroba, em Ceilândia, foi grafitado por 30 artistas, além de voluntários e jovens da comunidade. É o projeto 1000 Cores, que, além de transformar o muro em uma galeria de arte a céu aberto, busca fortalecer a cultura hip-hop, incentivar a ocupação dos espaços públicos e mostrar a arte como instrumento de inclusão, pertencimento e transformação social.

Idealizador do projeto, Roberto Júlio Ferreira, conhecido como Betinho, contou que a iniciativa nasceu em 2009, quando ele decidiu grafitar 16 muros em Ceilândia. Ao apresentar a proposta ao então deputado federal Geraldo Magela (PT), recebeu o desafio de ampliar a ação para 100 espaços. “Aceitei, peguei as assinaturas dos moradores e executamos o projeto no Dia da Consciência Negra”, relembrou.

A prática não é considerada crime desde que realizada com objetivo de valorização artística e com o consentimento do proprietário ou autorização dos órgãos competentes. Segundo Betinho, a descriminalização da prática pela Lei 12.408/2001 abriu caminhos para uma nova geração de artistas e ajudou a consolidar o grafite como profissão. “Hoje, vejo vários amigos que saíram da rua, passaram a viver da arte urbana e cresceram tanto pessoalmente quanto profissionalmente. Eles tomaram posse da própria arte e isso é muito gratificante”, ressaltou.

A edição realizada na Estação Guariroba é a terceira do Projeto 1000 Cores. A última ocorreu na Praça das Mães, na QNN 26, que reuniu 16 artistas. Agora, o número praticamente dobrou. “Aqui participaram entre 28 e 30 artistas, além de voluntários que chegaram durante o evento para aprender com os mais antigos. Conseguimos reunir muitos jovens entre 18 e 29 anos. O acesso ao spray exige que o artista seja maior de idade”, explicou o idealizador.

Impacto social

Para que os artistas encontrassem o espaço preparado, foi necessária uma semana de pré-produção, com pintura do muro e organização dos materiais. Os últimos detalhes ainda serão concluídos ao longo da próxima semana. Mais do que o resultado estético, Betinho destacou o impacto social da iniciativa. “Além de deixar nossa cidade mais bonita, o grafite desperta o sentimento de pertencimento. Quando o artista deixa sua marca em um painel, ele passa a valorizar aquele espaço público e a cuidar da cidade”, completou.

O sucesso da intervenção inspira novos planos. Entre os sonhos dos organizadores está transformar o Viaduto da Ceilândia Sul em uma nova referência da arte urbana do DF. “A gente sonha em fazer um grande painel, com um ‘I Love Ceilândia’ e obras de vários artistas, criando um viaduto cultural que seja referência não só para a Ceilândia, mas para todas as cidades”, ressaltou Betinho.

Um dos responsáveis pela curadoria



Iniciativa transforma muro da estação de metrô Guariroba em galeria de arte



Para os artistas encontrarem o espaço, foi necessária uma semana de pré-produção



Da esquerda para a direita: Carlos Kamarão, organizador do projeto; Danielton Lima, morador de Ceilândia; Betinho, organizador do projeto; e Fernando Elon, curador

do projeto, Elon Fernando explicou que a escolha dos artistas levou em consideração a ligação deles com a Guariroba e com a própria história da Ceilândia. “É um trabalho coletivo do grafite e da cultura hip-hop. Infelizmente, não conseguimos reunir todos os artistas que gostaríamos, mas buscamos pessoas que têm relação com esse território e também convidados de outras regiões administrativas para fortalecer essa troca”, contou o curador.

Para Elon, o grafite vai muito além da pintura dos muros. “Tem um propósito. É fazer com que crianças e adolescentes olhem essa arte e pensem: ‘É isso que eu quero para minha vida’. Talvez não como profissão, mas como terapia, como transformação pessoal. O grafite educa, resgata e socializa”, enfatizou.



Esta é a terceira edição do projeto, que pretende chegar a outros locais

Parceiro do projeto, Carlos Roberto Trindade, conhecido como Kamarão, lembrou que a iniciativa representa uma

continuidade da luta iniciada ainda em 2009. Segundo ele, o local foi escolhido justamente pelo grande fluxo de pessoas

e pela importância da região para a comunidade. “Aqui reúne ginásio, escola, estação de metrô, quadras esportivas e o Abadião. Quem ganhou esse presente foram os moradores. A expectativa é que esse espaço se torne um verdadeiro ponto de cultura”, disse.

Morador da Guariroba, Danielton Lima também destacou que o mural fortalece a identidade da região e aproxima a população da produção artística local. “Isso valoriza os artistas da Ceilândia. A gente chega cansado do serviço, passa aqui e respira mais leve vendo um trabalho desse. Isso dá uma cara mais bonita para a cidade. A Ceilândia merece mostrar a força da cultura que existe aqui”, pontuou

Despedida

A conclusão da terceira edição do projeto também foi dedicada a Rivas Alves, um dos principais nomes da cultura hip-hop do DF, que morreu no último domingo (5), aos 56 anos, em decorrência de um câncer. Irmão do DJ Jamaica e fundador da Casa do Hip-Hop Ceilândia, Rivas era presença constante nas ações do movimento e participou da trajetória do projeto desde a primeira edição. Familiares, amigos e fãs despediram-se do rapper ontem, em cerimônia na igreja Sarah Nossa Terra, em Ceilândia.

Betinho lembrou que Rivas teve papel importante na construção do projeto e na curadoria das ações. “Ele participou do Mil Cores e me ajudou muito na curadoria. A gente sempre gostou de homenagear as pessoas em vida, mas vamos conversar sobre alguma homenagem, porque ele merece. O legado dele está na música, no grafite, na humildade e na forma como sempre ensinou que a arte liberta. Rivas é imortal”, declarou com lágrimas nos olhos.

Emocionado, Elon preferiu guardar a lembrança do amigo durante os trabalhos pelas ruas da cidade. “Eu quero ter essa imagem do Rivas: dizendo ‘bora fazer um corre’. Para mim, essa missão continua. É uma perda enorme para Brasília, para a Ceilândia e para a cultura hip-hop, mas o legado que ele deixou precisa seguir vivo”, ressaltou.





BRASIL



Pioneiro de Brasília encaminha, em Nova York, o leilão do ingresso autografado do último jogo da carreira de Pelé. Guardado há quase meio século, o bilhete da partida de 1977 no palco da final da Copa 2026 teve a dedicatória escrita pelo Rei no vestiário após a despedida



Adeus à relíquia do Rei



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista ao vídeo da entrevista exclusiva com Lincoln Lucena

MARCOS PAULO LIMA
VICTOR PARRINI
ENVIADOS ESPECIAIS

Nova York — Rua 42 com a 7ª Avenida. Trigésimo nono andar de um hotel localizado em um arranha-céu próximo da Times Square na cidade que nunca dorme. Diante de uma vista encantadora de Manhattan, um senhor amazonense de 78 anos radicado em Brasília desde 1963, quando desembarcou aos 15, articula o adeus a uma relíquia. Pioneiro da capital, Lincoln Lucena esteve no último jogo de Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé, no Giants Stadium, atual MetLife, palco do empate do Brasil com Marrocos por 1 x 1, da eliminação contra a Noruega por 2 x 1 nas oitavas e da final da Copa do Mundo no próximo 19 de julho.

Antes da entrevista ao **Correio**, Lincoln se emociona: “Sentem-se aí, vou fazer uma apresentação”, anuncia, em um momento Broadway no início da noite nublada. Ele caminha até um estojo tratado com o zelo de um colecionador, retira o ingresso da partida de 1º de outubro de 1977 na qual Pelé defendeu o New York Cosmos no primeiro tempo e o Santos na etapa final, diante de 75.646 súditos, e dá início ao tocante teatro: “Está aqui o ingresso que ele autografou para mim: ‘Ao amigo Lucena, do amigo Pelé’”, anuncia. Em cima da bancada também estão medalhas comemorativas do tricampeonato mundial do eterno camisa 10 em 1958, 1962.

Lincoln entrou no modo desaparego. Não foi a Nova York interessado nos jogos do Brasil. Viu quatro títulos do Brasil na era analógica, um no início da revolução digital e estava descrente com o hexa em tempos de inteligência artificial. A jogada ensaiada dele com sapatos de andariço pelo coraço da Big Apple teve como endereço a Madison Avenue. Lá fica a badalada Sotheby’s, uma das casas

de leilão mais badaladas do mundo. Quase meio século depois do jogo, ele decidiu abrir negociação para a venda do tiquete histórico.

“Tem uma equipe que faz a precificação dos itens que são do interesse deles. Eu fotografei o que tinha lá de Pelé e não vi esse ingresso. Só tem um da final da Copa de 1958. Eles disseram que o bilhete interessa, mas eles não teriam condição de fazer o leilão. Indicaram duas empresas e combinaram que terão participação”, compartilha Lincoln. O negócio tem cláusula de confidencialidade em proteção aos dois lados. Nada além disso pode ser dito.

Convicto da decisão, Lincoln justifica o desapego. “Estou com o ingresso há quase 50 anos. Estou no fim da vida, com 78 anos. Estou bem, graças a Deus, mas não seria importante fazer esse registro histórico? Deixá-lo como legado, uma lembrança. Quem quiser que compre e pague por isso o valor que seja. Não vejo mais sentido ficar com ele. Passei 49 anos, poderia passar mais um, 50, mas acho que isso não pertence mais a mim, mas à história do futebol brasileiro. Isso deveria estar na CBF, em um quadro lá, guardado”, diz.

História

Em 1977, Lincoln Lucena assessorava o ministro da Fazenda do governo Ernesto Geisel, o vascaíno Mario Henrique Simonsen. “Nós viemos a Washington para a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI). Houve, inclusive, um discurso do presidente Jimmy Carter. Eu fiquei sabendo que o Pelé viria até aqui jogar essa partida”, recorda o aposentado.

Era uma quinta-feira. Lincoln dirigiu-se ao ministro e questionou se ele sabia que o Pelé se despediria do futebol no sábado daquele fim de semana no Giants Stadium. Simonsen considerou uma boa ideia assistir ao jogo e a comitiva se deslocou de avião

Fotos: Victor Parrini/CB/D.A Press



Raridades do último jogo da carreira de Pelé, realizado pelo NY Cosmos, nos Estados Unidos

“Acho que isso não pertence mais a mim, mas à história do futebol brasileiro. Estou com o ingresso há quase 50 anos. Não vejo mais sentido ficar com ele. Isso deveria estar na CBF, em um quadro lá, guardado. Quem quiser que compre e pague por isso o valor que seja”

Lincoln Lucena, aposentado, 78 anos em entrevista ao Correio

Camisa de 1958

A casa de leilão procurada por Lincoln Lucena é a mesma que assumiu a disputa pela camisa usada por Pelé na final da Copa de 1958, na Suécia, quando o Brasil conquistou a Copa do Mundo pela primeira vez ao derrotar os donos da casa por 5 x 2. Leiloada em 2004 para salvar o Museu dos Esportes de Maceió, a peça será leiloada neste mês pelo comprador daquela época com valor estimado em mais de US\$ 6 milhões (R\$ 30 milhões). A Sotheby's foi procurada por um comprador particular, que não divulgou a identidade, e anunciou que o novo leilão será realizado entre 29 de junho e 16 de julho, em Nova York.

até Nova York. “Na véspera da partida, assistimos a um show do músico Sergio Mendes no Carnegie Hall em homenagem ao Pelé. No mesmo dia, ele estava fazendo um show no estádio e fui com ele assistir ao jogo. Eu estava credenciado especialmente para ir ao campo”, recorda.

Lincoln testemunhou dentro das quatro linhas o beijo de Pelé no pugilista Muhammad Ali, o marcante discurso “love”, a idolatria, e conseguiu acessar o vestiário do Giants Stadium. “Para minha felicidade, ele ainda estava lá se enxugando. Eu disse: ‘Pelé, eu vim aqui lhe dar um abraço em nome do ministro Mário Henrique Simonsen, que não pôde vir, mas está no estádio assistindo ao jogo’”, conta.

Diante do Rei, Lincoln fez um pedido: “Querida que você autografasse este ingresso”. Pelé questionou: “Qual é o seu nome?”. Depois de ouvir a resposta, o craque pegou a caneta e escreveu: “Ao amigo Lincoln Lucena, do amigo Pelé”. Mostrei ao ministro e o Mário Henrique Simonsen vibrou naquele 1º de outubro de 1977: “Que coisa espetacular! Guarda isso”.

Guardado está há 49 anos, mas bateu o desapego. Mestre de xadrez, árbitro internacional da modalidade e ex-candidato a presidente da modalidade contra o filipino Florencio Campomanes, com o apoio de Garry Kasparov, ele decidiu dar um xeque-mate na relíquia.

O desapego ao ingresso é diretamente proporcional à Seleção Brasileira. “Eu ouvi pelo rádio a vitória do Pelé em 1958, inclusive com a camisa azul dele, que está sendo leiloada. Em 1962, eu ouvi pelo rádio e vi o videotape dois dias depois. Para mim, o futebol, hoje, está muito feio. Mudou completamente. É a minha visão. Eu tenho 78 anos. Acompanho o futebol desde os 10. Antigamente era bonito. Outra época”, desabafa.



QUARTAS DE FINAL

Pela primeira vez em quase 100 anos, quartas de final começam sem nenhum dos “Reis de Copas”. Fracassos seguidos de Brasil (5 títulos), Alemanha (4) e Itália (4) abrem caminho para emergentes

Uma nova ordem mundial?

MARCOS PAULO LIMA
ENVIADO ESPECIAL

Nova Jersey — As quartas de final da Copa do Mundo de 2026 começam hoje com um recado contundente aos recordistas de título: acabou a era da vaga cativa entre os oito melhores. Pela primeira vez, em quase 100 anos de história do torneio inaugurado em 1930, essa fase não tem nenhum dos Reis de Copas entre os classificados: o pentacampeão Brasil e as tetracampeãs Alemanha e Itália. O trio não chega simultaneamente a essa etapa desde 2006.

A corrida pela ida ao MetLife Stadium, em 19 de julho, continua com uma espécie de Eurocopa com dois intrusos. A atual campeã Argentina representa a América do Sul, e Marrocos, a África, contra o sexteto formado por Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Noruega e Suíça. Dos oito integrantes da sala de troféus, quatro disputam as quartas.

O primeiro sinal da decadência dos recordistas foi dado pela Squadra Azzurra. Campeã em 1934, 1938, 1982 e 2006, a Itália caiu na fase de grupos em 2010 na África do Sul e em 2014 no Brasil. Depois dos fiascos, a potência se viu diante do maior vexame: três ausências consecutivas na Copa do Mundo com eliminações na repescagem contra Suécia, Macedônia do Norte e Bósnia e Herzegovina. A última é a mais constrangedora, devido à expansão do número de participantes no torneio de 32 para 48 seleções.

O Brasil teve uma dura lição em casa, mas, até hoje, não aprendeu com a maior humilhação do esporte: a eliminação por 7 x 1 contra a Alemanha, no Mineirão, em Belo

Odd Andersen/AFP



Vini Jr., um dos poucos nomes a brilhar na pior campanha do Brasil

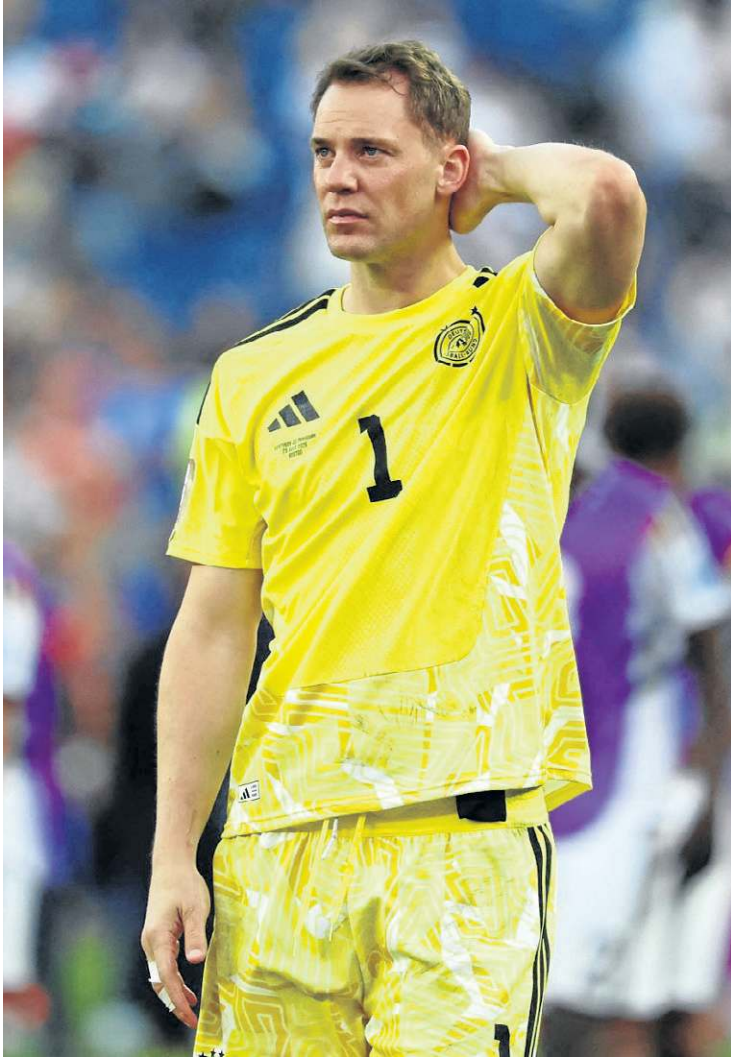
Horizonte, numa semifinal de Copa do Mundo. O fundo do poço parecia ter chegado, mas estava reservado ao ciclo encerrado no último domingo, com a derrota por 2 x 1 para a Noruega.

A Seleção recordista de troféus não se despedia nas oitavas de

final havia 36 anos, desde o passe de Diego Armando Maradona para Claudio Caniggia decretar o adeus nas oitavas de final da edição disputada na Itália.

Depois da eliminação contra a Croácia, em 2022, o Brasil acumulou sinais de que passaria vergonha

Franck Fife/AFP



Do céu ao inferno: desde o título de 2014, Neuer soma eliminações precoces

em 2026. Caiu nas quartas de final da Copa América, em 2024, nos Estados Unidos. Encerrou as Eliminatórias da América do Sul em quinto lugar. No sistema atual, avançou sem repescagem porque eram sete vagas diretas. No antigo modelo, teria de disputá-la.

Fora do top 10

O fiasco se consumou na Copa com um empate abaixo da crítica contra Marrocos na estreia, vitórias protocolares contra o Haiti e a Escócia, uma virada sofrida contra o Japão na fase de 16 avos e a sexta

eliminação consecutiva contra europeus no duelo com a Noruega nas oitavas de final com míseros 34% de posse de bola. Apontada como solução desde o 7 x 1, a contratação de um técnico importado deu ao Brasil o 11º lugar, a pior classificação na Copa desde o adeus na fase de grupos na versão de 1966.

Fonte de inspiração depois da conquista do tetracampeonato no Maracanã, em 2014, a Alemanha também se perdeu. Em 2018, caiu na fase de grupos em um grupo no qual competia com a Suécia, o México e a Coreia do Sul. A história se repetiu quatro anos depois na primeira etapa da competição contra Espanha, Japão e Costa Rica.

O início da campanha na América do Norte deu a falsa impressão de novos tempos na goleada por 7 x 1 contra Curaçao e a virada no duelo com a Costa do Marfim. A derrota para o Equador foi o trailer de mais um filme de terror gravado na fase de 16 avos na eliminação precoce contra o Paraguai na decisão por pênaltis Foxborough Stadium, em Boston.

Por falar nas arenas, as quartas de final de 2026 quebram uma escrita de 32 anos. O palco da finalíssima não receberá jogos das quartas de final pela primeira vez desde 1994, a primeira edição disputada nos EUA. À época, o Rose Bowl, em Pasadena, foi poupado pela Fifa e só voltou à cena nas semifinais.

Em 2026, o MetLife Stadium não tem agenda nas quartas nem nas semi. Diferentemente do ano passado, quando abrigou as duas semifinais e a decisão da Copa do Mundo de Clubes da Fifa, o palco principal da festa em East Rutherford, sede compartilhada pelas vizinhas Nova Jersey e Nova York, está totalmente blindada para o capítulo final do torneio.

MÉXICO



Orgulho da seleção aflora nas ruas do país

JOÃO VÍTOR MARQUES
ENVIADO ESPECIAL

Cidade do México — Para nós, brasileiros, poderia parecer uma contradição. Para os mexicanos, é sinal de orgulho. Dois dias após a dolorosa eliminação em casa na Copa do Mundo, milhares foram às ruas da Cidade do México com a camisa verde, vermelha e branca.

“Estou vestindo a camisa porque tenho orgulho de ser mexicana e sempre apoio a minha seleção, seja qual for o resultado. Ainda estou com as emoções à flor da pele, eles nos deram um grande Mundial, e nós somos uma grande torcida”, disse Lilian Valle, de 58 anos.

O Mundial acabou para México no domingo. A derrota por 3 X 2 para a Inglaterra, no Estádio Azteca, também marcou o último jogo desta edição no país — todas as partidas a partir das quartas de final serão nos Estados Unidos.

Mesmo assim, o clima de Copa ainda reina. Na Plaza de la Constitución, os mexicanos se juntaram aos colombianos na torcida contra a Suíça. Nas ruas da capital, só se fala de futebol. Um vendedor, inconformado, bradava na Alameda Central: “Roubaram o Egito! A Copa está comprada para a Argentina?”

Uns passos adiante, cerca de 150 pessoas de várias idades se reuniam para trocar figurinhas do

álbum da competição em plena tarde de terça-feira. “Acho que me faltam umas 70, mas logo completo”, contou Torriz Martínez, de 19 anos. Armando Zavala, 28, não estava ali para trocar, mas para vender. A mais cara? A dourada de Cristiano Ronaldo, por 3,5 mil pesos (pouco mais de R\$ 1 mil na cotação atual). “Vale mais que a de Messi porque é melhor”, debocha.

A convencional mais cara do Brasil é a do atacante Vini Jr., por 50 pesos (R\$ 14,71), bem menos do que as similares de Cristiano e Messi, que custam até sete vezes mais. Ele conta que o movimento não diminuiu, mesmo com a queda do México nas oitavas de final.

O México chegou à Copa sob desconfiança, após um ciclo sem brilho. Porém, quando a bola rolou, o time jogou bem — ganhou os quatro primeiros jogos — e dominou a Inglaterra, apesar da derrota. O bom desempenho ajuda a explicar o orgulho.

“Não sou tão velho, mas é a primeira vez que vejo tanta gente apoiando a seleção. Foi um Mundial muito diferente para todos, sinto que isso marca como um novo início, algo diferente para depois”, diz Santiago Ruíz, 22.

“Dói, estamos um pouco tristes, na verdade, mas também orgulhosos. Foi um bom Mundial em casa, caímos de cabeça erguida”, reforça Sebastián Ruiz, 30.

João Vitor Marques/CB/D.A Press



Com o país fora da Copa, mexicanos torceram pela Colômbia contra a Suíça

GRANDES PELADAS DA COPA



POR: VINICIUS DORIA



SUÍÇA



0 (4)

X

(3)



COLÔMBIA

Hora das peladas com grife

Entre partidas inesquecíveis, como as da Argentina contra seleções africanas, uma penca de confrontos “esquecíveis” nos mata-matas

Quarta-feira detox, um dia inteiro sem jogos da Copa do Mundo para reorganizar a vida, ir ao supermercado, cuidar do gato, beijar os filhos, varrer a casa, fazer tudo o que vinha sendo adiado nas últimas três semanas por causa da overdose de bola rolando. Ainda bem que hoje já tem jogo novamente, não dá tempo para entrar em crise de abstinência. Ontem foi um dia bom, também, para fazer um pequeno balanço das duas primeiras fases de mata-mata. Prato cheio para os abnegados amantes da boa (ou má) pelada.

Entre partidas inesquecíveis, como as duas que a Argentina fez contra seleções africanas, houve uma penca de jogos “esquecíveis”. Não apenas pela baixa qualidade técnica de muitas das seleções classificadas, mas pelo

desempenho sofrível de algumas camisas “pesadas”, como Alemanha, Holanda, Brasil e Portugal, que brindaram o torcedor com peladas muito chiques, do tipo “rachão de condomínio de luxo” — aqueles com uniformes impecáveis, chuteiras de grife, juiz contratado e futebol medíocre.

Um dos piores jogos dos mata-matas foi, justamente, o que abriu os 16 avos de final, entre o anfitrião Canadá e a África do Sul, dois países da quarta prateleira do futebol internacional. Daquele mato dificilmente saíria coelho. Mas, em uma jogada acidental quando a partida se encaminhava para a prorrogação, Eustáquio acertou um rebote que levou uma das anfitriãs às oitavas.

A partida que eliminou a prepotente Alemanha também foi um

primor de mau futebol. É incrível como o Paraguai, que tem um time horróroso, conseguiu passar de fase. Enquanto a Alemanha jogava no tradicional 4-3-3, os paraguaios apostavam no 9-1-0, variando para o 10-0 quando atacados. Deu certo contra os burocráticos alemães, mas falhou quando o adversário foi a França de Mbappé, Olise & cia. Tchau, Paraguai. Com esse antifutebol, não fará falta alguma, como os alemães não fizeram.

Outro sul-americano que naufragou no mau futebol foi o Brasil. A CBF levou à América do Norte uma seleção em seu melhor momento pelada. Um bando de veteranos à espera da aposentadoria muito mais preocupados com o cabelo e as redes sociais, ladeados por alguns jovens talentos que

poucas oportunidades tiveram para mostrar alguma coisa.

Pelo que jogou contra o Japão, a Seleção Brasileira recebeu cartão amarelo. No jogo seguinte, contra os vikings do Norte, cartão vermelho. Em campo, duas peladas bem ruins de se ver. Na eliminação, só os noruegueses se divertiram: eles têm Haaland e Odegard para dar algum brilho técnico ao velho esporte bretão praticado nas bordas do Círculo Polar Ártico. Bye, bye, Brasil, a última ficha caiu: são seis Copas sem título. Hexadecção, como sintetizou a manchete deste **Correio**.

O futebol da América do Sul, definitivamente, está em decadência. Com exceção da Argentina (que está longe de apresentar bons espetáculos, mas quem tem Messi sempre será exceção),

vimos Uruguai (eliminado na fase de grupos), Brasil, Colômbia, Paraguai e Equador caindo como peças de dominó. A Europa, por sua vez, emplacou seis dos oito classificados às quartas de final. Taí, nos resultados, a diferença. Estamos no mesmo nível da África, que também classificou um país — Marrocos, a melhor seleção de lá. Poderia ter mais, se os faraós do Egito não tivessem tremido no fim diante da invasão platense comandada pelo maior fenômeno do futebol mundial na atualidade.

Mas a coluna é sobre grandes peladas. Para atender aos caprichos dos deuses do futebol, da mesma forma que os mata-matas começaram com um jogo de várzea, as oitavas foram encerradas, igualmente, com um bate-bola daqueles de dar calo na vista.

A Suíça, que joga futebol com a mesma emoção de quem fabrica relógios e canivetes, despachou a Colômbia do ótimo Jhon Arias nos pênaltis, depois de mais de 130 minutos (com os acréscimos) de zero absoluto.

Uma ressalva: a Fifa prejudicou bem a Colômbia, única seleção que foi obrigada a jogar nas três sedes do Mundial: EUA, Canadá e México. O time de Néstor Lorenzo não foi disputar uma Copa do Mundo, foi fazer turismo ao melhor estilo CVC: visite 64 cidades em 21 dias. Passou mais tempo em aeroportos e aviões do que treinando. Na terça-feira, porém, se nossos vizinhos tivessem um pouco mais de ambição, levariam a classificação. Mas se contentaram em fazer a grande pelada das oitavas de final.

QUARTAS DE FINAL

França e Marrocos reúnem jogadores nascidos em nove países, com raízes familiares espalhadas por três continentes, e transformam jogo em retrato da globalização

Atualização da Torre de Babel

MARCOS PAULO LIMA
VICTOR PARRINI
ENVIADOS ESPECIAIS

Boston — A Bíblia conta que a Torre de Babel dispersou povos e multiplicou idiomas. A Copa do Mundo parece ter encontrado um caminho para reuni-los novamente. França e Marrocos inauguram as quartas de final com elencos que atravessam continentes e desafiam a ideia de que uma seleção precisa caber dentro das fronteiras.

O primeiro duelo entre as oito melhores seleções da Copa do Mundo lembra uma cerimônia de abertura. As duas bandeiras envolvidas escondem muitas outras. É um confronto que passa por Canadá, Espanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Itália e diferentes países africanos. É um retrato de como a globalização redesenhou o futebol de seleções.

A tese de que a França é formada por jogadores de outros países é frágil, embora tenha ganhado novos capítulos nesta Copa do Mundo. Após a eliminação do Paraguai, a senadora Celeste Amarilla chamou Kylian Mbappé de “camaronês colonizado fingindo ser francês”, em um ataque racista motivado pela origem da família. Levantamento do **Correio** mostra outro retrato. Dos 26 convocados por Didier Deschamps, 22 nasceram em território francês. Apenas três vieram ao mundo fora do país: Michael Olise, na Inglaterra; Marcus Thuram, na Itália; e Brice Samba, na República Democrática do Congo.

Olise talvez seja o retrato mais emblemático dessa diversidade. Nasceu em Londres, atua pelo Bayern de Munique, na Alemanha, e escolheu defender a França. Filho de pai nigeriano e mãe franco-argelina, poderia representar quatro seleções diferentes. Preferiu a que, segundo ele, sempre sentiu como dele desde a infância.

A diversidade não está no passaporte. Está na árvore genealógica. Filhos e netos de imigrantes criaram raízes na França, foram formados nas escolas, clubes e centros de treinamento do país e cresceram sob o lema republicano de liberdade, igualdade e fraternidade. Hoje, representam a seleção como franceses.

Esse modelo é resultado de um projeto construído por décadas. Em 1973, a federação tornou obrigatória a criação de centros de formação pelos clubes profissionais. Hoje, o país conta com quase 40 academias, uma rede de mais de 300 observadores e 16 polos regionais de desenvolvimento, responsáveis por identificar e lapidar talentos desde a adolescência. O principal é o tradicional Clairefontaine, nos arredores de Paris, berço de gerações da seleção.

O investimento ajuda a explicar a influência francesa no futebol mundial. Nesta Copa do Mundo, quase 100 jogadores nascidos na França defenderam diferentes seleções, cerca de 8% dos 1.248 convocados. Não é coincidência que o país tenha se tornado o maior fornecedor de atletas para o próprio Marrocos.

As histórias de família ajudam a explicar o mosaico. Mbappé é filho de um camaronês e de uma argelina. Dembélé e Konaté têm origem no Mali. Upamecano, na Guiné-Bissau. Barcola, no Togo. Doué, na Costa do Marfim. Os irmãos Theo e Lucas Hernández são filhos de um espanhol. Já Michael Olise talvez seja o retrato mais emblemático a diversidade:

Lars Baron/AFP



Soufiane Rahimi é um dos sete jogadores de Marrocos nascido no país. Os demais reforçam um processo de globalização e recrutamento de talentos

LEVANTAMENTO / onde nasceram os convocados das seleções francesa e marroquina	
FRANÇA	MARROCOS
TITULARES	TITULARES
 Mike Maignan Cayenne, na Guiana Francesa	 Yassine Bounou Montreal, no Canadá
 Jules Koundé Paris, na França	 Achraf Hakimi Madrid, na Espanha
 Dayot Upamecano Évreux, na França	 Issa Diop Toulouse, na França
 William Saliba Bondy, na França	 Redouane Halhal Montpellier, na França
 Lucas Digne Meaux, na França	 Noussair Mazraoui Leiderdorp, na Holanda
 Adrien Rabiot Saint-Maurice, na França	 Neil El Aynaoui Nancy, na França
 Manu Koné Colombes, na França	 Ayyoub Bouaddi Sens, na França
 Ousmane Dembélé Vernon, na França	 Brahim Díaz Málaga, na Espanha
 Michael Olise Londres, na Inglaterra	 Azzedine Ounahi Casablanca, no Marrocos
 Bradley Barcola Lyon, na França	 Bilal El Khannouss Strombeek-Bever, na Bélgica
 Kylian Mbappé Paris, na França	 Ismael Saibari Terrassa, na Espanha
RESERVAS	RESERVAS
 Robin Rissier Colmar, na França	 Munir El Kajoui Melilla, na Espanha
 Brice Samba Linzolo, na RD Congo	 Ahmed Tagnaouti Casablanca, no Marrocos
 Maxence Lacroix V. Saint-Georges, na França	
 Ibrahima Konaté Paris, na França	
 Lucas Hernández Marseille, na França	
 Theo Hernández Marseille, na França	
 Malo Gusto Décines-Charpieu, na França	
 N'Golo Kanté Paris, na França	
 Aurélien Tchouaméni Rouen, na França	
 Warren Zaïre-Emery Montreuil, na França	
 Rayan Cherki Lyon, na França	
 Maghnes Aklouch NTremblay, na França	
 Désiré Doué Angers, na França	
 Marcus Thuram Parma, na Itália	
 Jean-Philippe Mateta Sevran, na França	

nasceu na Inglaterra, é filho de um nigeriano e uma franco-argelina e poderia defender quatro seleções.

Não por acaso, a seleção francesa tornou-se uma das maiores vitrines da integração do esporte. Os clubes e centros de formação receberam filhos e netos de sucessivas ondas

migratórias e ajudaram a transformar em atletas de elite. A camisa azul tomou-se o ponto de encontro de diferentes histórias sob uma mesma identidade nacional.

Marrocos seguiu o caminho inverso para chegar à elite do futebol mundial. Apenas sete dos 26

convocados nasceram no país africano. A espinha dorsal da equipe foi construída na diáspora. Há atletas nascidos na Espanha, Bélgica, Holanda, no Canadá e na França que optaram por defender a terra dos pais e dos avós, transformando a seleção em um símbolo da ligação

entre o país e as comunidades espalhadas pelo mundo.

Não foi um trabalho simples para a Federação Marroquina. A seleção não se formou por acaso nem por alistamento espontâneo. Foi preciso identificar talentos espalhados pela diáspora, apresentar um projeto

esportivo e convencê-los a vestir a camisa da terra dos pais e dos avós. O processo levou anos e transformou a equipe em referência na aproximação com comunidades marroquinas espalhadas pelo planeta.

O adversário das quartas de final ajudou, sem querer, a construir parte da equipe que tentará eliminá-lo. Oito dos 26 convocados de Marrocos nasceram na França. A Espanha contribui com cinco atletas, enquanto Bélgica e Holanda aparecem com três cada. O Canadá fecha a lista com um. O principal símbolo dessa diáspora é Achraf Hakimi, nascido em Madri. O goleiro Yassine Bounou, protagonista da campanha, veio ao mundo em Montreal.

A disputa entre França e Marrocos extrapolou o gramado muito antes das quartas de final. O principal exemplo é Ayyoub Bouaddi. Nascido em Sens, na França, o meia de 18 anos percorreu todas as categorias de base da seleção e era tratado como uma das joias do país. Sem espaço na equipe principal, decidiu defender a terra dos pais. A troca de associação foi concluída em maio deste ano, poucas semanas antes da convocação para a Copa. Hoje, é titular absoluto de Marrocos e personifica a política da Federação de transformar a diáspora em projeto esportivo.

A partida de hoje será o sétimo encontro entre França e Marrocos. Os Bleus seguem invictos no confronto, com quatro vitórias e dois empates. O capítulo mais marcante dessa rivalidade foi a semifinal da Copa do Mundo de 2022, quando venceram por 2 x 0 no Catar e avançaram à decisão. Três anos e meio depois, a França preserva boa parte da base daquela campanha, com sete remanescentes entre os titulares.

Marrocos se reinventou, inclusive com treinador novo. Apenas cinco dos 11 jogadores que iniciaram a histórica semifinal permanecem na equipe. A reformulação foi conduzida pela Federação Marroquina por meio da busca de talentos espalhados pela diáspora europeia, estratégia que manteve os Leões-do-Atlas entre a elite do futebol mundial.

 **Egito**
A Federação Egípcia de Futebol pediu à Fifa, ontem, a exclusão do árbitro francês François Letexier do restante da Copa do Mundo de 2026, denunciando “erros de arbitragem flagrantes” durante as oitavas de final, nas quais o Egito foi eliminado pela Argentina, ao perder por 3 x 2, de virada, na terça-feira, gerando reclamações dos africanos.

 **Croácia**
O treinador Zlatko Dalić, que levou a Croácia à final da Copa do Mundo de 2018, anunciou, ontem, a demissão após nove anos no cargo, dias após a eliminação para Portugal. “É o momento certo para colocar um ponto final nessa aventura. Vou embora de coração cheio e orgulhoso por ter contribuído às maiores conquistas da história do futebol croata”, declarou.

 **Inglaterra**
O meio-campista inglês Jordan Henderson passou por uma cirurgia no braço esquerdo após uma queda acidental ao tentar passar por cima de uma placa de publicidade, logo depois da vitória da Inglaterra por 3 x 2 sobre o México. Henderson ficará de fora do restante do torneio, mas deve permanecer com a delegação da Inglaterra.

 **México**
O México oficializou, ontem, a nomeação do ex-zagueiro Rafael Márquez como o novo técnico da seleção de futebol, uma mudança que já era esperada após a eliminação na Copa do Mundo de 2026. Márquez, de 47 anos, apelidado de ‘El Káiser’, integrava a comissão técnica do treinador anterior, Javier Aguirre, e dará andamento ao projeto.

 **Argentina**
A torcida argentina, que empurrou a Albiceleste até o tricampeonato mundial conquistado na Copa do Catar em 2022 ao som do popular hino Muchachos, já tem um novo sucesso para incentivar a equipe. Intitulada La cuarta estrella (A quarta estrela), a música ganhou força nas arquibancadas e recebeu a aprovação definitiva dos próprios jogadores.

 **Portugal**
Astro de Portugal, Cristiano Ronaldo se manifestou com uma curta mensagem nas redes sociais após a eliminação da equipe portuguesa para a Espanha nas oitavas de final da Copa do Mundo. Em uma publicação no Instagram, o craque colocou na legenda “Portugal Sempre”. Ontem, ele desembarcou com os companheiros em Lisboa.

HORÓSCOPO
 www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Vênus ingressa em Virgem. A cobiça é uma paixão e, como tal, seu único e exclusivo interesse é satisfazer a ânsia de ter mais, sem nenhum tipo de pudor que revele qualquer sinal de contenção diante dos inevitáveis dilemas com que nos deparamos ao tentar satisfazer nossos anseios íntimos. De certa maneira, todo e qualquer ser humano é movido pela cobiça, mas nem todos fazemos isso em detrimento do bem-estar, liberdade e respeito das pessoas com que nos relacionamos, diante dos dilemas que se apresentam sacrificamos a paixão da cobiça em nome do respeito. Nem todos os seres humanos contêm suas paixões, há quem viva por elas e para elas o tempo inteiro, sem se importar com o mal-estar e corrosão que suas paixões desenfreadas provocarem e, enquanto continuarmos assim, não temos razão de nutrir a esperança de que o mundo vai melhorar.


ÁRIES
21/03 a 20/04

Mantenha tudo em ordem, invista tempo em tornar bonito e agradável o ambiente pelo qual você transita uma boa parte do tempo, porque com a alma rodeada de beleza você terá inspirações melhores para solucionar os perrengues.


TOURO
21/04 a 20/05

A boa vida não depende de recursos materiais, porque se você observar ao seu redor perceberá que acumulou suficiente recurso para desfrutar de muita coisa boa. Aproveite o que está disponível, desfrute muito.


GÊMEOS
21/05 a 20/06

Retorne sua atenção ao básico, a tudo que você precisa experimentar no dia a dia para considerar que a vida vale a pena, porque as penas estarão sempre garantidas, a questão que fica é se essas compensam.


CÂNCER
21/06 a 21/07

Enquanto houver cordialidade entre as pessoas, dará para conversar, inclusive sobre esses temas arduos que dão nos nervos. Tudo há de ser posto sobre a mesa com as pessoas com que seja possível dialogar de verdade.


LEÃO
22/07 a 22/08

Aproxime de si os recursos que sirvam para sua alma se sentir mais segura e confortável, mas ao mesmo tempo ofereça ao mundo e às pessoas seu melhor, porque na expressão de seus talentos você atrai recursos e prosperidade.


VIRGEM
23/08 a 22/09

Invista em sua aparência, porque não há nada de superficial nisso. A aparência reflete o tratamento que damos à vida interior também, não se trata de maquiagem, mas de estética, ela é a que atinge as camadas profundas.


LIBRA
23/09 a 22/10

Enquanto não seja possível você abrir o jogo de seus sentimentos mais profundos é porque as pessoas ao seu redor não seriam as certas, ou mesmo sendo as melhores possíveis, elas estão com a cabeça em outro lugar.


ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

É hora de selecionar melhor as pessoas a quem você permite aproximação, porque nesta parte do caminho suas decisões tendem a ser pautadas pela influência que as pessoas exerçam sobre seus pensamentos e ideias.


SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

A sorte circula à solta por aí, mas para você a aproveitar há de haver tentativas, e isso não se refere a sair por aí apostando no que aparecer, porque assim sua alma ficaria sujeita a cair em golpes. Melhor não.


CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Perceber as mesmas coisas de sempre, mas de um ponto de vista mais amplo e inclusivo, fará com que você torne seu coração mais serenos e nele seja infundido um entusiasmo que parecia perdido para sempre.


AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Quando os desejos vibram não é possível fingir que poderia haver algo mais importante do que se movimentar para os satisfazer. Você pode demorar, pode protelar, pode fazer o que quiser, mas os desejos estarão aí.


PEIXES
20/02 a 20/03

O bom trato entre as pessoas há de prevalecer, porque quando há cordialidade desinteressada é também quando as pessoas oferecem seu melhor. Na falta de cordialidade entra em campo a corrupção dos relacionamentos.

MÚSICA

Jorge Bispo



Mergulho no Chico

» EDUARDA BRANDÃO

Depois de lançar um álbum que conquistou o aval do próprio homenageado, o quarteto Escafandristas chega ao Clube do Choro hoje, às 20h30, para apresentar um espetáculo dedicado à obra de Chico Buarque. O show reúne interpretações de clássicos e canções menos conhecidas do compositor em arranjos que preservam a essência das obras, mas propõem novas formas de escutá-las.

Formado por Alice Passos, Luísa Lacerda, Renato Frazão e Thiago Amud, o grupo nasceu em 2024 para celebrar os 80 anos de Chico Buarque. A estreia foi na Casa do Choro, no Rio de Janeiro, com sessões lotadas, e a repercussão foi tanta que o quarteto realizou, meses depois, uma apresentação particular para Chico e toda a família Buarque.

Em junho deste ano, o projeto ganhou uma nova dimensão com o lançamento do álbum *Escafandristas cantam Buarque*. O disco reúne 15 faixas e tem participação especial de Chico Buarque, que canta em *A Volta do Malandro*, ao lado de um coro formado por suas filhas, irmãs e netas.

O espetáculo em Brasília reúne

todas as músicas do álbum e amplia a experiência para quem acompanha a apresentação ao vivo. “O show inclui canções que ficaram de fora das gravações, assim como histórias e momentos que só o calor do ‘ao vivo’ proporciona ao público”, explica a vocalista e violonista Luísa Lacerda.

O grupo percorre diferentes fases da carreira de Chico, alternando clássicos como *Construção*, *Cotidiano* e *Futuros amantes* com canções menos conhecidas, revelando novas camadas de uma obra que atravessa mais de seis décadas da música brasileira.

A apresentação no Clube do Choro integra a turnê de lançamento do álbum e marca a primeira passagem do espetáculo por Brasília.

ESCAFANDRISTAS CANTAM BUARQUE

Hoje, às 20h30, no Clube do Choro de Brasília (Eixo Monumental). À venda no site do Clube do Choro, a partir de R\$50.

***Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco**

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

PORTUGAL

Adivinha de onde eu vinha
 adivinha onde bebi
 advinha de que vinha
 a uva que colhi

Adivinha o que diz a linha
 da palma da minha mão
 O caminho vê se advinha
 do meu coração

Cristiano Menezes

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

5	9				2	8		
8		4		5			7	
	2		8	9				4
		7				1		
				1			3	
6								9
	6		2					1
		5	7	8				
					1			

Grau de dificuldade: fácil
 www.cruzadas.net

CRUZADAS

Escultor, desenhista e diagramador mineiro	↘	Descer da montaria	Abafado		↘	Pedido da criança ao Papai Noel		↘	Igualo; apiano
			Divisão natural dos gomos do bambu			Expressão de espanto	Condição da bisavó		
Escola de samba de Cartola	→	↘	↘			↘	↘		↘
→				Político cubano	→				
				Pintor espanhol					
Trepadeira que pende das árvores			Cidade colombiana	→ ↘					
Pilotos suicidas japoneses da 2ª Guerra			Serena; sossegada						
	→		↘						
→						(?) -luz, medida astronômica	→		
"(?), Mule-ke!", sucesso de Thiaguinho		Coisa alguma	→				"Quem te viu, quem te (?)" (dito)		Áspero no tratar
		Oposto; contrário							
Desmanchar; desfazer	→	↘					↘		↘
→						(?) Guedes, apresentador e chef	→		
						Coloca em ordem	(?) Johnson, ator		
Cada divisão do roteiro de Cinema			Poema dos aedos	→		↘		"Vinho", em "enologia"	
			(?) Margera, skatista			↘			
Agência Espacial Brasileira (sigla)	→		↘	(?) Rava-che, atriz	→			↘	
				Anfíbio de brejos					
→				↘					"(?), Lá Vem Ela", hit de Jorge Ben Jor
Aquela que praticou homicídio		Mapa, em inglês	→				(?) I, rei germano (Hist.)	→	↘
		Lya Luft, escritora							
Dois moluscos com tentáculos		↘	Coloca ovo (a galinha)	→				Significa "Universidade", em UFF	
→								↘	

BANCO — 3/bam — map — oba — ode. 15/amlicar de castro.

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM	E	S	B	J	A	C	E	N	T	E	R
	A	T	U	O	U	O	R	A	I	S	
	E	A	I	P	M	O	C	P			
	L	I	N	A	O	V	P	O	L	E	
	A	R	E	G	U	A		E	I		
	F	R	V	E	R	L	I	M	I	T	
	E	G	G	N	A	S	A				
	O	I	D	E	M	O	N	J			
	M	I	I	A	R	R	E	D	A		
	B	E	R	N	A	I	P	P	O	N	
	T	A	L	F	A		A	U			
	P	R	E	M	I	O	F	A	L	T	A
	I	I	R	O	L		O	R			
	C	A	B	E	D	A	L	R	I	T	O

5	1	9	7	3	4	6	8	2
6	2	8	5	9	1	4	3	7
3	7	4	6	8	2	5	9	1
9	6	5	3	1	8	7	2	4
1	8	7	4	2	5	9	6	3
2	4	3	9	6	7	8	1	5
7	3	1	8	4	9	2	5	6
4	9	2	1	5	6	3	7	8
8	5	6	2	7	3	1	4	9

ASSINE COQUETEL
 E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

>>> WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR

Siga a gente nas redes sociais:

» RICARDO DAEHN

Fazer um filme sozinho é meio chato”, contou a atriz australiana Catherine Laga’aia, aos 19 anos, para o *The New York Times*, recentemente. O tom de queixa da protagonista de *Moana* vem da excessiva atuação frente a uma tela azul (a ser enxertada por imagens mexidas no computador). O tom choroso em nada se prolonga, quando ela analisa a importância de encabeçar o live-action conduzido para Disney por Thomas Kail. “*Moana*”, o filme de animação de 2016, mudou minha vida de tantas maneiras, servindo de grande inspiração para mim quando eu era mais jovem. Ter uma princesa da Disney que vem da sua cultura é algo muito especial a ser celebrado”, observou.

Filha de Jay, um reconhecido ator de ascendência samoana, Catherine tem muitos dos sete irmãos atuando no teatro musical. Para a seleção no novo filme, que vem na esteira da participação na minissérie *As flores perdidas*, a nova estrela de cinema enfrentou mais de 32 mil colegas, em afunilada concorrência. “No momento em que Catherine entrou na sala durante o teste, senti que tinha encontrado a Moana. Ela interpretou duas cenas e cantou *How far I’ll go*, e as emoções daquele momento ainda estão vivas em minha memória. Ela cantou muito bem, mas também senti que ela realmente compreendeu as emoções. Depois de ouvi-la cantar, levantei-me imediatamente da cadeira”, registrou o diretor, na rodada de entrevistas internacionais.

Peça fundamental ao filme, Catherine, vista por meio das declarações em noticiários estrangeiros, com afirmações inesperadas sobre a vida pessoal, parece descolada do impacto que o novo filme terá na carreira. “Se não é um dia bom para os meus cachos de cabelo, eu simplesmente não funciono” foi das declarações juvenis em que, com visibilidade, fala da preferência por beber água com muito

gelo; gostar de caminhar, até por não ter carteira de motorista e da gana por macarrão simples, de pacote, com generosa dose de queijo parmesão.

Engrossando a lista de mais de uma dúzia de animações transformadas em live-action, *Moana*, junto com a nova estatura para a artista Catherine Laga’aia, fortalece o imaginário da menina resiliente entre obrigações na ilha natal de Motunui (no Pacífico Sul) e a jornada rumo ao oceano aberto. “A sensação de perigo ao ver Catherine — uma adolescente — no meio de tempestades é diferente quando há uma pessoa vivenciando aquilo. Por isso, acredito que a sensação de aventura e perigo fica realmente intensificada nesse aspecto, no live-action. Nada disso diminui a diversão ou o entretenimento; acho que isso cria um belo contrapeso para toda a alegria que buscamos transmitir”, observou o diretor, reconhecido nos bastidores das produções musicais da Broadway, e vencedor de prêmios Tony, pela montagem de Hamilton, que contou com o talento do compositor Lin-Manuel Miranda, também integrado ao filme *Moana*.

Descendente de porto-riquenhos, Manuel-Miranda é autor de refrões de sucessos colados a títulos como *A pequena sereia* (2023), *Encanto* (2021) e *Mufasa: O Rei Leão* (2024). Momentos antológicos como a carga de empatia defendida pela protagonista, quando encara confronto com a deusa Te Kā (com coração inexistente), prometem ser explorados na aventura que faz reviver memórias da animação Moana: Um mar de aventuras. Mistérios serão desvendados neste longa que traz Moana como uma navegadora em busca do posto de liderança, ao se falar do destino de Te Fiti, da interferência do semideus Maui (papel reprisado por Dwayne “The Rock” Johnson), tudo com a presença cômica da dupla Pua, um divertido suíno, e Heihei, um galo atrapalhado.

Defesa DAS ORIGENS PROFUNDAS



Sobrevoo nas origens do equilíbrio da natureza é fonte de inspiração para o live-action

Catherine Laga’aia é a protagonista de *Moana*, da Disney



Foto: Disney

Sob a vigência das “vivências singulares” negras, num plano de literatura diferenciado daquela “negrista” (registrada em autores como Jorge Amado), o documentário inédito de Joel Zito Araújo, *Cadernos Negros*, chega à programação do canal Curta! (hoje, às 22h, na plataforma CurtaOn.com.br e para assinantes de TV paga). “Existe uma literatura negra, sim”, defende Conceição Evaristo, uma das autoras abraçadas pelo sentimento de comunidade e pelo impulso na vida social de autores como Oswaldo de Camargo, Miriam Alves, Cuti e demais escritores com rota modificada pela atuação do grupo Quilombhoje, uma iniciativa com senso de coletividade aguçado.

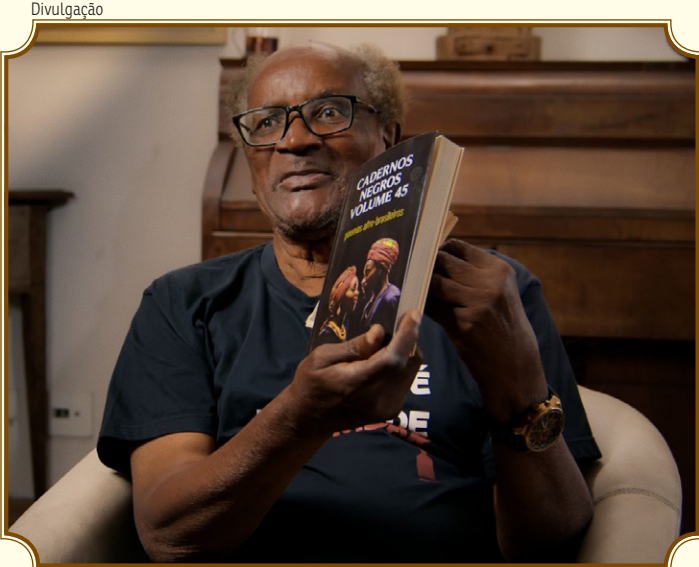
Brasília marca presença na fita, pelo despontar de Cristiane Sobral e de Margaret dos Anjos, inclinada ao afago na autoestima, com poema dedicado a si:

POR REAL LIBERDADE DE EXPRESSÃO

“Fujo do padrão, mas ganho na beleza”, atesta, no filme. Donas de um “discurso mais completo”, em planos racional e emotivo, conforme reforça o entrevistado Cuti, as mulheres integram capítulo à parte no documentário, que revela origens do Movimento Negro no Brasil. Traços da identidade de grupo habitam pensamentos de pensadoras como Miriam Alves (autora que esbraveja um de seus

poemas: “Minha carne queimou na panela...” e Conceição Evaristo (representada pela reprodução de Eu-mulher, num trecho que demarca: “Eu fêmea-matriz/ Eu força-motriz/ Eu-mulher/ Abriço da semente/ moto-contínuo/ do mundo”).

Ainda que um dos pilares da publicação *Cadernos Negros*, nascido em fins dos anos de 1970, Cuti desautorize o dito “homem cordial”, ele celebra a solidariedade



Divulgação

Documentário *Cadernos Negros* investiga trajetória da publicação que atravessa décadas

momentos de cisão e de renovação dos autores publicados pelos *Cadernos Negros* (são mais de 300) e dos esquemas de difusão da antologia em bailes soul, bares, festas black e dentro do movimento hip-hop. Nos discursos apresentados transparece a queda “da máscara branca da imitação” e a “limpeza do espírito de dominação” (dos brancos), revela-se a influência da literatura oral em Cruz e Sousa e Lima Barreto, além de ser renovada admiração pelo braço periférico de autores como Oubi Inaê Kibuko e Carolína Maria de Jesus, que escreveu em anteparostirados do lixo, e que deram nome ao *Cadernos Negros*. (RD)

ativa reinante num “bojo de algo maior” e que deságua na ação afirmativa que renova a saudação ao lúcido pensamento do abolicionista Luís Gama, citado com: “Enquanto houver um só escravo no Brasil,

a nação inteira estará acorrentada”. Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina e Abelardo Rodrigues, entre outros expoentes, tratam da queda do caráter “puxa-saco de branco” (nas letras dos pretos), lidam com



Entrevista — Ruy Fonsatti Junior, presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-PR

Chegou o período do defeso eleitoral

Ana Maria Campos

A 90 dias das eleições, entram em vigor restrições que mudam a rotina da administração pública e impõem novos cuidados a agentes públicos, partidos e pré-candidatos. O período é marcado por regras mais rígidas para preservar a igualdade de oportunidades entre os concorrentes e evitar o uso da máquina pública em benefício eleitoral. Em entrevista ao Direito & Justiça, o advogado Ruy Fonsatti Junior, presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB seccional Paraná, explica o que passa a ser proibido, quais condutas podem resultar em sanções e como a Justiça Eleitoral diferencia a gestão administrativa legítima da promoção política. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral - (Iprade) e mestrando em direito eleitoral e político pela Washington & Lincoln, University, Fonsatti também aborda os desafios trazidos pela inteligência artificial, os riscos dos deepfakes, os limites da propaganda nas redes sociais e as medidas para combater a desinformação e o assédio eleitoral durante a campanha.

Faltando menos de 90 dias para as eleições, o que muda na prática para órgãos públicos e agentes públicos? Quais são as principais proibições que passam a valer a partir de agora?

O marco dos 90 dias que antecede o pleito, conhecido na doutrina eleitoral como o início do defeso eleitoral estrito, altera de forma severa o regime jurídico aplicável aos atos da administração pública e à conduta de seus agentes em todos os níveis federativos. Para efeito das vedações previstas no artigo 73 da Lei 9.504/1997, a jurisprudência interpreta o conceito de agente público de forma amplíssima, alcançando qualquer pessoa que exerça, ainda que em caráter temporário, voluntário ou não remunerado, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional.

Quais são as principais proibições que passam a valer a partir de agora?

A partir desse trimestre crítico, ficam vedados os atos de pessoal que impliquem nomeação, contratação, admissão, demissão sem justa causa, supressão ou readaptação de vantagens de servidores, bem como

Divulgação



"A linha que separa o exercício regular das funções de governo da promoção eleitoral ilícita assenta-se no princípio constitucional da impessoalidade, previsto no artigo 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal"

remoções, transferências ou exonerações de ofício na circunscrição do pleito, sob pena de nulidade absoluta do ato, ressalvadas a nomeação ou exoneração de cargos comissionados e funções de confiança, a nomeação de aprovados em concurso já homologado antes do início do prazo, as nomeações para o Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas e órgãos da Presidência da República, e as contratações emergenciais para serviços essenciais e inadiáveis, desde que previamente autorizadas pelo chefe do Executivo. Ficam também proibidas as transferências voluntárias de recursos entre entes federativos, exceto para o cumprimento de obrigações já formalizadas em obras com cronograma físico em andamento ou para o socorro a situações de emergência ou calamidade pública formalmente declaradas. A publicidade institucional de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos e da administração

indireta também é vedada, ressalvada apenas a propaganda de produtos ou serviços com concorrência real no mercado, ou casos de grave e urgente necessidade pública mediante autorização prévia da Justiça Eleitoral.

E em relação a pronunciamentos e inaugurações?

Há proibição de pronunciamentos de agentes públicos em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo matéria urgente reconhecida pelo tribunal competente, e, no campo das inaugurações públicas, a vedação à contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos, prevista no artigo 75 da Lei 9.504/1997, e a proibição de que qualquer candidato compareça a inaugurações de obras nos três meses anteriores à votação, nos termos do artigo 77 da mesma lei, sob pena de cassação do registro ou do diploma.

Onde termina a rotina normal da administração pública e começa a promoção eleitoral?

A linha que separa o exercício regular das funções de governo da promoção eleitoral ilícita assenta-se no princípio constitucional da impessoalidade, previsto no artigo 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal, e na preservação da igualdade de oportunidades entre os concorrentes, consagrada no artigo 73, caput, da Lei nº 9.504/1997. A rotina administrativa legítima caracteriza-se pelo desenvolvimento técnico e impessoal de serviços voltados ao interesse social imediato. O desvio começa quando a estrutura estatal, seja em bens, servidores, verbas ou meios de comunicação, passa a ser instrumentalizada para incutir no eleitorado um juízo de valor favorável a determinada candidatura ou partido.

Como a Justiça Eleitoral faz essa distinção?

Para fazer essa distinção de forma objetiva, o TSE consolidou o entendimento de que os ilícitos do artigo 73 possuem natureza puramente objetiva, de modo que a configuração da conduta vedada prescinde da análise de dolo, de propósito eleitoreiro do agente ou mesmo de potencialidade lesiva para alterar o resultado do pleito, de forma que o simples descumprimento fático da vedação já gera presunção de lesão ao equilíbrio competitivo. Quando o julgamento envolve ações de investigação judicial eleitoral fundadas em abuso de poder político ou desvio de autoridade, nos termos do artigo 22 da Lei Complementar 64/1990, o critério deixa de ser o impacto matemático do ato e passa a considerar sua gravidade intrínseca, sob os aspectos qualitativo, relativo à reprovabilidade da conduta do gestor diante das funções do cargo, e quantitativo, relativo ao grau de repercussão social do fato. Também orienta essa distinção a teoria do desvio de finalidade, segundo a qual o ato administrativo regular não pode ser associado à figura pessoal do gestor cujo cargo esteja em disputa, de modo que o uso de nomes, fotos, vozes, símbolos de campanha ou slogans que personalizem os serviços estatais afasta o caráter informativo da comunicação e configura desvio de finalidade. Por fim, essa linha demarcatória é rígida a ponto de uma mesma conduta poder configurar, simultaneamente, ilícito eleitoral e ato de improbidade administrativa, sujeitando o agente a ações independentes e cumulativas perante a Justiça Eleitoral e a Justiça Comum.

LEIA MAIS nas páginas 2 e 3

Entrevista — Ruy Fonsatti Junior, presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-PR

O que pode continuar sendo publicado nos sites oficiais e nas redes sociais de órgãos públicos sem infringir a legislação eleitoral?

Durante o defeso eleitoral estrito dos últimos três meses que antecedem o pleito, a veiculação de conteúdos nos canais digitais do Poder Público entra em regime de contenção, pautada exclusivamente pela necessidade social inadiável e pela utilidade direta ao cidadão. Permanecem autorizadas informações de utilidade pública direta, como boletins diários de trânsito, alertas urgentes emitidos pela Defesa Civil, cronogramas operacionais de vacinação em curso, campanhas de prevenção a epidemias já em andamento, datas de matrícula escolar e editais de concursos previamente autorizados, desde que redigidos em linguagem estritamente técnica, objetiva e informativa, sem adjetivação, juízos de exaltação ou elogios à gestão. No ambiente digital, recomenda-se ainda a adoção de identidade visual simplificada, com a suspensão temporária de marcas de gestão, slogans e campanhas publicitárias de mandato, mantendo-se apenas o brasão do ente federado acompanhado da nomenclatura oficial e técnica do órgão.

Quais tipos de publicações devem acender o sinal de alerta?

Para afastar o risco de responsabilização por publicidade institucional vedada ou por abuso de poder político, as assessorias de comunicação e os administradores públicos precisam observar alguns pontos de atenção nas redes institucionais. O primeiro é a necessidade de revisão retroativa do conteúdo já publicado, pois o dever de suspensão da publicidade institucional não se limita a cessar novos posts, mas impõe a obrigação ativa de remover, ocultar ou arquivar postagens, vídeos, banners e slogans antigos que identifiquem autoridades com cargo em disputa ou exaltem realizações da gestão. Também é preciso evitar publicações conjuntas, como o recurso de colaboração do Instagram, que vinculem o perfil oficial do órgão ao perfil pessoal de agentes públicos ou pré-candidatos, além de monitorar com cuidado os comentários de terceiros nas páginas estatais, já que manifestações de apoio político de usuários podem caracterizar publicidade ilegal, o que recomenda, inclusive, a suspensão preventiva da seção de comentários durante o defeso, ou, se mantida ativa, um monitoramento célere para excluir comentários partidários. Da mesma forma, é indispensável verificar se algum hiperlink nas árvores de links dos perfis oficiais não redireciona a páginas privadas de pré-candidatos ou partidos, e eliminar expressões promocionais de valorização, como referências a uma gestão histórica ou à maior obra do século, bem como comparações estatísticas entre a gestão atual e gestões anteriores.

Nas redes sociais, quais atitudes de um pré-candidato podem ultrapassar o limite e ser consideradas propaganda eleitoral antecipada?

Até 15 de agosto do ano eleitoral, vigora o período de pré-campanha (a propaganda

Luiz Roberto/TSE



“Ultrapassa o limite legal o uso de elementos que simulem o próprio ato de votar, como a exibição de uma urna eletrônica com o número do pré-candidato em tela e a tecla de confirmação em destaque, ou o emprego de outdoors, carreatas extemporâneas abusivas e distribuição massiva de adesivos automotivos.”

eleitoral propriamente dita somente é permitida a partir de 16 de agosto, nos termos do artigo 36 da Lei 9.504/1997), período durante o qual toda publicidade de viés eleitoral destinada a captar votos é considerada propaganda antecipada ou extemporânea. O artigo 36-A da mesma lei autoriza que pré-candidatos divulguem suas opiniões políticas, participem de entrevistas e debatam suas pretensões nas redes sociais, desde que não haja pedido explícito de voto. A conduta ultrapassa esse limite, porém, quando passa a atender aos parâmetros fixados pela Justiça Eleitoral a partir da chamada teoria das palavras mágicas, importada da experiência norte-americana, segundo a qual o pedido de voto não precisa vir na forma literal, bastando o uso de expressões semanticamente equivalentes que revelem, no contexto em que são empregadas, o apelo direto ao voto.

Poderia dar exemplos?

É o caso de expressões como contar com o apoio do eleitor, convidá-lo a caminhar

junto, pedir que se apoie ou elejam determinada pessoa, ou de falas em eventos políticos que sugiram a continuidade de um governo ou reforcem o pedido de apoio. O mesmo raciocínio se aplica a jingles de campanha antecipados que carreguem a mesma força semântica de um pedido de voto. Também ultrapassa o limite legal, mesmo sem pedido explícito, o uso de elementos que simulem o próprio ato de votar, como a exibição de uma urna eletrônica com o número do pré-candidato em tela e a tecla de confirmação em destaque, ou o emprego de outdoors, carreatas extemporâneas abusivas e distribuição massiva de adesivos automotivos.

Como ficam o impulsionamento de publicações, os anúncios pagos e a atuação de influenciadores digitais neste período?

O fomento econômico de publicações na internet foi profundamente atualizado pela Resolução do TSE 23.732/2024, que regulamentou o impulsionamento pago na pré-campanha a partir de algumas condições cumulativas. A contratação do serviço de anúncios precisa ser feita diretamente com a plataforma pelo próprio partido ou pela pessoa que pretenda se candidatar, sem triangulação por empresas interpostas; o conteúdo impulsionado não pode conter pedido explícito de voto nem palavras de carga semântica equivalente; os valores investidos devem ser proporcionais e compatíveis com a moderação financeira própria da pré-campanha, sob pena de glosa na prestação de contas e até de apuração por abuso de poder econômico; e é absolutamente vedado o uso de impulsionamento pago para veicular críticas, desconstruções de imagem ou fatos depreciativos sobre adversários, já que o patrocínio em redes sociais é instrumento reservado à promoção da própria candidatura do anunciante.

Quais são os principais riscos?

Entre os principais riscos está a contratação de anúncios pagos por cidadãos comuns em apoio a um pré-candidato, o que também é vedado, já que a manifestação política do eleitor na internet deve ocorrer de forma orgânica e gratuita, e a contratação remunerada de influenciadores digitais para veicular propaganda ou apoio político, considerada ilícita e apta a caracterizar abuso de poder econômico. Para fins de prestação de contas, exige-se do candidato a apresentação de contratos formais, notas fiscais com CNPJ ou CPF, comprovantes de transferência bancária direta às plataformas e relatórios que detalhem segmentação, alcance, dados geográficos e valores exatos das veiculações, sob pena de irregularidade grave.

A inteligência artificial já faz parte das campanhas. Quais regras os candidatos e partidos precisam seguir para usar essa tecnologia dentro da lei?

A entrada sistemática da IA no marketing político levou o TSE a editar, em fevereiro de 2024, a Resolução 23.732/2024, que alterou a Resolução 23.610/2019 e impôs regras rígidas ao uso dessa tecnologia na propaganda eleitoral. Para as eleições gerais de 2026, esse regime foi atualizado pela Resolução 23.755, de 2 de março de 2026, que manteve a estrutura de 2024 e acrescentou novidades relevantes, como a exigência de que os provedores disponibilizem campo específico para declaração de uso de IA no impulsionamento pago. O artigo 9º-B passou a exigir que toda propaganda que utilize conteúdo sintético gerado por inteligência artificial para criar, mesclar, sobrepor, substituir ou omitir imagens ou sons informe, de modo explícito, destacado e acessível, que o conteúdo foi fabricado ou manipulado e qual tecnologia foi empregada. Em áudio, o aviso deve ser narrado na abertura da peça; em imagem estática, deve constar um rótulo visível sobre a imagem, além de indicação correspondente na audiodescrição; em vídeo, exige-se aviso verbal de abertura na locução, rótulo textual nítido e permanente durante toda a reprodução e menção também na audiodescrição; e em materiais impressos, o aviso precisa figurar em cada página ou face do panfleto, folheto ou jornal de campanha. A própria resolução dispensa a rotulagem quando a inteligência artificial for usada apenas para aprimorar tecnicamente a qualidade de som ou imagem de gravações reais, para criar elementos gráficos e neutros de identidade visual, como logomarcas e vinhetas, ou em montagens simples que apenas unam fotos reais de candidatos e apoiadores para simular um registro conjunto. Quanto a chatbots e assistentes virtuais, seu uso é permitido para mediar a comunicação de campanha, desde que respeitado o dever de rotulagem, mas é expressamente proibida qualquer simulação que faça o eleitor acreditar que está conversando ao vivo com o próprio candidato.

Se a IA for utilizada para criar conteúdo enganoso, manipular imagens ou ocultar a autoria de uma publicação, quais podem ser as consequências para os responsáveis?

A manipulação ilícita de conteúdo por meio de IA atrai um conjunto severo de sanções. O descumprimento do dever de rotulagem ou o uso abusivo dessas tecnologias autoriza a remoção imediata do conteúdo, seja por iniciativa dos provedores, seja por ordem judicial, sem prejuízo da multa prevista no artigo 57-D da Lei das Eleições, entre cinco mil e trinta mil reais, cuja aplicação a este tipo de infração está expressamente prevista no artigo 9º-B da Resolução 23.610/2019, com a redação dada pela Resolução 23.732/2024. Se, além do conteúdo sintético irregular, houver falsa atribuição da autoria da propaganda a um terceiro, candidato, partido ou coligação, incide também, cumulativamente, a multa específica do artigo 57-H da mesma lei. Nos termos do artigo 9º-C, parágrafo 2º, da Resolução 23.732/2024, a difusão de conteúdo sintético manipulado sem a devida rotulagem, ou contendo desinformação apta a comprometer o pleito, configura abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação social, o que, reconhecido em ação de investigação judicial eleitoral, pode levar à cassação do registro ou do diploma, à anulação dos votos obtidos e à inelegibilidade do responsável pelo prazo de oito anos, com fundamento no artigo 1º, inciso I, alínea d, da Lei Complementar 64/1990. A depender do conteúdo, pode haver ainda persecução penal eleitoral com base no artigo 323 do Código Eleitoral, matéria que hoje é objeto de projetos em tramitação no Congresso Nacional voltados a endurecer as penas e criar novas sanções administrativas específicas para o uso indevido de inteligência artificial.

Os chamados deepfakes preocupam cada vez mais a Justiça Eleitoral. O que caracteriza esse tipo de conteúdo e por que ele representa uma ameaça tão grande para o processo eleitoral?

Os deepfakes são arquivos digitais de áudio, vídeo ou representações audiovisuais combinadas, fabricados ou manipulados por técnicas de aprendizado de máquina e redes neurais que reproduzem, com grande realismo, a fisionomia, a voz e os traços de uma pessoa real, viva ou falecida, atribuindo-lhe discursos que ela nunca proferiu ou atos que nunca praticou. Essa tecnologia representa uma ameaça de outra ordem de grandeza porque corrói a própria percepção de realidade do eleitor, que perde as balizas necessárias para distinguir o que é autêntico do que é fabricado, comprometendo o debate racional e o livre convencimento no momento do voto. Some-se a isso a assimetria entre a velocidade de disseminação de um vídeo forjado nas vésperas da eleição, capaz de alcançar milhões de pessoas em minutos, e o tempo necessariamente maior das decisões judiciais de remoção e dos desmentidos formais, o que consolida prejuízos muitas vezes irreversíveis.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



"O trabalhador que sofrer pressão sobre seu voto dispõe de diversos canais institucionais para denunciar a conduta de forma sigilosa e buscar sua cessação. O principal deles é o Ministério Público do Trabalho"

Há outros riscos?

Há, ainda, o risco de que essas técnicas sejam usadas para simular fraudes no sistema eletrônico de votação ou forjar declarações de autoridades com o objetivo de perturbar a ordem democrática, razão pela qual o artigo 9º-C, parágrafo 1º, da Resolução TSE 23.732/2024 proibiu de forma absoluta a utilização de deepfakes na disputa eleitoral. Para as eleições de 2026, a Resolução 23.755/2026 foi além e criou uma janela de silêncio, pois fica vedada a publicação, a republicação e o impulsionamento de novos conteúdos sintéticos que utilizem imagem, voz ou manifestação de candidato nas 72 horas anteriores e nas 24 horas posteriores ao pleito, mesmo que devidamente rotulados como gerados por IA, reconhecendo que, nesse período final, nem a rotulagem é suficiente para neutralizar o risco de manipulação do voto.

Quando um vídeo ou imagem falsos começa a circular durante a campanha, quais mecanismos existem para retirar esse conteúdo do ar rapidamente? A resposta da Justiça consegue acompanhar a velocidade das redes sociais?

A velocidade de propagação da desinformação exigiu da Justiça Eleitoral uma resposta que rompe com os prazos tradicionais da jurisdição ordinária. Desde 2024,

o TSE conta com o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia, o CIEDDE, que articula a área técnica da Justiça Eleitoral, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a Advocacia-Geral da União, a Ordem dos Advogados do Brasil e os principais provedores de aplicação para dar celeridade à triagem e à remoção de conteúdo fraudulento. Uma vez expedida decisão judicial determinando a retirada de circulação de fatos notoriamente inverídicos ou descontextualizados, as plataformas notificadas têm, em regra, o prazo de até duas horas para informar as providências adotadas ou indisponibilizar o conteúdo, prazo que a resolução do Tribunal reduz no período mais sensível da véspera e do próprio dia da votação.

Qual é a responsabilidade das plataformas digitais?

A Resolução 23.732/2024 também impôs às plataformas o dever de cuidado ativo, tornando-as solidariamente responsáveis, nas esferas civil e administrativa, caso não promovam a remoção proativa de conteúdos e contas que representem risco sistêmico ao processo eleitoral, incluindo desinformação contra a votação, discursos antidemocráticos e deepfakes não identificados. Em casos mais graves, a Justiça Eleitoral pode ainda determinar que a própria plataforma exiba, sem custo ao erário e com o mesmo alcance e segmentação da publicação irregular, o conteúdo oficial de desmentido, restabelecendo a versão verdadeira dos fatos.

O assédio eleitoral costuma ganhar força em períodos de campanha. O que caracteriza essa prática no ambiente de trabalho?

O assédio eleitoral no ambiente de trabalho é hoje reconhecido como um grave ilícito civil-trabalhista, com repercussão penal-eleitoral, e se manifesta como distorção do poder diretivo e disciplinar do empregador. Segundo as diretrizes do Ministério Público do Trabalho, caracteriza-se por toda conduta de coação, intimidação, ameaça,

humilhação, promessa de vantagem ou constrangimento promovida pelo empregador, por prepostos ou por chefias com o objetivo de influenciar, induzir ou constranger o trabalhador a manifestar apoio político, votar em determinado candidato ou se abster de manifestações dissonantes. Alinhada aos princípios da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho, à qual o Brasil já aderiu formalmente em 2023, encaminhando o texto ao Congresso Nacional, embora a ratificação legislativa ainda não tenha se concluído, de modo que ela ainda não tem força de lei interna e serve apenas como vetor interpretativo já acolhido em diversos julgados do TST, a jurisprudência trabalhista já firmou entendimento de que um único ato de intimidação é suficiente para configurar o assédio, dada a vulnerabilidade econômica do trabalhador diante do empregador, sem que se exija reiteração da conduta. O assédio pode se manifestar de forma coercitiva, com ameaças explícitas de corte salarial, rebaixamento ou demissão, ou de forma sedutora, por meio de promessas de prêmios, bônus, cargos ou folgas vinculadas ao voto, e alcança todo o ambiente laboral expandido, o espaço físico da empresa, refeitórios, alojamentos, transporte fornecido pela empresa, viagens profissionais e canais digitais corporativos, como e-mails institucionais e grupos de mensagens de trabalho.

Quais situações merecem atenção especial?

Merecem atenção especial situações como a imposição de uniformes ou adereços com identificação de candidato, reuniões obrigatórias de caráter político-partidário durante o expediente, a distribuição de material de campanha em áreas de descanso ou trabalho, o embaraço à liberação do trabalhador para votar, conduta tipificada como crime pelo artigo 234 do Código Eleitoral, e a exigência de que o empregado comprove seu voto por fotografia ou filmagem dentro da cabine eleitoral.

Se um trabalhador sofrer pressão ou constrangimento por causa do voto, a quem ele deve recorrer? Quais são os canais de denúncia e como elas são investigadas?

O trabalhador que sofrer pressão sobre seu voto dispõe de diversos canais institucionais para denunciar a conduta de forma sigilosa e buscar sua cessação. O principal deles é o Ministério Público do Trabalho, que mantém portal próprio para recebimento de denúncias instruídas com provas, assegurando o sigilo dos dados do denunciante para evitar retaliação; as ouvidorias dos Tribunais Regionais do Trabalho também recebem relatos e os encaminham ao Ministério Público do Trabalho, assim como sindicatos e associações de classe, que podem prestar apoio jurídico e atuar como substitutos processuais da vítima. Para a apuração criminal das condutas tipificadas nos artigos 234 e 301 do Código Eleitoral, o caminho é a Justiça Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Lista mista para o TRE-DF deve ser devolvida



A lista tríplice para a vaga de desembargador suplente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) não deve ser homologada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). É que, por resolução da Corte, a seleção a ser encaminhada ao presidente Lula para nomeação deve ser composta apenas por advogadas. Mas a lista tem apenas uma jurista, a advogada Thaís Maria Riedel de Rezende Zuba. Os outros dois são os advogados Leandro Dias Porto Batista e Guilherme Pereira Dolabella Bicalho. Após a publicação da Resolução 23.746/2025, em outubro, o TSE julgou seis listas tríplices e mandou devolver três delas, para os TREs de Espírito Santo, Sergipe e Piauí. O problema é que a outra vaga da classe de juristas estava ocupada por um homem.

Divulgação



Lula nomeia novo ministro do TST

O presidente Lula indicou o desembargador Sergio Torres Teixeira, do TRT da 6ª região, para ocupar a vaga de ministro do TST aberta com a aposentadoria da ministra Dora Maria da Costa. O magistrado, que é do Recife, agora passará por sabatina, a ser realizada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. Sergio Torres Teixeira é bacharel em direito e especialista em direito público e em direito do trabalho pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), além de mestre e doutor em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Magistrado desde 1991, ele foi promovido a desembargador em 2013.

Divulgação



Diário Oficial recheado de nomeações jurídicas

O Diário Oficial da União (DOU) estava recheado ontem de nomeações jurídicas. No TRT da 1ª região, foi promovido o juiz federal André Gustavo Bittencourt Villela, da 8ª vara do Trabalho de Niterói/RJ. Pelo critério do merecimento, ele vai ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva. No TRT da 5ª região, o advogado Marcos Flávio Rhem da Silva (foto) foi nomeado desembargador, em vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Alcino Barbosa de Felizola Soares. Assume em vaga do quinto constitucional da advocacia. No TRT da 17ª região, foi promovido ao cargo de desembargador Luís Cláudio dos Santos Branco, juiz titular da 10ª vara do Trabalho de Vitória/ES, pelo critério do merecimento. Entra na vaga decorrente da aposentadoria da desembargadora Claudia Cardoso de Sousa. Marcos Flávio Rhem da Silva foi vereador de Ilhéus (BA) filiado ao PPS (atual Cidadania). Ele cumpriu dois mandatos consecutivos no Legislativo municipal entre os anos de 2005 e 2012.

Regulação de conteúdo

A Advocacia-Geral da União notificou, extrajudicialmente, o Google no Brasil para pedir a remoção imediata de perfis no YouTube que promovem plataformas de apostas não autorizadas. Ação da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD) mira canais com tutoriais para criação de cassinos e estratégias de marketing para o “jogo do bicho on-line”.

Reprodução/Huang Zongxing/FreePik



Troca de passageiro

Tramita na Câmara dos Deputados um projeto que garante um direito que quase todo consumidor que viaja já quis reivindicar: transferir a titularidade de passagens aéreas sem cobrança de multas ou taxas. Pelo projeto do deputado Glaycon Franco (PSDB-MG), o pedido pode ser feito até 24 horas antes do voo, e a companhia terá até duas horas para concluir o procedimento pelo aplicativo, site ou canais de atendimento.

Figueiredo & Velloso anuncia a chegada de sócio

O escritório Figueiredo & Velloso anuncia a chegada de Frederico Munia para fortalecer sua prática de direito público e ampliar a atuação do escritório em setores regulados, especialmente nas áreas de mineração, energia e infraestrutura. Com mais de 20 anos de experiência, Frederico construiu uma trajetória marcada pela atuação em projetos estratégicos e no desenvolvimento de soluções jurídicas para ambientes regulatórios complexos.

Divulgação



Vale adquire naming rights do Mercado Central de BH e preserva nome

Em uma decisão que alia estratégia institucional e valorização do patrimônio cultural, a Vale adquiriu os “naming rights” do Mercado Central de Belo Horizonte, modelo de negócio onde uma empresa compra o direito de dar o seu nome a um local de grande visibilidade, mas optou por preservar a identidade que, há quase um século, faz parte da memória afetiva dos mineiros. Embora tivesse o direito de renomear o espaço, a empresa escolheu manter a marca “Mercado Central de Belo Horizonte”, reconhecendo seu valor histórico, cultural e turístico. Mais do que um patrocínio, a decisão representa uma estratégia de branding baseada em propósito: utilizar a força da marca para proteger e valorizar um patrimônio coletivo, em vez de substituí-lo por uma nova identidade corporativa.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



“A democracia participativa, para que viabilize a realização dos objetivos da República Federativa do Brasil (art. 3º da Constituição Federal), demanda adequada representatividade do tecido social nos espaços de Poder”

Ministro Cristiano Zanin, do STF

Visão do Direito

**Fábio Francisco Esteves**

Mestre e doutor em direito, juiz de direito e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça

**Hugo Zaher**

Mestre e doutorando em direito, juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça

A proteção da infância e a adolescência no ambiente digital: o papel do CNJ

Cumprir ao Conselho Nacional de Justiça disciplinar a atuação da magistratura em todo o território nacional, para garantir o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e juízas e a uniformidade das medidas necessárias para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, em particular quanto à eficiência institucional para proteção dos direitos, conhecidas como políticas judiciárias nacionais programáticas, entre as quais se encontra a da Infância e da Adolescência.

Nessa ordem de análises, considerando que a Lei 15.211/2025 e o Decreto do Poder Executivo nº 12.880/2026, reconheceram os inúmeros efeitos colaterais negativos da virtualização da vida no modo de existir das pessoas, afetam de modo mais profundo as infâncias e as adolescências, com riscos concretos de comprometer o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e moral desses sujeitos de direitos, e dispuseram que cabe ao Poder Judiciário o controle da exposição infantojuvenil nos espaços virtuais, restou ao Conselho Nacional de Justiça empreender governança para garantir que a perspectiva das infâncias e das adolescências (plurais e estruturais) ressignifique os ambientes digitais.

Para enfrentar este desafio, a começar pela atuação judiciária nacionalmente uniforme, o Conselho Nacional de Justiça disciplinou a expedição de alvarás para participação de crianças e adolescentes em atividade artística no ambiente digital, nos termos do art. 149, inciso II, da Lei nº 8.069/1990, e do art. 34 do

Decreto nº 12.880/2026, a serem geridos pelo Banco Nacional de Alvarás para Participação de Crianças e Adolescentes – BNAC.

Também cuidou de qualificar a jurisdição ao dispor de um programa normativo conceitual acerca do que consiste atividade artística para o fim de produzir os sentidos possíveis para a resolução da demanda a ser apresentada, à vista realidade específica a ser disciplinada. Ainda nesse sentido, previu as hipóteses que não devem ser concebidas para permitir a exposição de crianças e adolescentes na veiculação de conteúdos pelas plataformas, a exemplo de qualquer atuação que pudesse configurar o trabalho infantil constitucionalmente proibido, excluindo-se assim, por exemplo, a publicidade, inclusive aquela dissimulada de atividade artística.

Assim, a exploração habitual da imagem ou da rotina da criança e do adolescente somente poderá ser autorizada quando vinculada à atividade artística. O conteúdo monetizado ou impulsionado deve também relacionar-se à atividade artística.

Nesses termos, não será autorizada a atuação daquele equivocadamente denominado “influenciador mirim”, atividade laboral contrária à Constituição Federal, uma vez que apenas é permitido o trabalho na condição de aprendiz para o adolescente em idade acima de quatorze anos e menor de dezesseis. Não será admitida a atuação habitual, com organização produtiva e retorno financeiro resultante demonetização

direta, patrocínios, contratos publicitários ou permutas e práticas comerciais predatórias.

Sob a perspectiva das infâncias e das adolescências deverão se encontrar a natureza do conteúdo, as condições de produção, a carga horária, as formas e a frequência de aparições, tudo compatível com o íntegro desenvolvimento físico, intelectual e psicológico da criança e do adolescente, além de ser garantida a ampla liberdade decisória contra qualquer constrangimento ou pressão, inclusive a perpetrada pela família. A segurança, inclusive social, deve também ser garantida, como também as medidas que preservem o patrimônio envolvido em favor da criança e do adolescente.

Ainda quanto ao mérito, será avaliado se a proposta para a exposição da criança e do adolescente no ambiente digital é compatível com a condição especial de pessoa no início do seu desenvolvimento, tendo em conta que é esta condição que orienta a compreensão acerca do superior interesse que exige a proteção integral, considerando as suas plurais e estruturais perspectivas.

Ainda por uma governança adequada, nos afazeres da efetivação da proteção da criança e do adolescente nos ambientes digitais, o Conselho estabelece um conjunto de salvaguardas arroladas no art. 12, da Resolução, consideradas as características da atividade autorizada, a carga de exposição envolvida e as circunstâncias do caso concreto, observados os riscos identificados, a idade, o grau de desenvolvimento e as necessidades específicas da criança ou do adolescente.

Essas providências são centrais para densificação normativa e concretizante do princípio do superior interesse e da proteção integral, no âmbito dessa demanda específica, que deve ser compreendidas hermeneuticamente, sempre, na perspectiva plural e estrutural das infâncias e das adolescências.

A uniformização ainda diz respeito às condições de vigência, renovação e aditamento dos alvarás, como também das hipóteses de revisão, suspensão e revogação, indispensáveis para garantir o controle judicial permanente acerca da exposição das crianças e adolescentes nos espaços digitais.

Com a instituição do Banco Nacional de Alvarás para Participação de Crianças e Adolescentes – BNAC, passam a ser asseguradas maior segurança às plataformas, maior transparência para a sociedade e melhores condições para o controle pelos órgãos do sistema protetivo.

Assim, o Conselho Nacional de Justiça atende ao seu dever constitucional de produzir a governança necessária para, no âmbito da Política Nacional da Infância e Juventude, assegurar a atuação global do Poder Judiciário com as lentes das infâncias e das adolescências, já que o nosso Constituinte consagrou a prioridade absoluta para esses específicos sujeitos constitucionais, os quais ainda necessitam de outras pessoas e instituições para garantir que verbalizem suas demandas, inclusive para projetar as suas perspectivas nos ambientes digitais, visando garantir proteção à pureza das respostas das crianças nesses espaços.

Visão do Direito

**Sérgio Rosenthal**

Advogado criminalista, mestre em direito penal pela USP

Desconhecer irregularidades não afasta responsabilidade criminal

A crescente complexidade das relações econômicas e o fortalecimento das normas de compliance, integridade corporativa e prevenção a ilícitos ampliaram o dever de diligência das empresas em relação à sua rede de parceiros. Nesse cenário, conhecer a atuação de fornecedores, distribuidores, representantes comerciais, prestadores de serviço e demais integrantes da cadeia de valor deixou de ser apenas uma boa prática de gestão para se tornar um requisito essencial de governança, integridade e mitigação de riscos jurídicos, inclusive em âmbito penal.

O ambiente regulatório contemporâneo

exige mecanismos permanentes de avaliação, monitoramento e controle das relações comerciais. A ausência dessas medidas pode revelar fragilidades na governança corporativa e comprometer a capacidade das organizações de identificar riscos, prevenir ilícitos e demonstrar a efetividade de seus programas de compliance.

Esse entendimento ganhou força com a consolidação da “teoria da cegueira deliberada”, aplicada em julgamentos no Brasil e em diversas outras jurisdições. O instituto parte do pressuposto de que a decisão de ignorar indícios relevantes de ilegalidade não afasta a responsabilização. Pelo contrário, deixar

de investigar fatos suspeitos quando existem elementos objetivos que recomendam uma apuração pode produzir efeitos jurídicos equivalentes ao conhecimento da conduta ilícita.

Na atual conjuntura, a falta de conhecimento sobre parceiros comerciais deixou de ser uma simples falha administrativa para representar uma deficiência nos mecanismos de governança e controle, podendo gerar graves consequências de natureza criminal.

A alegação de desconhecimento sobre irregularidades envolvendo parceiros comerciais perde força diante do fortalecimento dos deveres de diligência impostos às empresas.

Assim como ninguém pode se eximir de cumprir a lei alegando que não a conhece, a alegação de desconhecimento sobre questões envolvendo parceiros comerciais vem se tornando igualmente inescusável.

Ter clareza sobre a “teoria da cegueira deliberada” reflete a evolução do Direito Penal Empresarial diante de estruturas corporativas cada vez mais complexas e de um ambiente regulatório que exige controles efetivos e gestão permanente de riscos. Fechar os olhos para sinais de irregularidade não difere, em seus efeitos jurídicos, de conhecer aquilo que se escolheu não investigar.

Visão do Direito



Caroline Rangel

Advogada criminalista, com pós-graduação em ciências penais

O recuo da técnica diante da bandeira

A decisão do STF no caso Mariana Fer- rer merece exame pelo raciocínio jurídico que empregou para chegar a esse resultado. O caso é conhecido. Em audiência realizada em 2020, a vítima foi submetida a tratamento que o ordenamento não admite, sem que o magistrado interviesse; o episódio rendeu ao magistrado, mais tarde, sanção disciplinar. Que tal conduta seja reprovável é ponto pacífico, não sendo esse o ponto em discussão.

A questão que interessa ao operador do direito é outra, e mais delicada: pode o constrangimento sofrido pela vítima, por mais censurável que seja, servir de fundamento para anular um julgamento de mérito? Foi esse entendimento do Supremo, e não o repúdio à conduta, que abriu um problema relevante do ponto de vista jurídico.

O fundamento central da decisão é o de que a humilhação imposta à vítima tornou ilícito o seu depoimento e, por contaminação, todo o conjunto probatório.

É preciso atenção a esse conceito. No desenho constitucional, prova ilícita é aquela obtida por meio ilegal: a confissão extraída sob coação, a interceptação sem autorização judicial, a busca realizada sem mandado. O vício reside no modo de obtenção da prova.

O depoimento da vítima, neste caso, contudo, não foi obtido por meio ilegal: foi colhido em audiência regularmente designada, cuja condução, essa sim, foi inadequada. Equiparar a inadequação na condução do ato à ilicitude da prova é estender uma categoria jurídica para além de seus limites próprios,

e com efeito drástico: o de desfazer uma absolvição mantida desde 2020 e confirmada, em 2024, pelo STJ.

Há quem sustente o contrário. Há corrente que enxerga nos arts. 400-A e 474-A do Código de Processo Penal, introduzidos pela própria lei que leva o nome da vítima, normas de conteúdo material, de modo que a sua violação geraria prova ilícita. A objeção tem mérito e merece resposta, não desprezo. Ocorre que a vedação constitucional mira o modo de obtenção da prova, repelindo aquela que se produz por tortura, por escuta clandestina ou por devassa sem ordem judicial. O que se passou na audiência não foi um vício na obtenção do depoimento, mas a conduta abusiva de quem dela participou, para a qual o ordenamento prevê respostas próprias: a responsabilização dos operadores do direito envolvidos. Tratá-la como prova ilícita, com força para derrubar o mérito, é deslocar o instituto da finalidade que o justifica.

Há, ainda, um ponto que merece discordância. Para concluir pela contaminação, a decisão parte de uma premissa: a de que, em crimes sexuais, o depoimento da vítima é prova central, de sorte que a sua produção viciada teria comprometido a valoração de todo o conjunto probatório. O raciocínio é coerente em tese, mas a premissa não se sustenta no caso concreto. A absolvição não decorreu do tratamento dispensado à vítima, e sim da insuficiência de provas quanto à sua incapacidade de consentir, matéria que se resolve no exame do conjunto dos autos, e não no tom das perguntas formuladas.

Afirmar que o constrangimento contaminou a percepção do julgador pressupõe que foi a humilhação, e não a valoração das provas, que determinou o resultado. Se assim fosse, o vício estaria na parcialidade daquele juízo, e não na validade da prova, e o remédio adequado seria outro.

O próprio julgamento oferece o contraponto. Ao acompanhar o relator, o ministro Flávio Dino invocou o artigo 566 do Código de Processo Penal, segundo o qual não se declara a nulidade de ato que não tenha influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa. Ele propôs registrar que a absolvição amparada em provas suficientes e independentes do depoimento da vítima não deveria ser anulada de forma automática.

A ressalva é tecnicamente correta e concede o essencial: a forma do ato não se confunde com o mérito da causa. A maioria sustentou que, neste caso, a contaminação de fato se verificou, e foi com esse fundamento que determinou refazer toda a instrução, com novo juiz e novo promotor, preservando-se apenas as provas favoráveis à vítima. Mas, admitido que forma não é mérito, a anulação integral só se sustenta se a contaminação restar demonstrada, e é precisamente isso que o caso não evidência.

A preocupação se amplia quando se observa que o entendimento foi convertido em tese de repercussão geral. Transformar o desrespeito à vítima, conceito necessariamente aberto e dependente de valoração subjetiva, como causa automática de ilicitude probatória introduz no sistema um fator

relevante de imprevisibilidade. Condutas que comportam apuração própria nas esferas disciplinar, civil ou penal passam a ter aptidão para anular o mérito de processos inteiros. O que se ganha em gesto, perde-se em segurança jurídica.

E é aqui que a discussão revela sua face mais relevante. O dever de tratar com dignidade quem comparece a uma audiência sempre existiu, anterior e independente de qualquer lei específica: decorre da Constituição e do poder-dever do juiz de presidir o ato e coibir abusos. A Lei 14.245/2021 pouco acrescentou de substantivo a essa exigência; tornou expresso o que já se podia, e se devia, impor. Respeitar a vítima nunca foi o ponto em disputa. O ponto é que, ao converter o constrangimento em instrumento de anulação do mérito, o Judiciário substituiu um critério técnico, ligado à licitude da prova e à influência do vício sobre o resultado, por uma escolha de valor: a de que determinada causa deve prevalecer. É o rigor técnico cedendo lugar à bandeira.

Nada disso diminui a gravidade da violação sexual, que está entre as mais sérias que existem e reclama resposta firme do Estado. Mas a firmeza da resposta não dispensa o método. Quando o tribunal inverte a ordem entre forma e mérito, ainda que animado pelas melhores intenções, o que se compromete não é a posição de uma das partes, e, sim, a previsibilidade de que todos dependem ao procurar a Justiça. A causa pode ser justa; a técnica, quando abandonada em seu nome, leva consigo aquilo que confere legitimidade às próprias decisões judiciais.

Visão do Direito



Lucas Durães

Advogado no Vieira e Serra Advogados e especialista em direito imobiliário e contencioso cível

Distrato com leilão: quando há devolução de valores?

A devolução de valores ao comprador não é automática nos casos de inadimplência com leilão extrajudicial. Pela Lei nº 4.591/1964, a restituição só ocorre se houver saldo positivo após a quitação da dívida, dos encargos e das despesas do procedimento.

Na prática, isso significa que, se o valor arrecadado no leilão não for suficiente para cobrir o débito, não há quantia a ser devolvida ao adquirente. A regra leva em conta a dinâmica da incorporação imobiliária, em que os recursos pagos pelos compradores financiam

a obra e garantem a entrega das unidades.

O modelo busca evitar que o prejuízo causado por um comprador inadimplente seja repassado aos demais integrantes do empreendimento, preservando o equilíbrio financeiro do projeto.

Apesar da previsão legal, ainda há divergência nos tribunais. Parte das decisões tem flexibilizado essa regra com base na proteção ao consumidor, o que gera insegurança jurídica e impacto direto no mercado, como maior rigor na concessão de crédito e aumento dos custos dos imóveis.

Visão do Direito



Fernando da Silva Comin
Corregedor nacional do
Ministério Público, promotor
de Justiça no MPSC



Ângelo Fabiano da Costa
Corregedor nacional do
Ministério Público (2024-2026),
procurador regional do Trabalho



João Luiz Botega
Membro auxiliar do Conselho
Nacional do Ministério Público,
promotor de Justiça no MPSC

Ministério Público e a expansão da educação infantil

A primeira infância é a fase mais determinante do desenvolvimento humano. Diversas evidências demonstram que o acesso à creche promove o desenvolvimento integral das crianças, gerando impactos duradouros que moldam o futuro.

Crianças que frequentam a educação infantil estão expostas a menos situações de violência, possuem melhores índices de saúde e de cobertura vacinal, alfabetizam-se mais rápido e possuem maior proficiência escolar no ensino fundamental.

Têm mais chances de conclusão do ensino médio e um aumento de 16% na renda média quando adultos. Garantir esse direito desde os primeiros anos de vida, portanto, é assegurar a igualdade de oportunidades, e é a maneira mais eficiente de combater o ciclo intergeracional da pobreza.

Os benefícios do acesso à educação infantil não se resumem à melhoria na vida das crianças: reduz a violência e a criminalidade, aumenta a empregabilidade e a produtividade, fazendo a economia e a arrecadação crescerem. Por essa razão, estudos estimam que para cada dólar investido em educação infantil há um retorno de US\$ 6 a 17 para a sociedade.

A garantia da vaga em creche previne igualmente a violência contra a mulher, diante da sobrecarga dos cuidados parentais que recai sobre as mães. Saturadas com tais responsabilidades, essas mães têm menores condições de conquistar a autonomia financeira que lhes possibilitaria romper uma relação abusiva. Não temos dúvida de que um grande programa de acesso universal à creche seria também o maior programa de enfrentamento à violência doméstica no país.

Entre 2024 e 2025, o Brasil testemunhou uma das maiores expansões no acesso à creche da última década. Dados recentes da Pnad Contínua, sistematizados pelo Todos Pela Educação, indicam que o atendimento para crianças de 0 a 3 anos saltou de 41,1% para 43,3%, ou seja, um aumento de 2,2% em apenas um ano, um ponto percentual a mais do que a média de crescimento no último decênio.

Esse avanço histórico é reflexo direto, ainda que não exclusivo, da atuação coordenada do Ministério Público brasileiro, que assumiu o compromisso de transformar a educação infantil em prioridade institucional, sob a liderança do Conselho Nacional do Ministério Público.

Essa articulação nacional ganhou escala por meio da Campanha Primeiros Passos, lançada em 2024 pelo CNMP. Nessa grande

articulação nacional, foram firmados protocolos de intenções com todas as unidades do MP no país, padronizando e fortalecendo as ações de fiscalização.

Houve o lançamento do *Manual de Atuação do Ministério Público na Defesa e Promoção da Educação Infantil*, documento que orienta a atuação estrutural e resolutive da Instituição no tema. Além disso, o CNMP promoveu, em parceria com o MEC e o FNDE, o levantamento de dados para a indução da retomada de obras paralisadas. Essa iniciativa resultou na criação de um painel de Business Intelligence, que comprovou a eficácia do trabalho: a atuação coordenada do MP garantiu a retomada de 866 creches, com potencial para criar 182.840 novas vagas em todo o território nacional.

Esse sucesso expressivo é fruto de um esforço conjunto e interinstitucional que envolve diversos parceiros estratégicos. Fortalecendo essa cooperação, o recente lançamento do programa Primeira Infância, Prioridade Absoluta (PIPA) consolida a união de esforços com o CNJ para viabilizar estratégias nacionais integradas de expansão da oferta de vagas, de forma também a reduzir a judicialização, substituindo respostas fragmentadas por soluções coletivas, planejadas e sustentáveis.

Os desafios estruturais permanecem profundos. Persistem graves desigualdades regionais, de raça, idade e renda no acesso: as barreiras atingem de forma desproporcional as famílias mais pobres, a população negra, da região Norte e os bebês de 0 a 1 ano. Além disso, a necessária ampliação de vagas não pode prescindir da qualidade do atendimento, devendo seguir estritamente os parâmetros definidos pelo Conselho Nacional de Educação.

Também é indispensável assegurar a correta aplicação dos recursos da educação, especialmente da complementação-VAAT do Fundeb, para que os valores destinados à educação infantil se transformem em vagas reais, infraestrutura adequada e atendimento digno às crianças.

Para os próximos anos, a expansão de vagas em creche deve ser consolidada como prioridade nacional, essencial para o cumprimento das metas do novo Plano Nacional de Educação. É urgente acolher toda a demanda existente, hoje estimada em mais de 800 mil crianças desatendidas. Universalizar esse acesso é a urgência civilizatória mais central do país e um compromisso inegociável do Ministério Público brasileiro, que continuará agindo com firmeza e articulação para que a educação infantil ocupe o topo das prioridades do Estado.

Visão do Direito



Cecilia Mello
Advogada criminalista, desembargadora federal
aposentada do TRF-3 e sócia do Cecilia Mello Advogados

O dever de respeito à vítima

O julgamento do caso Mari Ferrer pelo Supremo Tribunal Federal representa um marco divisório no tratamento dispensado às vítimas de violência sexual no sistema de Justiça brasileiro.

Nos últimos anos, muito se discutiu sobre a necessidade de combater a revitimização. O tema ganhou relevância legislativa, institucional e social. Ainda assim, permanecia um desafio: transformar esse compromisso em uma garantia efetiva dentro do processo penal.

A decisão do STF avança justamente nisso. Ao fixar tese de repercussão geral, a Corte estabeleceu que provas produzidas em desrespeito aos direitos fundamentais da vítima são nulas, assim como os atos processuais delas decorrentes. Não se trata apenas de afirmar que determinadas condutas são

inadequadas ou incompatíveis com a legislação. O Tribunal atribui consequências jurídicas concretas ao desrespeito.

Esse aspecto merece destaque. Em muitos casos, a condução da audiência transita em uma zona cinzenta, em que constrangimentos, exposições indevidas e tentativas de desqualificação da vítima acabam sendo relativizados. Frequentemente discute-se se houve prejuízo ou se a irregularidade foi suficientemente grave para comprometer a validade do ato processual.

O Supremo enfrentou essa questão de forma objetiva. Ao anular a audiência de instrução e os atos subsequentes, não se limitou a formular uma diretriz abstrata para situações futuras. Examinou a forma como a prova foi produzida e reconheceu a necessidade de refazer a instrução processual. A mensagem é

clara: a dignidade da vítima não é um elemento periférico da persecução penal.

A decisão também tem potencial para provocar uma necessária revisão de comportamentos. E essa responsabilidade não recai apenas sobre a defesa. Juízes, membros do Ministério Público e todos os atores processuais têm o dever de assegurar que a produção da prova ocorra dentro dos limites constitucionais e legais.

Nesse contexto, merecem destaque as contribuições apresentadas pelos ministros Dias Toffoli e Edson Fachin. A proposta de suspender o curso da prescrição quando a nulidade decorrer de conduta imputável à defesa ou ao próprio réu evita que a violação das garantias processuais resulte em benefício para quem a provocou.

Da mesma forma, é relevante a proposta de afastar a necessidade de comprovação concreta do prejuízo para o reconhecimento da nulidade. A admissão de uma presunção de prejuízo decorrente da própria irregularidade reforça a efetividade da proteção assegurada à vítima e enfrenta uma das discussões mais recorrentes do processo penal.

Mais do que um julgamento sobre um caso específico, a decisão do STF representa um passo importante na construção de uma cultura institucional baseada no respeito à mulher vítima de violência sexual. Também sinaliza que a busca pela verdade processual não pode ocorrer à margem das garantias fundamentais que o próprio sistema de Justiça tem o dever de preservar. Não se trata apenas de proteção, mas, sobretudo, de respeito.

Visão do Direito



Amaury Andrade
Advogado criminalista

Copa do Mundo amplia risco de golpes: 75% das fraudes ligadas ao futebol envolvem apostas

A paixão pelo futebol sempre mobilizou milhões de brasileiros. Durante a Copa do Mundo, esse sentimento se intensifica e movimenta não apenas torcedores, mas também um mercado que cresce ano após ano: o das apostas esportivas. Ao mesmo tempo em que esse segmento se expande, cresce também a atuação de criminosos que enxergam no entusiasmo dos consumidores uma oportunidade para aplicar fraudes cada vez mais sofisticadas.

Levantamento citado pela Viva revela que 75% dos golpes relacionados ao futebol envolvem apostas esportivas. O dado evidencia que a popularização das plataformas de bets trouxe novos desafios para a segurança digital, especialmente em períodos de grande movimentação, quando milhões de pessoas passam a acessar sites, aplicativos e promoções ligadas aos jogos.

Os criminosos acompanham a evolução desse mercado e aperfeiçoam suas estratégias para enganar consumidores. Não se trata mais de golpes simples ou facilmente identificáveis. Atualmente, páginas falsas reproduzem com precisão o visual de plataformas conhecidas, dificultando que o usuário

perceba estar diante de uma fraude. Em muitos casos, o ambiente é praticamente idêntico ao original, levando a vítima a fornecer dados pessoais, bancários e até realizar depósitos acreditando estar em um serviço legítimo.

Outro golpe recorrente envolve grupos que prometem apostas certeiras, resultados garantidos e ganhos rápidos. A promessa de dinheiro fácil continua sendo um dos principais atrativos utilizados pelos criminosos para convencer vítimas. Nenhuma plataforma séria oferece lucro garantido em apostas esportivas, justamente porque essa atividade depende de fatores imprevisíveis e está sujeita a riscos.

Além dos sites falsos, os golpes também chegam por meio de links enviados em aplicativos de mensagens, redes sociais e anúncios patrocinados. Muitos usuários recebem convites para promoções exclusivas, bônus de cadastro ou oportunidades consideradas imperdíveis. Ao clicar nesses links, acabam sendo direcionados para páginas fraudulentas criadas para capturar informações pessoais ou instalar mecanismos de acesso indevido às contas.

Também são frequentes os casos de *phishing*, clonagem de contas e falsas

promoções divulgadas durante campeonatos de grande audiência. Aproveitando o clima de euforia provocado pela Copa do Mundo, os criminosos exploram o impulso dos consumidores, que muitas vezes deixam de conferir a autenticidade da plataforma antes de fornecer informações ou realizar pagamentos.

Essa estratégia faz parte da chamada engenharia social, técnica que busca manipular o comportamento das pessoas para obter vantagens ilícitas. Em momentos de grande expectativa, como uma Copa do Mundo, a emoção costuma falar mais alto do que a cautela, tornando o ambiente ainda mais favorável para a atuação dos golpistas.

Outro fator que merece atenção é o crescimento da divulgação de páginas fraudulentas por meio das redes sociais. Algumas utilizam imagens de influenciadores digitais ou simulam campanhas promocionais para transmitir credibilidade. Embora nem sempre exista participação direta desses criadores de conteúdo, o uso indevido de suas imagens pode induzir consumidores ao erro e ampliar o alcance dos golpes.

Diante desse cenário, a prevenção continua sendo a principal ferramenta de proteção. Antes de utilizar qualquer plataforma de apostas, é fundamental verificar se a empresa está autorizada a operar no Brasil e acessar sempre os canais oficiais. Também é importante desconfiar de promessas de lucro garantido, evitar clicar em links recebidos por aplicativos de mensagens ou redes sociais e conferir cuidadosamente o endereço eletrônico antes de inserir qualquer informação.

Pequenas atitudes podem evitar grandes prejuízos. A conferência da autenticidade do site, o uso de senhas seguras e a atenção redobrada antes de realizar qualquer transação financeira reduzem significativamente as chances de o consumidor se tornar vítima de uma fraude.

A Copa do Mundo deve ser um momento de celebração, entretenimento e união entre torcedores. No entanto, a mesma tecnologia que aproxima as pessoas também é utilizada por criminosos para aplicar golpes cada vez mais sofisticados. Quanto maior for a conscientização dos consumidores sobre esses riscos, menores serão as oportunidades para quem tenta transformar a paixão pelo futebol em uma porta de entrada para crimes digitais.



Otávio Arantes

Advogado especialista em processo civil e direito de família.
Sócio-fundador do escritório Arantes de Mello advocacia

Consultório Jurídico

É possível ajuizar nova ação de investigação de paternidade, mesmo diante de sentença com trânsito em julgado?

Primeiro ponto importante a ser esclarecido, é sobre os efeitos da decisão judicial transitada em julgado: quando isto ocorre, no meio jurídico, diz-se que há coisa julgada, o que significa que a sentença se torna imutável e a matéria julgada, indiscutível em novos julgamentos envolvendo os participantes do processo.

Entretanto, existem algumas exceções a esta regra que possibilitarão o ajuizamento

de nova ação: quanto há erro de fato, violação de lei ou obtenção de nova prova. É exatamente neste último exemplo, que o Tema 392 do STF, trouxe repercussão geral a ser aplicada em casos idênticos.

E o que diz o Tema 392, do STF? Em sucinta explicação, seria a autorização para que nova ação judicial de investigação de paternidade possa ser distribuída, processada e julgada, condicionada a dois fatores: se a primeira ação foi julgada improcedente por falta de provas em virtude de a parte não ter condições econômicas de custeá-las e não ter tido o exame de DNA pago pelo Estado.

Tema 392 — Superação da coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face de viabilidade de realização de exame de DNA.

Tese:

I - É possível a repropósito de ação de investigação de paternidade, quando anterior demanda idêntica, entre as mesmas partes, foi julgada improcedente, por falta de provas, em razão da parte interessada não dispor de condições econômicas para realizar o exame de DNA e o Estado não ter custeado a produção dessa prova; II - Deve ser relativizada a coisa julgada estabelecida em ações de investigação de paternidade em que não foi possível determinar-se a efetiva existência de vínculo genético a unir as partes, em decorrência da não realização do exame de DNA, meio de prova que pode fornecer segurança quase absoluta quanto à existência de tal vínculo.

Assim, diante da falta de recursos

financeiros devidamente comprovados, pela parte interessada, cumulado a não fornecimento deste exame, pelo Estado, geram o direito da parte prejudicada, ajuizar nova ação de investigação de paternidade, se a demanda anterior tiver sido julgada improcedente por falta de provas, necessariamente em razão da falta de condições econômicas.

No caso do Tema 392, do STF, existe a relativização da coisa julgada, sendo flexibilizada para que novo processo possa apurar o vínculo genético, via exame de DNA, uma vez que este método garante 100% para exclusões de paternidade e 99,99% para confirmações.

Importante ressaltar que cada caso tem suas particularidades, por isto a necessidade de procurar uma boa orientação profissional, com o advogado de sua confiança.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 9 de julho de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS



ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE

FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil á Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB

LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.

IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

412 OPORTUNIDADE 36,87m² privativo semi-mobiliado desocupado phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SQN 407 sla 3Q Ste var dce 98m nasc 1 pav 9.8323-6800 c54

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qts Asa Norte/Sul (61) 99330-9049 c3594

ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vaza-do 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

PARTICULAR

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

1.2 CRUZEIRO

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

1.2 NOROESTE

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qts Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594



Curso de Departamento Pessoal e eSocial

Aprenda cada etapa do **DP** e **eSocial** em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento **Dexion** e **eSocialWeb**.

Presencial - Asa Sul Brasília - DF

61 99940-5573

1.2 SUDOESTE

3 QUARTOS

SQSW 306 v.livre 3q st gar DCE desoc ref and alto 99983-1953 c3149

ACHEI IMÓVEIS DF

SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

ASA NORTE

3 QUARTOS

710 Casa Térrea 3qts + (1kit anexa) Suite 2wc bom estado 1.450.000 98121-2023 c8827

1.3 CRUZEIRO

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área lazer, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guar4 3q 99985-7115 c11533

1.3 PARK WAY

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?**

**TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111

Amor de volta em 6 horas

Aba traz seu amor de volta em 6 horas.

- Faz Trabalhos
- Desmancha Feitiços
- Afasta Rivaís
- Causas na Justiça

(61) 99149-8430

PARA CADA MOMENTO DA VIDA EXISTE UM LUGAR CERTO

Acesse e encontre o seu.



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis
para quem quer
comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO
JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.



CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

1.4 ASA NORTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

710 Loja+Subslo 145m² vazia 399Mil Se ver compra 98121-2023 c8827

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitación al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

GAMA

VENDO SALAS Setor Central-Gama 99903-0605

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

TAGUATINGA

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agrovi- la BR 251 Cavas / Baixo c/água, casa, cerca- da, etc... doc Ok. . (61) 98202-7591 ou 99514-7645

LUZIANIA-GO Marajoa- ra Ch. 4.500m cercada 260Mil 983236800 c54

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01 suite, dce, cozinha, sala, reformadíssimo, 160 metros, 3 andar, garagem Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

308 SUL 158m², vg garagem, 6 andar. R\$ 8.300. Tr 99982-4174

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.3 CASAS

ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

713 SUL alugo casa 3qts sendo 1 suite, sala, cozinha americana, muitos armários, reformadíssima, garagem p/ 2 carros. Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

2.3 RECANTO DAS EMAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA SUL

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLR 713 BI A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO PRÉDIO comercial, de 6 pavimentos c/ elevador 99976-4334.

2.4 ASA SUL

SALAS

ASA SUL

PÁTIO BRASIL
ALUGO SALA 55m2, reformada porcel proj. iluminação wc, copa. Barato! Whatsapp: 98127-1580

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED

Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

GOL 06/07 4pts Vendo ou Troco. Tr: 61 99969-9595/ 99909-7931

AUTOCRED

VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1 Agricultura e Pecuária**
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Informática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

COMUNICADO

SR. Daniel Firmo Farias, favor comparecer no prazo de 48H de 2ª a 6ª no horário das 07h às 15h no RH - Gente e Gestão do Hospital DF STAR - SGAS Quadra 914, Conjunto H - Asa Sul - Brasília DF CNPJ 31635857/0006-16 para ciência e providências necessárias para a manutenção da relação existente entre o convocado e a empresa convocante. Identificação do local de trabalho: SGAS Qd 914 Conj H, Brasília-DF.

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA traz seu amor de volta em 6 horas. Faz trabalhos inclusive p/ saúde. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Sigilo total. Resultado garantido. Não cobro consulta e nem trabalho 61.99149-8430 Carmem

A ASTRÓLOGA

SENSITIVA BETH.... Especialista em união amorosa, união familiar, limpeza espiritual e restauração de casal. Consulta somente R\$ 7,00 Consulta online ou presencial. (61) 98269-8308 Zap

HOJE eu venho agradecer através da sensível Beth, pela restauração da minha família. E.L quem estiver precisando chame ela super indicado (61) 98269-8308

5.3 INFORMÁTICA

SUPORTE TÉCNICO

FORMATAÇÃO DE COMPUTADORES Montagem, configuração e suporte em redes. Tr: 92001-8815

FORMATAÇÃO DE COMPUTADORES Montagem, configuração e suporte em redes. Tr: 92001-8815

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

RENATO ATIVÃO

MACHAO, SERIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

ISABELA FERRARI

ESTILO MULHERÃO - Capa de Revista! Asa Norte 61 99607-1156

ISABELA FERRARI

ESTILO MULHERÃO - Capa de Revista! Asa Norte 61 99607-1156

MASSAGEM RELAX

PRECISA-SE

MASSAGISTA Com ou Sem exper. jornada diurna ou noturno. Ganhos acima de 2.000 por semana 61 98148-2358

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE DE SERVIÇOS Gerais, para morar. Casal 99976-4334.

6.1 NÍVEL BÁSICO

RESTAURANTE

CAPONATA CONTRATA

AUXILIAR COZINHA - Auxiliar de Serviços Gerais e Atendente. CV p/ rhcaponatarhcaponata.bsb@gmail.com

AUXILIAR SERVIÇOS Gerais preciso c/ experiência em jardinagem. Enviar currículo Apenas Zap (61) 99825-0252

AUXILIAR Serviço os Gerais p/ salão de eventos. Salário inicial: 1.800,00 carga horária de segunda a sábado das 09:00 às 17:00hrs. Currículo p/ WhatsApp: (61) 98664-3553 com a vaga de interesse.

DOMÉSTICA TODO SERVIÇO com exp. e ref. Seg. à Sáb Asa Sul. 98203-0265

ÓTIMOS GANHOS!!

MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper. 99414-1086 zap

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa S (61)99574-1418

MASSAGISTA PRECISA-SE

COM OU SEM EXPERIÊNCIA p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

PINTOR preciso c/

experiência. Enviar currículo Apenas Zap (61) 99825-0252

CONTRATA-SE 1

VAQUEIRO Casado com experiência. Tr: (61) 99939-4445

NÍVEL MÉDIO

AJUDANTE DE INSTALAÇÃO vidro. currículo p/ tbcontrata@gmail.com

AJUDANTE/ CONFERENTE De Cargas Salário inicial R\$ 1.791,88 + benefícios para trabalhar no Sibs Núcleo Bandeirante. Enviar CV para: planetacargasbsb@gmail.com

AUXILIAR - ADMINISTRATIVO contrata-se CV: prod.actb@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR DE

CÂMARA FRIA

NÃO É NECESSÁRIO experiência. Salário acima do mínimo, +Vale Transporte, +Vale Alimentação. Enviar currículo para: rh@germana.com.br

AUXILIAR DE PRODUÇÃO

10 VAGAS Não é necessário experiência. Salário acima do mínimo, Vale Transporte, +Vale Alimentação. Enviar currículo para: rh@germana.com.br

COLÉGIO

CONEXÃO CONTRATA

AUXILIAR de Secretaria Escolar. Dinâmico, com iniciativa, ágil em tecnologia. Salário R\$ 1.800,00 + VT + auxílio almoço, 44 horas semanais. Enviar CV: rconexao04@gmail.com

IMPACTO VISUAL

ESTOQUISTA c/ ou s/ experiência. Oportunidade. Comparecer c/ currículo na Chácara 138/01 lote 33 Vicente Pires. Tel.: 98124-2999

CONTRATA-SE

GERENTE e Chefe de Pista c/experiência em posto de gasolina Asa Sul. Enviar currículo: cv.rhposto@gmail.com

INSTALADOR DE

CORTINAS E PERSIANAS c/ CNH, sem exper. Sal. 1.940,00 +VT. Enviar CV para: rh@sublimes.com.br

CONTRATA-SE

MANICURES E CABELEIREIRAS (OS) Excelentes rendimentos! Asa Norte. 61 98173-1168

PRECISA-SE

MASSAGISTA Com ou Sem exper. jornada diurna ou noturno. Ganhos acima de 2.500 por semana 61 98148-2358

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE

MOTORISTA FREE-LANCER Categoria D ou E. Atuação c/ pessoas em situação de rua, Desejável experiência. Diária: R\$ 150,00 (12h). Trab. em várias regiões administrativas. Enviar currículo só quem tiver interesse p/ e-mail: setordetransportes.seas@gmail.com

CONTRATA-SE

OPERADOR DE ROUTER CNC e laser. CV: selecao.bsb10@gmail.com

SUBGERENTE Atendente, Cozinha e sushi-mam. Restaurante contrata. Salário inicial a partir de R\$ 1.750,68 podendo chegar até R\$ 2.200,00 + comissão. Enviar currículo para email: curriculum.guara@gmail.com

CONTRATA-SE

TÉCNICO em alarme/ CFTV Resid/Comercial CV: rh@orizon.bsb.br

IMPACTO VISUAL

ESTOQUISTA c/ ou s/ experiência. Oportunidade. Comparecer c/ currículo na Chácara 138/01 lote 33 Vicente Pires. Tel.: 98124-2999

INSTALADOR DE CORTINAS E PERSIANAS c/ CNH, sem exper. Sal. 1.940,00 +VT. Enviar CV para: rh@sublimes.com.br



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 90060/2026

OBJETO: Prestação de serviços de acesso à internet via satélite, pelo período de 12 (doze) meses, e aquisição de kits de antena Starlink MINI, novos e para primeiro uso.
DATA DA ABERTURA: 24/7/2026, às 10h.
EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.gov.br/compras.

LEONARDO TALAMINI NUNES DE ALMEIDA
Pregoeiro



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO NO DISTRITO FEDERAL
FILIADO À CUT EA FITERT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Distrito Federal, nos termos dos estatutos da Entidade e conforme a legislação vigente, **convoca todos os empregados (as) Radialistas, da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária Virtual Conjunta, a realizar-se no dia 15 de julho de 2026, quarta-feira, às 19h30min** em primeira convocação com o quórum estatutário, ou às 20h00min em segunda convocação, com qualquer número de presenças, conforme previsto no artigo 8º, III e VI da Constituição Federal e conforme os Estatutos das Entidades Sindicais, de forma virtual pela plataforma Zoom, com endereço a ser divulgado no site do sindicato, clientes que está assembleia ocorrerá de forma conjunta e simultânea com os demais empregados Radialistas da EBC dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, representados por seus respectivos sindicatos e também dos Jornalistas do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, também representados por seus respectivos Sindicatos, para discutir e votar a seguinte pauta:

- 1) Leitura, discussão e deliberação sobre a pauta nacional unificada de reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) DE 2.026/2.028 a ser apresentada a Empresa Brasil de Comunicação;
- 2) Alteração da Data-Base;
- 3) Deliberação sobre quais as entidades sindicais que integrarão a negociação de renovação do ACT, em aprovada a pauta unificada de reivindicações;
- 4) Aprovação de cláusula referente à Contribuição Assistencial;
- 5) Autorização para celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com a Empresa Brasil de Comunicação, ou, não prosperando a negociação, autorizar que seja suscitado o Dissídio Coletivo;
- 6) Assuntos Gerais.

Brasília, 08 de julho de 2026

Marco Antonio Arguelho Clemente
Presidente do SINRAD-DF

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 045/2026 (Numeração Automática Sistema de Compras 116/2026)

Objeto: Registro de preços para aquisição de mobiliário. Data da sessão pública: 22 de julho de 2026 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sites: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 09 de julho de 2026.
MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos



TJDFT Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

6ª Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, -, Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906
Telefone (WhatsApp Business): (61) 3103-1990 /
E-mail: 06vfamilia.bsb@tjdft.jus.br /
Horário de atendimento: 12:00 às 19:00 (dias úteis)

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

NÚMERO DO PROCESSO: 0776722-43.2025.8.07.0016

CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)

REQUERENTE: LILIAN ROCHA DE DEUS

REQUERIDO: ANEIDE ROCHA CORREIA

O Dr. **ARTHUR LACHTER**, Juiz de Direito Substituto da 6ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da **Ação INTERDIÇÃO/CURATELA - Processo 0776722-43.2025.8.07.0016**, ajuizada por REQUERENTE: LILIAN ROCHA DE DEUS, foi **DECRETADA**, mediante sentença transitada em julgado, a **INTERDIÇÃO DEFINITIVA DE ANEIDE ROCHA CORREIA (CPF: 022.087.331-34)**, por ser portadora de CID-10: F03, e ser incapaz de cuidar de si mesma e administrar seus bens. Nomeou-lhe curadora: **LILIAN ROCHA DE DEUS (CPF: 807.505.751-15)**, para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 10 de junho de 2026.

Assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 512... em 06/07/2026 11:35:42
 Número do processo: 0776722-43.2025.8.07.0016
 Número do documento: 2606118262000000025291965 | Tipo de documento: Edital
 https://pje.tjdft.jus.br/443/pje/Processo/ConsultaDocumento?view=742681018262000000025291965
 Assinado eletronicamente por: SAMYA DE MAGALHAES FALCAO - 10/06/2026 18:26:21
 Perfil: Sanciador Geral - Num. 229153651 - Pág. 1

PECINI Leilões Swiss Park

EDITAL DE LEILÃO SWISS PARK

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, Mat. Juceesp 715, autorizada por Swiss Park Brasília Incorporadora Ltda. - CNPJ nº 13.217.929/0001-19, realizará nos dias **20/07/2026 e 22/07/2026**, às 10h45, Leilão Público Extrajudicial, regido pela Lei 9.514/97, e posteriores alterações, dos imóveis:

- 1) **Lote nº 11, Quadra nº 21, do loteamento Parque do Distrito, à Avenida Perimetral do Distrito Federal, Cidade Ocidental/GO. Área de 295,00m².** Matrícula nº 2.252 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 752111 e inscrição nº 1.75.00021.00011.0. Consolidação da Propriedade em 08/06/2026. **DESOCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 177.430,21. 2º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 190.298,11.** Devedores Fiduciários: Layane Silva do Nascimento, CPF nº 026.418.271-58, Layde Silva do Nascimento Cabral, CPF nº 036.209.911-11, e Alexandre Faustino de Sousa Cabral, CPF nº 051.898.871-62.
 - 2) **Lote nº 06, Quadra nº 40, do loteamento Parque do Distrito, à Rua 17, Cidade Ocidental/GO. Área de 250,00m².** Matrícula nº 12.165 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 754006 e inscrição nº 1.75.00040.00006.0. Consolidação da Propriedade em 11/06/2026. **DESOCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 133.868,80. 2º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 139.732,58.** Devedores Fiduciários: Bruno Rosa Alves, CPF nº 047.051.801-43, e Karen Anny Gomes de Oliveira Alves, CPF nº 042.136.121-20.
 - 3) **Lote nº 18, Quadra nº 71, do loteamento Parque do Distrito, à Rua 17, Cidade Ocidental/GO. Área de 300,00m².** Matrícula nº 12.549 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 757118 e inscrição nº 1.75.00071.00018.0. Consolidação da Propriedade em 15/06/2026. **DESOCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 130.642,27. 2º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 138.349,92.** Devedores Fiduciários: Douglas Ribeiro Domingos, CPF nº 699.362.181-91, e Amanda Ribeiro Cavalcante, CPF nº 037.016.371-05.
- Os valores foram apurados de acordo com a legislação vigente e com o pactuado em cláusula contratual, podendo ser atualizados até as datas dos leilões. **Encargos do Arrematante:** i) pagamento à vista do arremate e 5% comissão; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) os débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão quitados pela **CREDORE FIDUCIÁRIA**, ficando o Arrematante responsável por eventuais valores não apurados e os que vencerem **APÓS** as datas dos leilões; iv) na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e condomínio vencidos antes dos leilões; v) custas e despesas para regularização de eventual construção/beneficiária; vi) verificação dos imóveis e de eventuais ações judiciais em andamento; vii) observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; viii) desocupação, na hipótese de ocupado; ix) venda ad corpus, os imóveis serão entregues no estado em que se encontram. **Os Leilões serão realizados na modalidade online.** Ficam os Devedores Fiduciários desde já intimados das datas dos leilões para todos os fins legais. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal: www.pecinileiloes.com.br, E-mail: contato@pecinileiloes.com.br, Whatsapp: (11) 97577-0485, Fone: (19) 3794-2044. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

ANUNCIE CONOSCO!

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO:



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h
e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE